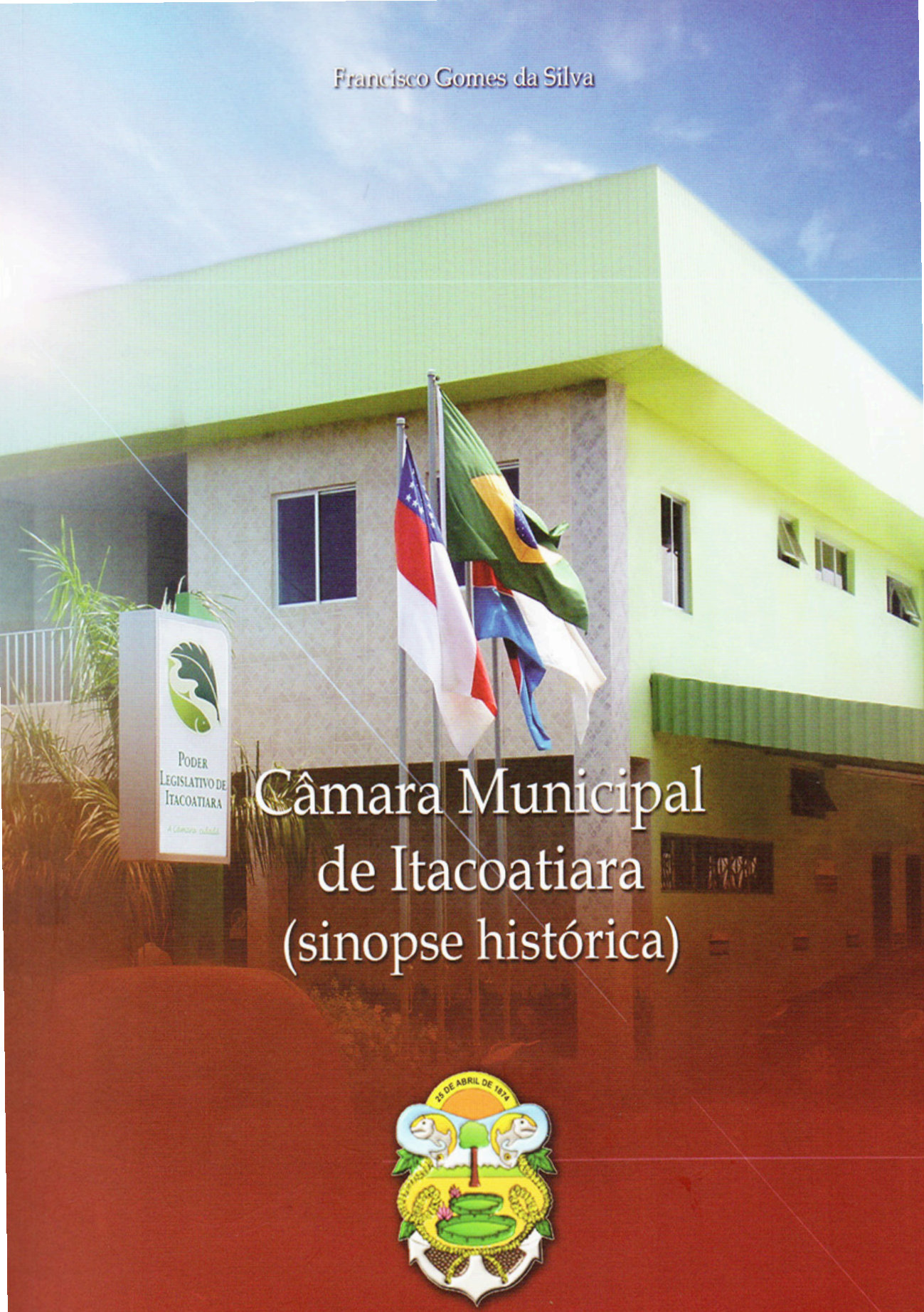
Francisco Gomes da Silva



Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica)

Francisco Gomes da Silva

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

(SINOPSE HISTÓRICA)

Itacoatiara, 2010

SILVA, Francisco Gomes da, 1945
Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica)
Francisco Gomes da Silva
Manaus, 2010 - Gráfica Ampla - Manaus (Am)
141 Páginas - 27 anexos iconográficos
1. Amazonas - História; 2. Amazônia - História

Agradecimentos:

Ao diligente e culto presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, vereador **Raimundo Silva**: por incentivar a elaboração deste livro.

Aos senhores diretor-geral **João Manuel Filgueiras Ferreira**; diretor-financeiro **Heraldo da Matta Vianna Costa**; diretora do Departamento Administrativo **Marusca Wisler Iannuzzi**; chefe da Divisão de Redação e Apoio ao Plenário **Mara Lídia Michiles Tamer**; gerente da Divisão de Redação **Floriano Ferreira da Silva**; gerente da Divisão de Documentação e Arquivo **Sirley Rita Abreu de Oliveira**; e o auxiliar administrativo **Normando Almeida de Araújo**: pela assessoria prestada ao autor.

Ao analista de sistema **José Roberto Vasques do Nascimento**: pelos serviços de consultoria e computação.

Ao professor e designer **Jansen Mauro Gomes Lopes**: pela elaboração da capa e serviços de diagramação.

Dedicatórias:

Em memória:

do padre jesuíta **Jódoco Peres**,
fundador – em 1683 - da
missão que deu origem
à cidade de Itacoatiara;

do capitão-general
Francisco Xavier de Mendonça Furtado,
fiador da transferência – em 1758 – daquela
missão para o platô do rio Amazonas, onde
está sediado o Município de Itacoatiara;

do coronel de infantaria
Joaquim de Mello e Póvoas,
que ao instalar – em 1759 – a vila
de Nossa Senhora do Rosário de Serpa,
permitiu-se oficializar a criação do Município;

do ex-vereador e deputado provincial
Damaso de Souza Barriga,
autor do projeto que resultou
na Lei nº 283, de 25.04.1874
elevando a vila de Serpa
à categoria de cidade; e

dos saudosos vereadores
Camilo de Menezes Vasconcellos Dias,
Francisco Ferreira Athayde e
João Valério de Oliveira,
que honraram sua terra
natal - Itacoatiara.

SUMÁRIO

Prefácio.....pág. 09

Introdução..... 13

1. MUNICÍPIO..... 17

1.1. Definição e Origem..... 17

1.2. Evolução no Brasil..... 19

1.3. Conceituação Jurídica..... 24

1.4. Município de Itacoatiara..... 24

2. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL..... 29

2.1. A Instituição Câmara Municipal..... 29

2.2. Processo Legislativo..... 30

2.3. Funcionamento da Câmara. Ação Parlamentar 30

3. CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA..... 33

3.1. Precedentes. Do Madeira ao Rio Amazonas..... 33

3.2. Vila & Município..... 45

3.3. Período Colonial..... 49

3.4. Serpa no Império. Extinção e Restauração da Vila..... 59

3.5. Elevação à Cidade 80

3.6. Itacoatiara na República Velha..... 84

3.7. Itacoatiara na Segunda República..... 90

3.8. Câmara Cidadã..... 99

4. RELAÇÃO DE VEREADORES (1889/2012)..... 103

5. CRONOLOGIA DA CIDADE E DO MUNICÍPIO.....125

RESUMO BIBLIOGRÁFICO DO AUTOR..... 141

Prefácio

Francisco Gomes da Silva é o historiador consagrado de Itacoatiara. Cabe-lhe o título, de fato e de direito, porque toda a produção historiográfica local traz a marca da sua pena, é fruto do seu talento e da sua dedicação. Há quase meio século o ilustre intelectual vem se dedicando à pesquisa, análise e divulgação da história da velha Serpa, visitando bibliotecas, cemitérios e museus, consultando autores e arquivos, entrevistando antigos moradores – trabalho que realiza desde os 16 anos de idade com fidelidade à verdade dos fatos, competência e acalorada paixão. Desde 1965 – ano em que lançou o seu primeiro trabalho literário – até aqui publicou onze títulos, nove deles versando sobre a vida social, política, econômica, cultural, administrativa, esportiva e religiosa de Itacoatiara: quase duas mil páginas escritas, o que não é pouco.

Homem da minha geração, Francisco Gomes da Silva é promotor de Justiça aposentado e advogado militante. Integra a lista daqueles raríssimos itacoatiarenses dispostos a se sacrificar pela terra abençoada por Nossa Senhora do Rosário onde tivemos a felicidade de nascer. Integrante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, da Academia Amazonense de Letras e do Colégio Brasileiro de Genealogia, experiente cultor da nossa história e portador de uma imensa capacidade de memorização, lembra-se de absolutamente tudo relacionado à Itacoatiara, recorda-se em detalhes de todos os episódios da trajetória municipal, de que é sem dúvida o maior especialista. Apoiado no volumoso arquivo pessoal que construiu em todos esses anos, está suficientemente preparado para discorrer sobre a temática, a qualquer tempo.

Vereador à Câmara Municipal de Itacoatiara e, graças à generosidade de meus ilustres pares, seu atual presidente, assumi no dia 1º de janeiro de 2009. A data me falou muito ao coração, pois coincidia com a passagem dos 250 anos de existência dessa Casa - instituição política das mais antigas do Brasil, originada da ação colonial portuguesa na Amazônia do século dezoito. Evento que não pude naquela ocasião comemorar como devido, pelas razões óbvias acima apontadas.

Poucos itacoatiarenses conhecem a longa e bela história desta Casa Legislativa. Entendendo como necessário e intelectualmente correto o resgate dessa trajetória, cogitei de elaborar um roteiro a respeito para levá-lo à publicação. Por insubsistência de maiores dados em nossos arquivos, cujos livros de atas se referem apenas ao período 1935/2009, e também por falta de servidores habilitados em temática histórica, encomendei a Francisco Gomes da Silva a feitura da presente Sinopse, tarefa que realizou no prazo recorde de três meses.

Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica), repositório de informações da Casa que tenho orgulho de presidir, além de sumariar dois séculos e meio de história legislativa, faz justiça a quase duas centenas de homens públicos que, nesse largo período, estiveram no exercício da vereança em nosso Município.

Interessante ressaltar o esmero com que o Autor desenvolveu o tema que lhe foi proposto. Destaca a importância da antiga vila de Serpa nas épocas colonial e imperial e o papel exercido por sua Câmara Municipal na luta em favor da autonomia do Amazonas. Traça a diferença entre Cidade e Município. A primeira antecedeu ao Município e originou-se da missão itinerante fundada no rio Madeira pelo jesuíta Jódoco Peres, em 1683; a povoação daí resultante foi trazida para a margem esquerda do Amazonas, em 1758; transformada em vila, em 1759; e esta elevada à cidade em 1874.

A cidade é o complexo demográfico em que residimos. O Município é a circunscrição política autônoma, oficializada com a instalação da vila de Serpa – setenta e seis anos após a criação da primitiva missão indígena de que resultou a cidade. Portanto, Francisco Gomes da Silva dirime uma antiga dúvida que carregávamos: efetivamente, a cidade-sede do Município de Itacoatiara tem 327 anos de existência. E o Município, originariamente representado pela Câmara Municipal da vila de Serpa, possui exatos 251 anos, completados em 1° de janeiro deste ano de 2010.

A obra, integrada por cinco capítulos, traz à lembrança passagens, feitos, datas e personagens da nossa história municipal. Traz, em sua parte final, a listados vereadores que mourejaram na Câmara Municipal, de 1889

ao dias atuais, e uma Cronologia da Cidade e do Município contendo suas datas fundamentais.

Servirá, sem dúvida nenhuma, de fonte de pesquisa para estudantes e professores. Mais: possibilitará à classe política e a todos os cidadãos de Itacoatiara sorver os conhecimentos histórico-político-institucionais nele embutidos. Seu conteúdo eleva o passado e permite refletir sobre o presente de uma nobre instituição, marco dos ideais democráticos do valoroso povo de Itacoatiara.

Além de ação cultural, o lançamento deste décimo segundo livro do historiador Francisco Gomes da Silva é um gesto patriótico e uma prova de amor à nossa terra. Caminha na direção daquela frase emitida pelo saudoso desembargador Anísio Jobim: "Itacoatiara é uma sociedade em marcha para um futuro de grandezas". Sejamos dignos dela.

Parabéns ao Autor. Parabéns à Câmara Municipal. Parabéns à cidade e ao bravo povo de Itacoatiara.

Itacoatiara, 30 de dezembro de 2010

Vereador Raimundo Silva
Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara

Introdução

Itacoatiara está entre os núcleos urbanos fundados pelo colonizador português. Inicialmente, uma aldeia itinerante implantada no rio Madeira, povoado rústico constituído exclusivamente de índios e administrado pelos padres jesuítas. Depois, um pequeno agrupamento de casas à beira do rio Amazonas, englobando moradores da ex-aldeia de Abacaxis, logo rotulado de vila, povoação de categoria superior à de aldeia e inferior à de cidade, que se desenvolveu fundamentalmente à custa de atividades agroextrativas,

No período colonial, definia-se Município como uma entidade criada por um instrumento jurídico denominado foral de vila ou carta reguladora de localidade, concedido pela metrópole portuguesa. A Carta régia de 6 de junho de 1755, pautada nas Ordenações Filipinas, disciplinava a predição dos núcleos catequistas ou aldeias que deram origem às principais cidades amazônicas. Fora estabelecido, à época, o mínimo de 150 moradores para formação de uma vila-sede de Município que se iniciava oficialmente com a instalação da Câmara e a posse de seus vereadores. Até fins do período, os presidentes de Câmara acumulavam todas as funções políticas. De 1828 em diante, sem as atribuições judiciárias, as casas legislativas passaram a meras corporações administrativas.

Município e cidade são entes que não se dissociam. Cidade é o ente palpável, um complexo demográfico formado, social e demograficamente, por uma importante concentração populacional dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural. Município é a entidade administrativa urbana local. Em nosso País, pode-se dizer que o termo equivale à definição legal de cidade. Mas, a expressão Município se refere a um determinado grau hierárquico de administração governamental e a um grau de divisão territorial que às vezes transcende a idéia de cidade.

O Município de Itacoatiara acaba de completar os seus 251 anos de idade. Representado pela antiga Câmara Municipal de Serpa e instalado na data em que o povoado de Abacaxis foi elevado à categoria de vila – 1° de janeiro de 1759, foi precedido do núcleo urbano que deu origem à cidade.

Por outro lado, a cidade-sede do Município possui exatos 327 anos. Ela veio da aldeia missionária criada no rio Mataurá em 1683; transferida para o Canumã em 1691; para o Abacaxis em 1696; para o rio Madeira em

1757; e para o local onde atualmente está assentada em 1758; que sucedeu à vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, criada em 1759; cidade que recebeu esse foral em 1874.

A Câmara Municipal de Itacoatiara é o esteio deste Município. Ano após ano, no curso de dois séculos e meio de sua existência representando o papel de atalaia da vida comunitária, a instituição se renova na vigilância da Democracia. Entre os muitos homens públicos que por ali têm passado, destacam-se, na segunda metade do século 19: Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, Damaso de Souza Barriga, Antonio José Serudo Martins, Álvaro Botelho de Castro e França, João Pereira Barbosa, Miguel Francisco Cruz Júnior e Avelino Augusto Martins; na primeira metade do século 20: João da Paz Serudo Martins, Luiz Stone, Cassiano Secundo Nunes de Oliveira, Ozório Alves da Fonseca e Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias; e no período 1950/1980: Antonio Vital de Mendonça, Pedro Santarém Penalber, Acácio Soares de França Leite, Francisco Ferreira Athayde, Adamastor Onety de Figueiredo, Camilo de Menezes Vasconcellos Dias, José Rebelo de Mendonça, João Valério de Oliveira, Luiz da Paz Serudo Martins, Paulo Pedraça Sampaio, José Tomás de Aquino, Paulo Gomes da Silva, Argos do Amaral Valente, Jurandir Pereira da Costa, Antonio Gesta Filho, Luiz de Oliveira Onety, David Pereira Braga, Francisco Augusto de Nazaré, Osmar Marques Vital, Milton Lobão Veras, José Nobre da Silva, Antonio Pereira Simões, Francisco Fiúza Lima, Francisco Pereira da Silva, Mário Benigno Mendes, Bernardo Almeida de Oliveira, Jurandir Pinheiro das Chagas, José Resk Maklouf, Francisco Ramos de Melo e outros.

O presente trabalho reforça a noção de que essa Casa Legislativa é o mais importante capítulo da bela trajetória de Itacoatiara. Devidamente ilustrado e tanto quanto possível resumido, foi elaborado sob encomenda do presidente da instituição, o nobre vereador Raimundo Silva.

Seguindo uma ordem cronológica e traduzindo a preocupação que vimos alimentando, há quase cinco décadas, qual seja a de elevar cada vez mais alto o nome da nossa terra, as informações nele contidas representam mais uma contribuição à história geral de Itacoatiara que, algum dia, alguém haverá de escrever. Esperamos se transforme em fonte de consulta e que,

entre estudantes e professores, sejam estabelecidos a boa discussão e o melhor debate. Pois, além de tornar público o papel da tradicional edilidade itacotiarense, esta Sinopse presta uma homenagem aos construtores do nosso passado e valoriza a memória local. Alcançados tais objetivos, nos sentiremos plenamente convencido de que continuamos a servir o nosso torrão natal.

Itacoatiara, 30 de dezembro de 2010

Francisco Gomes da Silva

1. MUNICÍPIO

1.1. Definição e Origem

Município (do latim *municipium*) é uma circunscrição administrativa autônoma do Estado, governada por um prefeito e uma câmara de vereadores. Componente da ordem federativa nacional que também enfeixa a União, os Estados e o Distrito Federal na qual cidadãos, associados pelas relações comuns de localidade, de trabalho e de tradições, vivem sob uma organização dotada de personalidade jurídica, livre e autônoma, para fins de economia, administração e cultura.1

Como unidade político-administrativa, o Município brasileiro tem origem no modelo da República romana que o impôs ao vasto território conquistado pela força das armas, incluindo França, Espanha e Portugal, na Península Ibérica.

A organização política e administrativa do poder local reflete, sob o aspecto sociológico, o espírito gregário e autóctone do gênero humano, cujos indivíduos, desde os momentos pré-históricos, buscaram se associar entre si para garantir a própria sobrevivência no meio natural. A formação dos primeiros grupos sociais permitiu posteriormente a repartição de funções administrativas dos interesses coletivos dos núcleos familiares.2

Com o advento da civilização, observou-se o aparecimento de diversas Cidades-Estados. Não somente os gregos antigos, como também outros povos, criaram laços fortes de identidade local, chegando a conferir o atributo de soberania às suas comunas e indo além dos limites da mera autonomia administrativa. Aliás, a própria formação originária do Estado na Antiguidade pode ser explicada pela constituição espontânea da cidade primitiva, confundindo-se esta com aquele num progressivo processo de

---

1 - Cf. Hely Lopes Meirelles, in *Direito Municipal Brasileiro*, Malheiros Editores, São Paulo, 1999; Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, in *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986; e *Constituição da República Federativa do Brasil*, Senado Federal, Brasília, 2008.

2 – Cf. Hely Lopes Meirelles, in obra citada.

multiplicação das necessidades sociais.

Apesar da gigantesca expansão imperial que atingiu três continentes, e praticamente toda a bacia do Mediterrâneo, Roma teria preservado, por doze séculos, desde a sua formação em 753 a. C., as características básicas de Cidade-Estado. Para conseguir a paz sobre as regiões conquistadas, a República romana organizou as comunidades (*municipium* ou *municipia*) e concedeu à sua população certas prerrogativas variando de simples direitos privados (*jus connubium*, *jus commercium*, etc.) até o privilégio político de eleger os seus governantes e dirigir a própria cidade (*jus suffragii*). Só os "bárbaros" estrangeiros (*incolae*) não exerciam tais direitos, exclusivos dos cidadãos livres.3

Segundo a deliberação do Senado romano, a administração de uma Cidade/Município era exercida por um colegiado composto: (a) por dois ou quatro magistrados (*juridicundo*), com plenos poderes, especialmente o de justiça; (b) pelos edis ou servidores encarregados dos setores administrativo e policial; (c) pelo exator (*questor*) encarregado da arrecadação de tributos; (d) pelo curador (*curator*), ou fiscal dos negócios públicos; (e) pelo defensor da cidade (*defensor civitatis*); (f) pelos notários (*actuaria*); e (g) pelos escribas, ou copistas dos documentos públicos.

A legislação local (*editus*) era discutida e votada por um Conselho Municipal (*Cúria*), formado de cidadãos escolhidos de cinco em cinco anos e com funções semelhantes às do Senado.

Esse modelo de administração foi estendido pela Lei Municipal Júlia (*Lex Julia Municipalis*) a todas as possessões de Roma. Mas, como o seu poderio foi sendo solapado pelos bárbaros, que passaram a dominar seus antigos territórios, a lei municipal foi sofrendo, ao longo do tempo e de acordo com os novos dominadores, características próprias.4

As modificações dali advindas causaram a substituição do Conselho

3 - Cf. Hely Lopes Meirelles, obra citada.

4 – Cf. José de Castro Nunes, in *Do Estado federado e sua organização municipal*, Câmara dos Deputados, Brasília, 1982.

dos Magistrados pelo Colégio dos Homens Livres, que os germânicos denominaram de Assembléia Pública de Vizinhos (*Conventus Publicus Vicinorum*), passando a exercer, simultaneamente, funções administrativas, policiais e judiciais.

Visigodos e árabes introduziram novas modificações nas então chamadas comunas (municípios): pagamento de tributos (*monera*) pelos munícipes e criação dos cargos de *alvazil* (vereador, camarista), *alcaide* (oficial de justiça), e *almotacé* (inspetor de pesos e medidas encarregado de taxar mercadorias).

Por conseguinte, inspirado no modelo romano, onde exercia funções políticas, legislativas e administrativas, o Município recebeu influências de visigodos e árabes, chegando ao Concelho português para, finalmente, vir a se implantar em terras brasileiras.

1.2. Evolução no Brasil

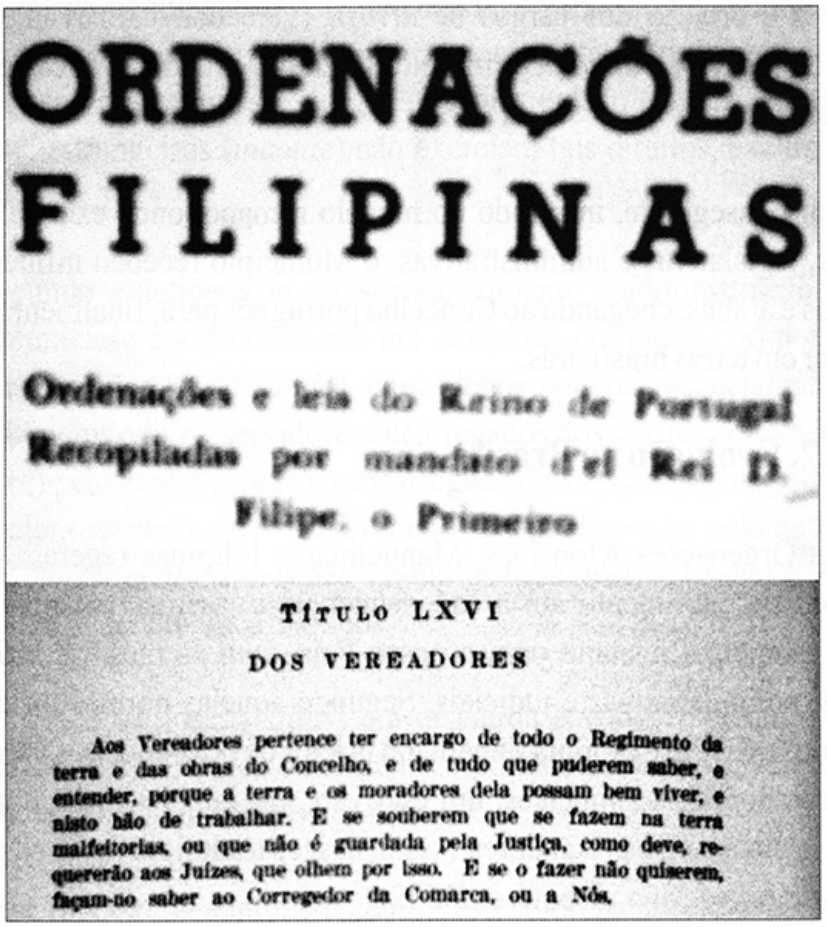
As Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas regeram o Brasil desde seu descobrimento até a Independência e, assim, transplantaram o modelo municipal lusitano para o nosso País, com as mesmas atribuições políticas, administrativas e judiciais. Segundo aquelas normas jurídicas, os municípios do Brasil-Colônia tinham um diretor de povoado, três vereadores, um procurador, dois almotacés, um escrivão, um juiz de fora e dois juízes comuns, eleitos com os vereadores. Assim nasceu a administração da primeira vila brasileira, a de São Vicente, em 1532.5

Os principais municípios da costa brasileira também são do século 16. Nas primeiras décadas do seguinte foram criados os de São Luís e Belém, integrantes das capitanias do Maranhão e Pará, que mais tarde formariam o Estado do Maranhão e Grão-Pará: entidade autônoma, política e economicamente independente do governo-geral do Brasil, do qual se desmembrou em 1621. Trataria de seus assuntos diretamente com Lisboa e

5 – Cf. João Baptista Cortines, in *Câmaras municipais (histórico)*, B. L. Giuarnier Editores, Rio de Janeiro, 1885.

só se reunificaria ao Estado do Brasil com o advento da Independência.6

Sucede que, ao estabelecer as competências das câmaras municipais, as Ordenações Filipinas de 1603 uniformizaram e até mesmo restringiram o poder local nas possessões portuguesas. Tal fato, além de enfraquecer as câmaras de São Luís e Belém, teria adiado para meados do século 18 a criação de outras no interior da região.



ORDENAÇÕES
FILIPINAS

Ordenações e leis do Reino de Portugal
Recopiladas por mandato d'el Rei D.
Filipe, o Primeiro

TITULO LXVI

DOS VEREADORES

Aos Vereadores pertence ter encargo de todo o Regimento da terra e das obras do Concelho, e de tudo que puderem saber, e entender, porque a terra e os moradores dela possam bem viver, e nisto hão de trabalhar. E se souberem que se fazem na terra malfeitorias, ou que não é guardada pela Justiça, como deve, requererão aos Juízes, que olhem por isso. E se o fazer não quiserem, façam-no saber ao Corregedor da Comarca, ou a Nós.

Livro das Ordenações Filipinas de 1603: Foto da contracapa e do preâmbulo do título referente aos vereadores.

No século 17 entre as preocupações dos gestores da Amazônia estava a de defender as fronteiras e consolidar o domínio lusitano sobre a região. E, assim, optaram pelo exercício de um governo forte e centralizador,

6 – Cf. Antonio José Souto Loureiro, in *Síntese de História do Amazonas*, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1978.

refratário ao municipalismo. Só na segunda metade do século 18 seriam instaladas células municipais na calha do rio Amazonas.

Apesar de praticamente subjugados pelo poder centralizador das capitanias, os municípios sempre buscaram autonomia e independência administrativa da Metrópole, apoiados pela Igreja Católica e na força e determinação do povo. Caso da participação ativa das câmaras municipais no movimento da Independência do Brasil. A nível regional há de se registrar que, em 1818, diversos municípios amazonenses postularam a dom João VI a desvinculação da Capitania de São José do Rio Negro da Província do Pará; através de um contundente memorial demonstraram sua insatisfação contra o autoritarismo da época.

Embora a Constituição Imperial de 1824 mandasse instituir câmaras municipais em todas as cidades e vilas do país, verifica-se que o poder local não foi contemplado pela Lei regulamentar de 1º de outubro de 1828. Na verdade, ela estabeleceu certa tutela sobre os municípios, e não só os esvaziou politicamente como limitou as funções de suas câmaras. Com o Ato Adicional de 12 de gosto de 1834, as velhas casas legislativas passaram a se subordinar às assembléias provinciais, exceção de Amazonas e Paraná que ainda não tinham sido elevados à categoria de Província.

Quando da execução do Código Criminal do Império, de 1832, a vila de Serpa, por haver liderado a luta pela autonomia do Amazonas, teve seu nome propositalmente retirado da lista de confirmação e/ou criação dos municípios, a cargo do governo do Pará. Extinta e rebaixada à freguesia, em 1833, recuperou o seu antigo foral somente em 1857. Reinstalada em 1858, foi elevada à categoria de cidade em 1874.7

Após a proclamação da República, a Junta Governativa Provisória do Amazonas manda dissolver o Congresso Estadual e as câmaras municipais. A de Itacoatiara, em 5 de janeiro de 1890, é reinstalada com o nome de

7 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade*, 2ª edição, pág. 73, Imprensa Oficial, Manaus, 1997; in *Cronografia de Itacoatiara*, 1º volume, pág. 74, Gráfica Papyros, Manaus, 1997; e in *Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara*, pág. 39, Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.

Conselho Municipal, constituído de três intendentes (ex-vereadores). Nesse caso, o presidente da Casa passa a exercer dupla função: a de legislador- chefe e a de administrador do Município.

A primeira Constituição republicana de 1891 foi omissa quanto à autonomia do poder local, delegando essa atribuição às constituições dos estados. Com isso, os municípios mais se enfraquecem e vão ser objeto de manipulação ostensiva por parte das oligarquias, visto que o poder se concentra nas mãos dos velhos caciques da política estadual. Governadores ou presidentes de Estado usavam os municípios como massa de manobra para as eleições, que evidentemente manipulavam.

A separação das atribuições administrativas das deliberativas das câmaras, uma inovação da Constituição Estadual de 13 de março de 1891, propiciou a criação, no âmbito dos municípios, dos poderes Legislativo e Executivo. Em Itacoatiara, o comissário executivo (nova denominação do principal agente público local), eleito pelos intendentes, passa a exercer a função de chefe da administração; e o presidente do Conselho Municipal, a chefia do Legislativo.

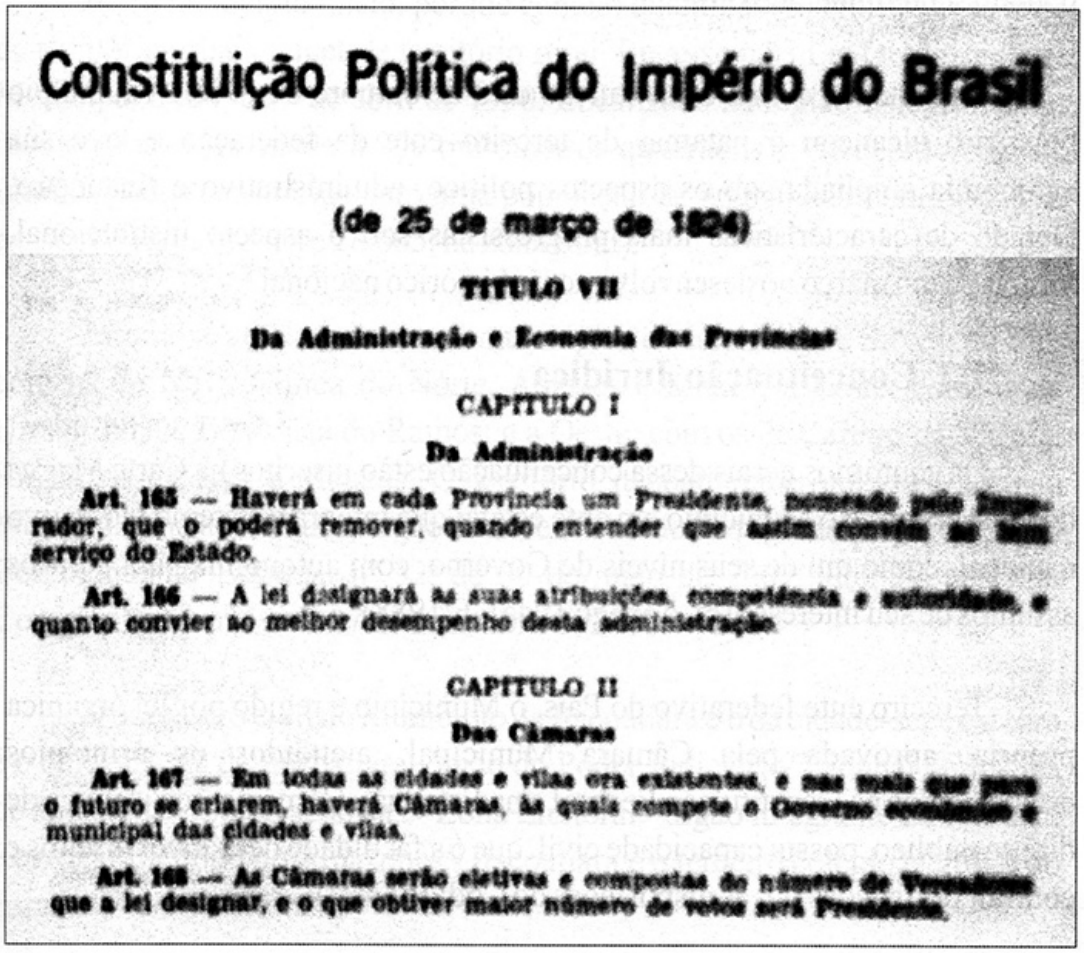
A Constituição amazonense de 23 de julho de 1892 extinguiu o Conselho Municipal e a figura do comissário executivo. A partir de então, o poder local passou a ser formado pela Superintendência, chefiada "por um superintendente, encarregado das funções executivas"; e a Intendência, "corporação deliberante, composta de sete membros"

Com a Constituição do Amazonas de 14 de fevereiro de 1926, os municípios tiveram mantida a Intendência, órgão legislativo composto de 5 membros eleitos trienalmente por sufrágio direto. Com referência à chefia do Poder Executivo, foi extinta a Superintendência e em substituição criada a Prefeitura (copiada do modelo municipal francês), representada na figura do prefeito municipal, cargo de livre nomeação e demissão pelo presidente (governador) do Estado.

A Constituição Federal de 1934 conferiu ao instituto da autonomia municipal amplitude e firmeza. Ampliou a duração da legislatura para quatro anos. Contemplou a defesa dos interesses locais, a eleição direta de

prefeitos e vereadores, a decretação dos seus impostos e a organização dos seus serviços. Tal abertura motivou a extinção da Intendência e a recriação da Câmara pela Constituinte amazonense de 2 de junho de 1935.

Entretanto, a segunda Carta republicana do Brasil duraria pouco. O golpe de 10 de novembro de 1937 implantou o chamado *Estado Novo*, sistema de centralismo político que extinguiu a autonomia dos municípios e cassou o direito da população eleger seus mandatários. O decreto-lei nº1.202, de 8



Constituição Política do Império do Brasil

(de 25 de março de 1824)

TITULO VII

Da Administração e Economia das Provincias

CAPITULO I

Da Administração

Art. 165 — Haverá em cada Provincia um Presidente, nomeado pelo Imperador, que o poderá remover, quando entender que assim convém ao bem serviço do Estado.

Art. 166 — A lei designará as suas atribuições, competencia e autoridade, e quanto convier ao melhor desempenho desta administração.

CAPITULO II

Das Câmaras

Art. 167 — Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá Câmaras, às quais compete o Governo economico e municipal das cidades e vilas.

Art. 168 — As Câmaras serão eletivas e compostas do número de Vereadores que a lei designar, e o que obtiver maior número de votos será Presidente.

Constituição Imperial de 1824. Foto do preâmbulo e do texto referente às Câmaras.

de abril de 1939, estabeleceu a tutela administrativa através da criação de um departamento específico destinado a "assistir" e controlar os atos governamentais dos estados e municípios.

Com a redemocratização do país, após a segunda guerra mundial, os reclamos municipalistas foram contemplados pela Constituição Federal de 1946. Nela predomina o espírito democrático, ao mesmo tempo em que o

social se sobrepõe ao individual. Além de restaurar e fortalecer a autonomia local, a referida Carta descentralizou a política e realizou uma equitativa distribuição de poderes.

Após o golpe militar de 1964, a Constituição Federal de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, embora mantido o regime federativo, foram indiscutivelmente centralizadoras. Em nível municipal, somente os vereadores das capitais e das cidades com mais de 100 mil habitantes é que podiam ser remunerados.

Finalmente, com a Constituição de 5 de outubro de 1988 o Município brasileiro alcançou o patamar de terceiro ente da federação e teve sua autonomia ampliada sob os aspectos político, administrativo e financeiro. Dotado de características mais progressistas sob o aspecto institucional, tornou-se um marco no desenvolvimento histórico nacional.

1.3. Conceituação Jurídica

Os contornos gerais dessa conceituação estão inscritos na Carta Magna do País, erigindo o Município em ente estatal que integra o sistema federativo nacional, como um de seus níveis de Governo, com autonomia para gerir os assuntos de seu interesse (cf. o artigo 1º da CF/1988).

Terceiro ente federativo do País, o Município é regido por lei orgânica própria, aprovada pela Câmara Municipal, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Estadual. Como pessoa jurídica de direito público, possui capacidade civil, que é a faculdade de exercer direitos e contrair obrigações (cf. as disposições do Código Civil).

No Brasil, o domicílio civil do Município é o do seu distrito-sede. O foro é o da Comarca ou termo judiciário a que pertencer seu território.

1.4. Município de Itacoatiara

O Município de Itacoatiara originou-se da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, instalada em 1º de janeiro de 1759. No começo – e já se passaram 251 anos – era uma simples entidade de direito pautada num foral

de vila (carta de lei reguladora da localidade), concedido pela metrópole portuguesa no período colonial. Modernamente, uma unidade territorial e política, componente da ordem federativa do Brasil que também enfeixa a União, os Estados e o Distrito Federal. Possui autonomia administrativa, política e financeira, porém, obriga-se a cooperar com as respectivas esferas de atuação e competência (federal e estadual), tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

É um município misto, porque contém quantidades significativas quer de território urbano, quer de território rural. Rege-se pela Lei Orgânica - Lei Municipal nº 04, de 5 de abril de 1990. Localizado na região fisiográfica do médio Amazonas, mede 8.909 quilômetros quadrados e, de acordo com os últimos dados censitários, tem uma população de 86.840 habitantes (58.175 pessoas na área urbana e 28.665, na zona rural).

Limita-se ao Norte: com os municípios de Itapiranga e Silves; ao Sul: com os de Nova Olinda do Norte, Autazes e Maués; a Leste: com os de Urucurituba e Boa Vista do Ramos; e a Oeste: com os de Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva e Manaus. O território itacoatiarense integra a Região Metropolitana de Manaus, órgão de desenvolvimento regional criado pela Lei Complementar Estadual nº 52, de 30 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar nº 59, de 27 de dezembro de 2007.

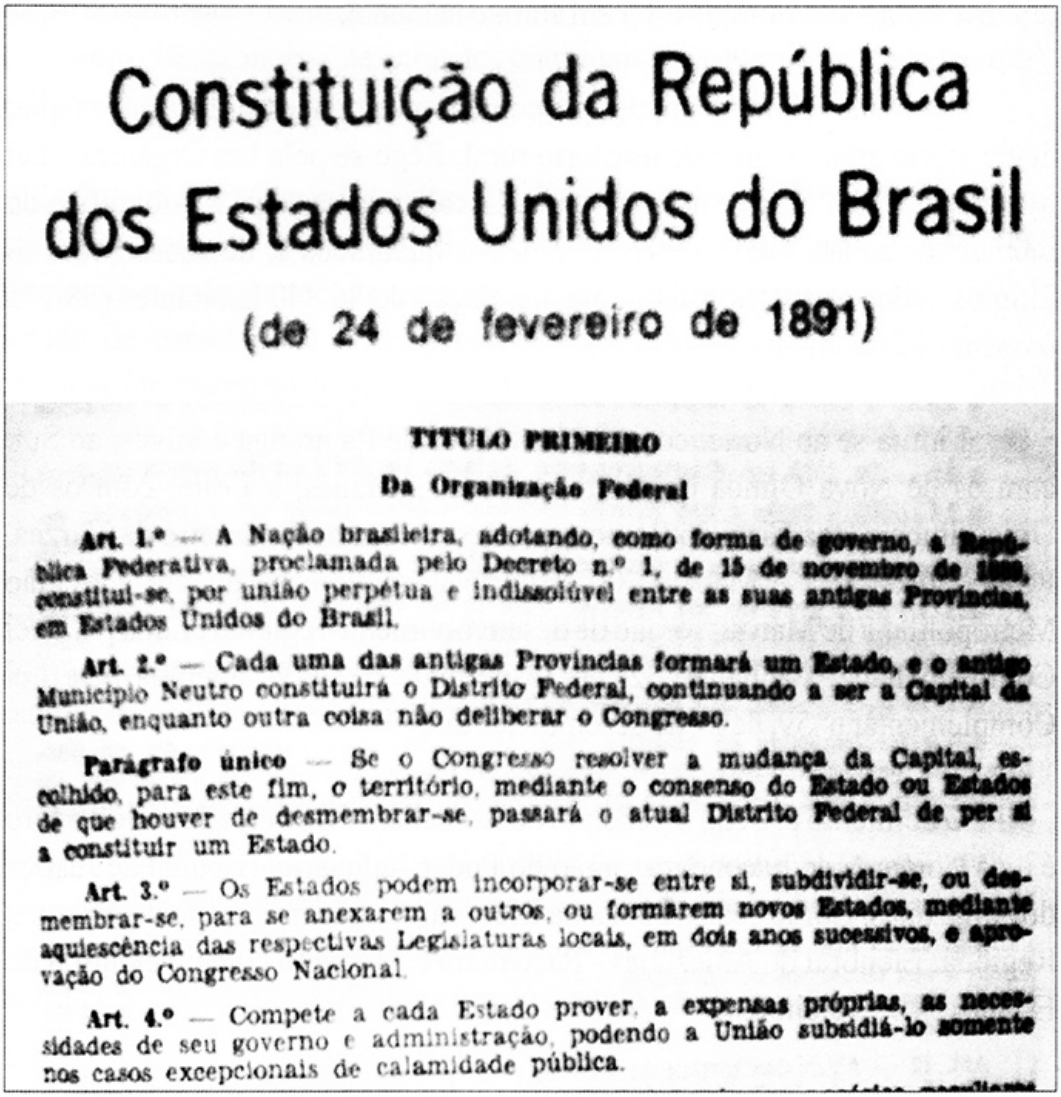
O domicílio civil do Município de Itacoatiara é o da cidade-sede e o foro é o da Comarca de Itacoatiara, órgão do Poder Judiciário/Tribunal de Justiça do Amazonas. Como sede da 3ª Zona Eleitoral - órgão integrante do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas - Itacoatiara é o terceiro colégio eleitoral do Estado (54.739 eleitores).

*****

Segundo o acima enunciado, a feição atual do Município brasileiro é uma decorrência do regime republicano. As atribuições administrativas e deliberativas do poder local, antes de 1890, competiam exclusivamente à Câmara Municipal. A separação dessas atribuições resultou na criação dos poderes Legislativo e Executivo.

Poder Legislativo é aquele que, segundo a organização constitucional do Estado, tem a seu cargo a elaboração das leis.

Poder Executivo é aquele a quem compete executar as leis, governar e administrar os negócios públicos. O órgão do Poder Executivo municipal é a Prefeitura, representada pelo prefeito.



Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

(de 24 de fevereiro de 1891)

TITULO PRIMEIRO

Da Organização Federal

Art. 1.º — A Nação brasileira, adotando, como forma de governo, a República Federativa, proclamada pelo Decreto n.º 1, de 15 de novembro de 1889, constitui-se, por união perpétua e indissolúvel entre as suas antigas Provincias, em Estados Unidos do Brasil.

Art. 2.º — Cada uma das antigas Provincias formará um Estado, e o antigo Municipio Neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso.

Parágrafo único — Se o Congresso resolver a mudança da Capital, escolhido, para este fim, o território, mediante o consenso do Estado ou Estados de que houver de desmembrar-se, passará o atual Distrito Federal de per si a constituir um Estado.

Art. 3.º — Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se, para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aquiescência das respectivas Legislaturas locais, em dois anos sucessivos, e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 4.º — Compete a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração, podendo a União subsidiá-lo somente nos casos excepcionais de calamidade pública.

Constituição Federal de 1891. Foto do preâmbulo e do Título Primeiro.

Conforme estabelece o parágrafo único do artigo 1º da Constituição Federal em vigor, os poderes Legislativo e Executivo do Município são independentes e harmônicos entre si.

Foge aos objetivos deste trabalho detalhar o papel do prefeito do Município. Como chefe do Poder Executivo, ele tem funções políticas,

executivas e administrativas. Eleito para um mandato de quatro anos com direito à reeleição, o prefeito toma posse em 1º de janeiro do ano subseqüente ao do pleito, em sessão da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida, perante o juiz de Direito da Comarca.

Finalmente, o prefeito tem direito a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado (cf. o artigo 29, inciso X, da CF/1988).

2. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

2.1. A Instituição Câmara Municipal

O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal que se compõe de vereadores, eleitos juntamente com o prefeito e o vice-prefeito, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo em todo o País.

Câmara Municipal ou Câmara de Vereadores é o órgão deliberativo da administração municipal, eletivo e autônomo em tudo quanto se refere ao interesse comunal, à decretação de impostos de sua atribuição e à organização dos serviços públicos de caráter local.1

Considerável parcela da população confunde a instituição Câmara Municipal com o prédio-sede onde se realizam as sessões legislativas. Um hábito antigo que se credita à falta de conhecimentos ou ao desinteresse pelo verdadeiro sentido das coisas. "Casa da Câmara" era título dado à sede da administração da vila de Serpa, à época do Brasil-Colônia. Mais tarde foi redenominada de "Câmara e Cadeia Pública", termo usado até o advento da República: aludia à sede municipal da administração e da justiça.

Vereador, palavra que vem de *verear*, define a pessoa que legisla e tem a incumbência de cuidar do bem-estar dos moradores do lugar. O mesmo que edil, representante do povo na esfera municipal. Compete aos vereadores, primordialmente: propor, estudar e aprovar leis; recomendar providências à Prefeitura Municipal de molde a atender às reclamações e necessidades da população; e fiscalizar, mediante o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, as atribuições e contas do Executivo.

Como agentes políticos, os vereadores têm direito a subsídios, e são invioláveis, por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município. Sua atuação parlamentar deve se pautar pela ética e respeitar os preceitos constitucionais e legais do País. Por outro lado, além dos projetos pertinentes ao processo legislativo propriamente

1 – Cf. Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, in obra citada.

dito, os vereadores estão habilitados a submeter à discussão e deliberação do plenário da Câmara seus requerimentos, indicações e moções.

2.2. Processo Legislativo

O processo legislativo municipal compreende a elaboração de: I – emendas à Lei Orgânica Municipal: destinam-se a alterar essa lei básica para corrigir falhas e adaptá-la à evolução estatal; II – leis complementares: aquelas previstas no texto da Lei Orgânica, de caráter regulamentar; III - leis ordinárias: as de conteúdo elementar, que resultam do trabalho comum do Legislativo; IV - leis delegadas: elaboradas pelo Executivo pedem que a Câmara lhe dê poderes legislativos especiais, para solucionar tarefas em prazo certo e determinado; V - decretos legislativos: regras de direito com força de lei, destinadas a regular as funções internas do Legislativo, e não precisam da sanção do prefeito; e VI – resoluções: atos exclusivos da Mesa, de conteúdo administrativo e caráter resolutivo, também independem da sanção do chefe do Poder Executivo municipal.

Constitucionalmente habilitada para legislar sobre os assuntos de interesse local, também é competência da Câmara Municipal suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

2.3. Funcionamento da Câmara. Ação Parlamentar

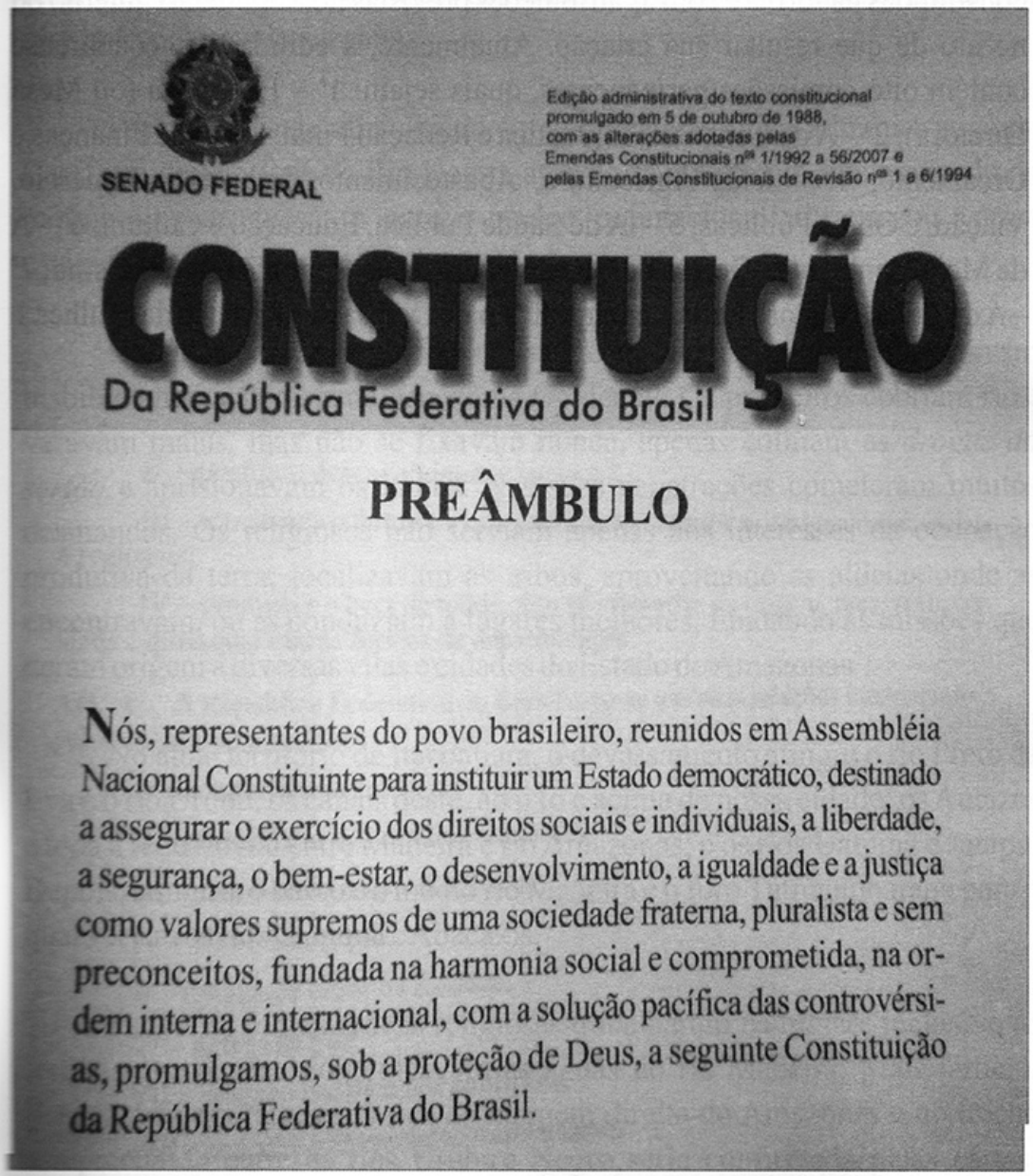
O número de vereadores é proporcional à população do Município. A Câmara Municipal de Itacoatiara funciona, atualmente, com dez membros, eleitos para o quadriênio 2009 a 2012, no pleito de 5 de outubro de 2008, e empossados em 1° de janeiro de 2009.

O funcionamento da Câmara Municipal e a ação parlamentar de seus membros são disciplinados pelo Regimento Interno, conjunto de normas baixado pela Mesa Diretora, órgão de administração superior da Casa, que a representa tanto interna quanto externamente.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itacoatiara, eleita para um mandato de dois anos, no primeiro dia de abertura da legislatura, compõe-

se dos seguintes cargos: presidente; vice-presidente; primeiro secretário; e segundo secretário.

O período de exercício do mandato parlamentar é denominado de "legislatura". Cada legislatura dura quatro anos e se inicia com a posse dos vereadores. A legislatura é dividida em períodos anuais, chamados "sessões


SENADO FEDERAL

Edição administrativa do texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994

CONSTITUIÇÃO

Da República Federativa do Brasil

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

Foto da parte superior da capa e do preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

legislativas". Estas se dividem em ordinárias, extraordinárias e especiais, e transcorrem de janeiro a dezembro de cada ano.

O Plenário, órgão máximo e soberano para apreciação de qualquer ato legislativo da Câmara, é integrado pela totalidade de seus membros. Regimentalmente, a Câmara Municipal de Itacoatiara reúne às segundas-feiras e terças-feiras, das 16:00 horas às 19:00 horas.

A Câmara Municipal tem comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação. Atualmente, a edilidade itacoatiarense contém oito comissões permanentes, quais sejam: 1ª – Executiva (ou Mesa Diretora); 2ª – A de Constituição, Justiça e Redação Final; 3ª – A de Finanças e Orçamento; 4ª – A de Agricultura, Abastecimento, Indústria, Comércio, Viação, e Obras Públicas; 5ª – A de Saúde Pública, Educação e Cultura; 6ª – A de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Ação Comunitária e Turismo; 7ª – A de Ética e Decoro Parlamentar; e 8ª – A de Defesa dos Direitos da Mulher.2

2 – Cf. *Regimento Interno da Câmara Municipal de Itacoatiara* (Resolução Legislativa nº 04, de 22 de junho de 1993).

3. CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA

3.1. Precedentes. Do Madeira ao Rio Amazonas

O Município de Itacoatiara, representado por sua Câmara Municipal, originou-se da vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, antiga povoação resultante das missões itinerantes de Mataurá, Canumã e Abacaxis, criadas no século 18 pelos padres jesuítas.

Porém, antes de oficializado como unidade político-administrativa da Capitania de São José do Rio Negro, através de um ato jurídico emanado da metrópole portuguesa, o antigo núcleo populacional ultrapassou vários estágios históricos.

No final do século 17, sertanistas e missionários lusitanos estavam bisbilhotando a floresta da Amazônia Ocidental. Os primeiros cobriam rios, varavam matas, mas não se fixavam nunca, apenas colhiam as *drogas do sertão* e aprisionavam os índios. Nas suas penetrações cometeram muitos desmandos. Os religiosos não serviam apenas aos interesses da ocupação produtiva da terra; localizavam as tribos, aproveitando as aldeias onde as encontravam, ou as conduziam a lugares melhores, fundando as missões que deram origem a diversas vilas e cidades do Estado do Amazonas.1

No atual território de Itacoatiara, o devassamento atingiu o rio Preto da Eva e o rio Urubu; os canais deste, abaixo e acima da nossa cidade; os Autazes e toda a rede fluvial entre Madeira e rio Amazonas; e os rios Uatumã e Jatapu. Depois, atingiria o baixo e o médio rio Madeira e o furo Tupinambarana para o qual vertem os rios Canumã e Abacaxis.

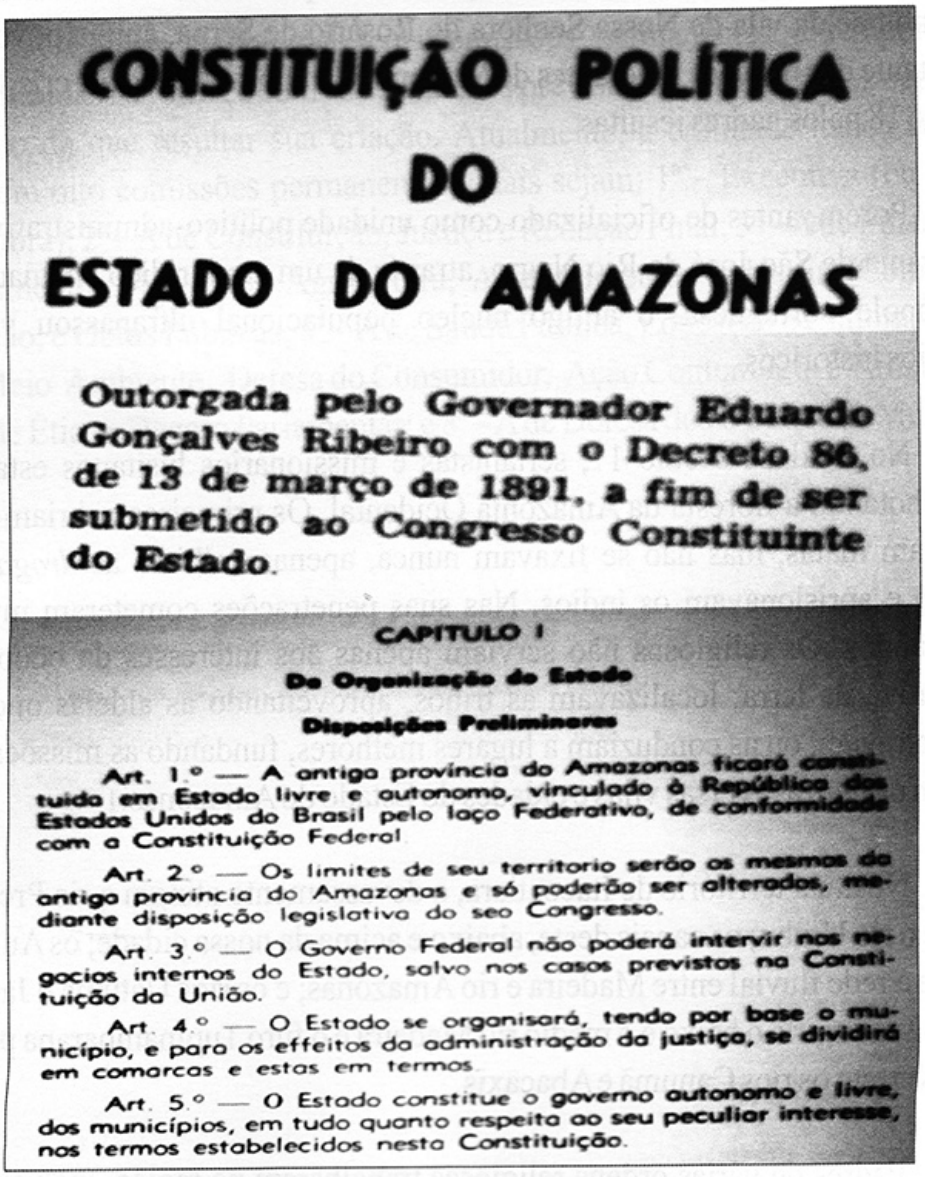
Padres de várias ordens religiosas trabalharam na região, inclusive os jesuítas que desde 1669 sulcavam as águas do rio Madeira. Mais tarde, a licença para operarem nos rios da margem direita do Amazonas e no trecho compreendido entre os rios Urubu e Negro, seria confirmada pelas cartas

---

1 – Cf. Carlos Studart Filho, in *Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará*, Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1959, e Arthur Cézar Ferreira Reis, in *História do Amazonas*, Ed. Itatiaia, Belo Horizonte, 1989.

régias de 19 de março de 1693 e 29 de novembro do ano seguinte.

Em meados de 1683 estando no comando da Igreja Romana o papa Inocêncio XI e no governo de Portugal o rei dom Pedro II, o padre Jódoco Peres, tendo assumido em Belém o cargo de superior dos jesuítas, subiu o



CONSTITUIÇÃO POLÍTICA
DO
ESTADO DO AMAZONAS

Outorgada pelo Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro com o Decreto 86, de 13 de março de 1891, a fim de ser submetido ao Congresso Constituinte do Estado.

CAPITULO I

Da Organização do Estado

Disposições Preliminares

Art. 1.º — A antiga provincia do Amazonas ficará constituida em Estado livre e autonomo, vinculado á Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo laço Federativo, de conformidade com a Constituição Federal

Art. 2.º — Os limites de seu territorio serão os mesmos da antiga provincia do Amazonas e só poderão ser alterados, mediante disposição legislativa do seo Congresso.

Art. 3.º — O Governo Federal não poderá intervir nos negocios internos do Estado, salvo nos casos previstos na Constituição da União.

Art. 4.º — O Estado se organisará, tendo por base o municipio, e para os effeitos da administração da justiça, se dividirá em comarcas e estas em termos.

Art. 5.º — O Estado constitue o governo autonomo e livre, dos municipios, em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, nos termos estabelecidos nesta Constituição.

Foto da Constituição Estadual de 1891: preâmbulo e Capítulo I.

rio Madeira e ao cabo de 9 dias chegou à boca do Mataurá: (*) lá fundou a missão dos *Iruri*, pioneira raiz da cidade-sede do Município de Itacoatiara.

(*) - Mataurá. Afluente pela margem direita do médio Madeira, localizado entre os rios Manicoré e Mariepáua. Rio pouco extenso e estreito, navegável somente por pequenos barcos. Atualmente, compõe a rede hidrográfica do Município de Manicoré.

Dominando quase todo o médio rio Madeira, os *Iruri* eram índios de linhagem "nobre": tinham vassalos em seu próprio território.2 O padre Peres deixou-os bem dispostos para desenvolver a missão, e retornou a Belém levando um filho do tuxaua *Mamorini* que, no Colégio de Santo Alexandre, iria aprender português e a *língua geral* ou *nheengatú*.

Vítima da revolta do Maranhão que resultou na segunda expulsão dos jesuítas da Amazônia, em 1684, Jódoco Peres jamais voltou ao rio Madeira. Mas, ponderou para que o rei de Portugal não deixasse Mataurá desprotegida. Em conseqüência, logo no início de 1689, os padres João Ângelo Bonomi e José Barreiros trazendo consigo o filho do principal dos *Iruri*, já batizado e conhecedor da língua geral, retomaram os serviços de catequese no local. Antes de retornarem a Belém no ano seguinte, por motivo de doença, fundaram casa e igreja e recuperaram a residência paroquial que Jódoco Peres havia construído.3

Cerca de um ano depois, João Ângelo Bonomi, restabelecido, voltou para a missão. Enquanto doutrinava e distribuía os sacramentos, caiu de novo doente e mais uma vez teve de se retirar, desta feita definitivamente. A ausência momentânea de missionários facilitando a movimentação dos colonos na captura de índios mansos aldeados resultou num desfalque de população. Esses fatos e as investidas dos índios *Torá* que dilatavam suas correrias até o rio Amazonas onde iam assaltar as canoas utilizadas pelos portugueses no tráfico de produtos florestais, deram causa à transferência da missão de Mataurá para o rio Canumã.(**) Era final de 1691.

A nova aldeia de Canumã ficava no interior do labirinto aquático que cerca a Ilha de Tupinambarana – abaixo da boca do Madeira, extremamente

---

2 – Cf. Antonio Porro. *História Indígena do Alto e Médio Amazonas (séculos XVI a XVIII)*, in: Manuela Carneiro da Cunha (org). *História dos Índios no Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

3 – Cf. Serafim Leite, in *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Tomo III, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

(**) – Canumã. Afluente do baixo Madeira. Desemboca no paraná de Tupinambarana (furo do Arariá ou Urariá), entre o rio Abacaxis e o próprio rio Madeira. Hoje, integra o Município de Nova Olinda do Norte.

comprida, pantanosa e insalubre, limitada ao norte pelo rio Amazonas e a oeste pelo rio Madeira, outrora lugar de habitação dos índios *Tupinambá*, chegados à região entre 1550 e 1600.4

Os *Torá*, procedentes do Maici e do baixo Jamari, ambos tributários do Madeira, continuando a hostilizar aldeias e colonos, agora ameaçam Canumã. Aqui e acolá, os sertanistas e as tropas de guerra encontram dificuldades impostas por eles. Um violento ataque dos mesmos resultou na desativação da missão e no desmantelamento quase total da aldeia, haja vista que a maior parte da sua população em 1696 teve que fugir para o rio Abacaxis, (***) reduto dos índios dessa tribo.

Fundada no início desse ano pelo padre João da Silva, a missão dos *Abacaxis* abrigava umas quinhentas pessoas, distribuídas por cinco grandes malocas rodeando uma assobradada casa paroquial e a igreja. Ficava perto da confluência do rio Madeira com o furo Canumã, uns três ou quatro dias acima da aldeia dos *Tupinambarana*. Ocupava uma nesga de terra firme entre o rio e um lago. Na época de cheia o terreno se estreitava ainda mais, ocasionando doenças e mortandades, motivo que levava parte de seus moradores a espalhar suas casas pelas terras altas próximas. Esse quadro sanitário desfavorável e os ataques dos índios motivariam a transferência da povoação, décadas depois, para um sítio do rio Madeira, quase defronte à atual cidade de Nova Olinda do Norte.

Em 1697 Abacaxis recebeu a visita do governador do Grão-Pará e Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o qual, fazendo-se acompanhar do capitão-mór Hilário de Souza de Azevedo e inúmeros outros militares e civis, vinha de uma viagem de sete meses ao Madeira, Solimões e Negro. Meio século depois igualmente por lá passaria o famoso sertanista, sargento-mór José Gonçalves da Fonseca.

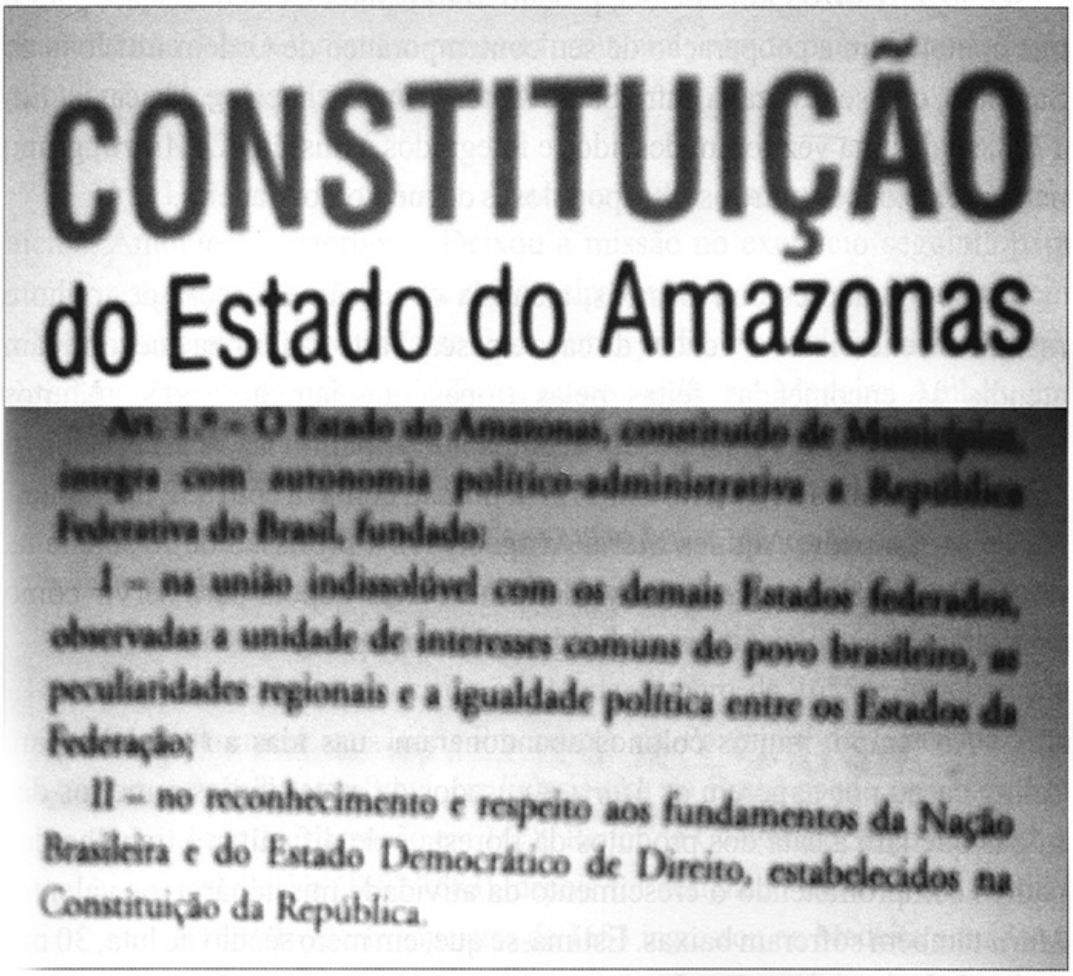
O missionário João da Silva e o irmão leigo Antonio Rodrigues que o assessorava deixaram a missão em meados de 1704, tendo por sucessor o

---

4 – Cf. Serafim Leite, in obra citada, e Antonio Porro, idem, idem.

(***) – Abacaxis. Afluente do baixo Madeira. Desemboca no furo de Tupinambarana, entre os rios Canumã e Apinquiribó. Integrado ao Município de Nova Olinda do Norte.

padre Domingos de Macedo que, à sua vez, foi substituído em 1710 pelo padre Bartolomeu Rodrigues; este, lá ficou até falecer aos 6 de dezembro de 1714. Devemos-lhe um minucioso relato sobre as populações nativas da região: datado de 2 de maio daquele ano, contém a primeira referência aos índios *Mura*. Entre as inúmeras etnias que listou constava a tribo dos *Iruri* e a dos *Abacaxis* – a primeira já bastante desfalcada; e a segunda ainda portava altos índices populacionais.



CONSTITUIÇÃO
do Estado do Amazonas

Art. 1º - O Estado do Amazonas, constituído de Municípios, integra com autonomia político-administrativa a República Federativa do Brasil, fundado:

I – na união indissolúvel com os demais Estados federados, observadas a unidade de interesses comuns do povo brasileiro, as peculiaridades regionais e a igualdade política entre os Estados da Federação;

II – no reconhecimento e respeito aos fundamentos da Nação Brasileira e do Estado Democrático de Direito, estabelecidos na Constituição da República.

Foto do texto preambular da Constituição Estadual de 1989.

Em 1716, os sobreviventes da nação *Torá* - reduzida pela tropa do capitão-mór João de Barros Guerra, - se integraram à missão dos *Abacaxis*. Mas, a população do rio Madeira nem bem deixara de ser incomodada por eles, passou a sofrer as investidas dos *Mura*. Procedentes do Solimões e introduzidos na região através dos Autazes, os valentes silvícolas ocuparam a grande extensão medida do Aripuanã ao Ji-paraná. Combateram contra a

frente de expansão portuguesa, atacaram viajantes, depredaram aldeias e tomaram-lhes os bens. Descendo ao rio Abacaxis, saquearam os roçados no entorno da missão, mataram e aprisionaram vários de seus habitantes.

Após o desaparecimento do padre Bartolomeu Rodrigues, durante quase dez anos Abacaxis ficou desfalcada de sacerdotes. O missionário Manoel da Motta, procedente do Pará, lá compareceu por volta de 1722. Desde logo realizou um intenso, produtivo trabalho de catequização, para o que contou com a cooperação de seu contemporâneo de Ordem frei João de Sampaio, que se revezava entre Santo Antonio da Cachoeira e Abacaxis. Em 1728, só de uma vez foram descidos e integrados à missão 624 *Arara*, grupo nativo relacionado entre os mais populosos do médio rio Madeira.

Os moradores de Abacaxis, além da ocupação em roças de milho e mandioca, exerciam atividades de caça e pesca. Parte da farinha que torravam atendia às encomendas feitas pelas tropas que iam ao sertão. Muitos trabalhavam como remeiros ou acompanhavam milícias armadas sob o comando de cabos de guerra. Em 1730 a missão contava com 932 habitantes. Nesse ano, o padre Aquiles Maria Avogadri fez a profissão de fé solene na povoação, e só deixaria o rio Madeira oito anos depois para servir como assistente espiritual das tropas de resgates do rio Negro.

Ao tempo, muitos colonos abandonaram suas idas ao Madeira para colher cacau por temerem os *Mura*. Acusados de matar índios remeiros das tropas que iam à cata dos produtos da floresta e de dificultar o trabalho dos padres comprometendo o crescimento da atividade missionária, os valentes *Mura* também sofreram baixas. Estima-se que, em meio século de luta, 30 mil deles foram mortos. Frequentemente reprimidos pelas forças punitivas oficiais, acometidos por doenças como a bexiga, o sarampo e a varíola, além de enfraquecidos pelos combates travados contra os *Mundurucu*, só se renderiam em 1784 deixando de existir como "a feroz nação" para as autoridades coloniais portuguesas.5

5 - Cf. Marta Rosa Amoroso. *Corsários no Caminho Fluvial. Os Mura do Madeira*, in: Manuela Carneiro da Cunha (org). *História dos Índios no Brasil*, Companhia das Letras, São Paulo, 1992.

Após o breve ministério do padre alemão João Roque Hundertpfund, em 1744, Abacaxis ficou praticamente sob os cuidados de irmãos leigos. A partir de 1747 o padre Theotônio Barbosa passou a trabalhar ali. Dois anos depois, em relatório encaminhado à sede da Ordem, em São Luís, dava conta do triste quadro demográfico do rio Madeira, duramente atingido no final dos anos 30 do século 18 pelo contágio da varíola. A mais importante missão jesuítica da região, que chegara a abrigar membros de mais de vinte nações indígenas, naquela ocasião estava reduzida a menos de 600 pessoas. Os descimentos se apresentavam como a forma mais rápida para a reposição da população atingida pela doença.6

Em 1750 missionava em Abacaxis outro jesuíta de nacionalidade alemã, Antonio Maysterboug. Deixou a missão no exercício seguinte para cumprir algumas desobrigas na região circunvizinhante, e só retornaria em 1754. Aqui e acolá, revezava-se com outro padre de nacionalidade alemã, Anselmo Eckart, da missão de Trocano, no médio rio Madeira. Ambos, em meados de 1756, dali seriam retirados, à ordem de Mendonça Furtado.

> O FUNDADOR DE ITACOATIARA – Jódoco Peres, missionário suíco, natural de Friburgo/Helvécia, nasceu em 20 de fevereiro de 1633. Ingressou na Companhia de Jesus em 15 de outubro de 1653. Concluiu o noviciado em 15 de outubro de 1655 e foi ordenado sacerdote em 1658. Procedente da Província de Germânia Alta trabalhou na Província Eclesiástica do Brasil donde veio para São Luís do Maranhão em 1678. Reitor do Colégio de Santo Alexandre, em Belém (1682/1683), depois foi designado superior dos jesuítas (1683/1690). Em meados de 1683 ingressou no Madeira e fundou a missão dos *Iruri*, primitiva povoação que originaria Itacoatiara. Faleceu em Belém aos 22 de maio de 1707.

Em 1750, Portugal e Espanha haviam celebrado o tratado de Madri regulamentando os limites entre as duas monarquias. Simultaneamente, o primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, mais tarde marquês de Pombal, implanta em Lisboa um governo forte, marcado pela centrali-

6 – Cf. Marta Rosa Amoroso, idem, idem.

zação administrativa. Além de mandar fomentar o comércio e a agricultura, cria o Estado do Grão-Pará e Maranhão, deslocando o governo de São Luís para Belém. Para governador nomeia seu irmão capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que toma posse em setembro de 1751.

Município de Itacoatiara
Poder Legislativo
Câmara Municipal de Itacoatiara

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA, composta de Vereadores eleitos pela vontade soberana do povo e investido de poderes constituintes, com propósito de assegurar a transparência dos poderes, a ordem jurídico-social justa, a liberdade de direitos, invocando a proteção de DEUS, faz saber a todos os habitantes que DECRETA e PROMULGA a seguinte LEI ORGÂNICA.

Foto da parte superior da capa e do preâmbulo da Lei Orgânica de Itacoatiara (Lei Municipal nº 04, de 5.04.1990).

Mendonça Furtado, acumulando a chefia da comissão portuguesa de limites, deslocou-se até o alto rio Negro para tratar com o encarregado da comissão espanhola, José de Iturriaga, sobre as delimitações territoriais da região. Deixou Belém em 12 de outubro de 1754, mas não fez viagem direta: foi visitando as povoações situadas ao longo do rio Amazonas. A expedição, embarcada em 25 canoas grandes movidas à vela e a remo, era

composta de quase 800 pessoas, entre as quais 205 soldados. Ao anoitecer de 29 de novembro aportou no sítio *Itaquatiara*.(****)

No outro dia, antes da retomada da viagem, foi rezada missa. Uma das pedras do Jauarí, transformada em altar forrado de branco, testemunhou o solene momento religioso. A vazante do rio permitia que os circunstantes divisassem livremente as volumosas pedras da parte mais baixa da enseada do Jauarí, a maioria contendo grafismos rupestres em forma de "caretas", pintados pelos *Aroaqui*, séculos atrás. Uma delas, por conter o registro da passagem de Mendonça Furtado pelo lugar, mais tarde ganharia feições de monumento histórico e de símbolo-mór do Município de Itacoatiara.7

No dia 28 de dezembro Mendonça Furtado alcançou Mariuá, depois rebatizada Barcelos, onde ficou quase dois anos esperando o representante espanhol que lá não compareceu. Aproveitou para melhorar as condições urbanas do povoado, mandar guarnecer a região do Solimões e ir instalar a vila de Borba, ex-Trocano, no Madeira. Voltando a Belém, no dia 23 de novembro de 1756, deu publicação às cartas régias de 6 e 7 de junho de 1755, retirando a administração das aldeias da mão dos missionários e concedendo liberdade aos silvícolas. Em 3 de maio de 1757, formularia o Regimento do Diretório. As aldeias seriam vilas e lugares. O indígena iria exercer as funções políticas – juiz ordinário, vereador das câmaras, etc.. A tutela passaria, do missionário, ao diretor do povoado.8

Em fevereiro de 1756, destituído de Borba, o padre Anselmo Eckart foi se juntar a seu compatriota Antonio Maysterbourg que também entrara em atrito com Mendonça Furtado. Em junho, por recusarem obediência às ordens do marquês de Pombal, foram retirados de Abacaxis e transferidos para Belém. Em novembro, acusados de contrabando e de insuflar os índios contra o governo português, foram sumariamente deportados para Lisboa.

(****) - *Itaquatiara*. Usual grafia indígena (do tupi *i'tá kwati'ara*) aportuguesada para Itacoatiara. Sítio identificado pela ponta de pedras da enseada do Jauari, que deu nome à Cidade. No século 18, parada obrigatória ou "estação de repouso" de autoridades, missionários e sertanistas portugueses que subiam e desciam o rio Amazonas.

7 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *As pedras do Rosário*, trabalho inédito.

8 – Cf. Arthur Cézar Ferreira Reis, in obra citada.

Em 1757, os moradores de Abacaxis, cansados da perseguição dos *Mura*, e procurando um lugar mais propício à sua saúde e tranqüilidade, abandonaram as imediações da Ilha de Tupinambarana e foram se fixar na margem esquerda do rio Madeira, a mais de 150 quilômetros do original núcleo urbano.(*****) Provavelmente estimulados por Mendonça Furtado que com eles contatara em fins de 1755 ou começos de 1756.

A viagem seguinte de Mendonça Furtado ao rio Negro, além de selar o destino do futuro Município de Itacoatiara, iria firmar o ato histórico de implantação da célula político-administrativa que deu origem ao Estado do Amazonas. Em 15 de janeiro de 1758 o capitão-general deixou Belém. No caminho, ia criando as vilas e lugares e instalando as câmaras municipais. No território amazonense rumou direto para o Madeira, tomando direção pelo paraná de Tupinambarana. Deixando Borba, foi se reencontrar com os habitantes da missão de Abacaxis com os quais entabulou um diálogo. Nas palavras do próprio governador:

> "... a 14 [de abril] cheguei à vila de Borba. Aí, demorei-me dois dias, vim buscar a aldeia dos Abacaxis que era da administração dos padres da Companhia, com a resolução de a erigir em vila com o nome de Serpa; porém os seus moradores me requereram instantemente que se queriam tirar daquele sítio, porque nele não logravam uma hora de saúde, e que se conservavam ali violentados pelos padres que os administram. (...) E lhes nomeei uns poucos de sítios para eles escolherem o que lhes parecesse melhor a bem da sua saúde e da sua conveniência. Em observância desta ordem foram ver os sobreditos sítios e escolheram entre eles um chamado *Itaquatiara*, sobre o Amazonas, a dois dias de viagem da primitiva habitação (...) Daí [de Abacaxis] saí a 19 de abril e vim buscar este rio [Negro] onde entrei no dia 23...".9

(*****) – Novo alojamento na margem oposta à da atual cidade de Nova Olinda do Norte. Ficava defronte à ponta de baixo da ilha das Guaribas, próximo do lugar onde é hoje a vila de Axinim, cerca de 100 quilômetros do lago do Sampaio.

9 – Cf. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4.07.1758, ao ministro Thomé Joaquim da Costa Corte Real, in Furtado Belém, *Limites Orientais do Estado do Amazonas*, Manaus, 1912.

No dia 6 de maio de 1758, já no alto rio Negro, Mendonça Furtado instalou a vila de Barcelos que passou a sediar a Capitania de São José do

Município de Itacoatiara
Poder Legislativo
Câmara Municipal de Itacoatiara

REGIMENTO INTERNO
DA CÂMARA MUNICIPAL
DE ITACOATIARA

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 04/1993

PREÂMBULO

A Mesa da CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo, em Sessão do dia 22/06/93, aprovou e a Presidência PROMULGA a seguinte RESOLUÇÃO LEGISLATIVA.

Foto da capa e do preâmbulo do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução Legislativa nº 04, de 22.06.1993).

Rio Negro, inaugurada no dia seguinte. Ato contínuo deu posse ao governador, seu sobrinho afim, coronel de infantaria Joaquim de Mello e Póvoas. Criada pela carta régia de 3 de março de 1755, desmembrada do Estado do

Grão-Pará, porém a ele subordinado, a Capitania vinha fortificar o aparelho administrativo português na parte mais ocidental da Amazônia.

Mendonça Furtado retornou a Belém no dia 26 de dezembro de 1758. Depois de passar as rédeas da administração a seu substituto legal, dom frei Miguel de Bulhões, viajou para Lisboa, aonde chegou em 28 de maio de 1759. Em 19 de julho foi nomeado ministro do governo português.

Antes de deixar a região, em carta de 25 de outubro de 1757 baixou instruções ao coronel Joaquim de Mello e Póvoas acerca de suas obrigações políticas e militares, inclusive mandando substituir os nomes gentílicos das aldeias prestes de instalar por topônimos portugueses – decisão que foi comunicada a Lisboa em 13 de junho de 1757 e repetida um ano depois. Para ele, não era lícito que vilas e povoados de um distrito do Império Português fossem crismados com termos indígenas. Que o índio fosse bem tratado, porém que se lhe ensinassem logo a língua portuguesa.10 Daí que o nome Serpa dado à aldeia dos *Abacaxis* advém da freguesia encravada na província do baixo Alentejo, zona meridional de Portugal, palco de muitas batalhas contra os mouros e os espanhóis.

> O CONSOLIDADOR DA VILA DE SERPA. Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769). Político e militar português. Irmão do marquês de Pombal. Capitão-general e governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751/1759). Chefe da Comissão de Limites entre Portugal e Espanha (1753/1759). Sua corajosa e firme atuação em favor da transferência da aldeia de Abacaxis para a margem esquerda do rio Amazonas (1758) resultou na instalação da vila de Serpa, a atual cidade de Itacoatiara (1759). Voltou a Portugal para assumir o cargo de ministro da Marinha e Ultramar. Faleceu, aos 69 anos de idade, em Vila Viçosa a 15 de novembro de 1769.

10 – Cf. Arthur Cezar Ferreira Reis, in obra citada.

3.2. Vila & Município

A transferência da povoação teve início em 18 de abril de 1758 e foi concretizada por grupos de índios mansos das tribos *Abacaxis*, *Mundurucu*, *Torá*, *Iruri* e *Arara*. Trabalhando em ritmo de mutirão, desembarcaram no sítio *Itaquatiara* dando início à derrubada, limpeza e encoivaramento do largo trecho de terra alta da beira do rio Amazonas, dominado por imensa e quase impenetrável floresta, escolhido para sediar suas residências, a igreja, a Casa da Câmara e a Cadeia Pública. As construções em madeira e palha colhidas no próprio lugar ladeavam o terreno destinado à praça principal.(*) Dalí a alguns meses, o povoado alcançaria os foros de vila ajustando-se à forma municipalista primária.

Paulatinamente, àqueles pioneiros se juntariam os remanescentes dos *Aaná*, *Bary*, *Baniba*, *Juri*, *Curuaxiá*, *Maué*, *Passé*, *Sará*, *Tururi*, *Anicoré*, *Cumaxiá*, *Aponariá*, *Juqui*, *Pariqui*, *Juma*, *Urupá* e *Mura*. Comunidades indígenas que, envolvidas pelo processo de caboquização decorrente dos cruzamentos étnicos, brevemente desapareceriam.

A localização estratégica do novo núcleo, levantado junto à confluência do rio Madeira com o rio Amazonas, atendendo aos interesses metropolitanos, possibilitava maior controle sobre as aldeias das vizinhanças. De acordo com o que afirmara Mendonça Furtado,

> "... o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro, e os índios (...) civilizar-se-ão".11

Para promover a secularização da aldeia missionária de Abacaxis e outras inseridas no plano deixado por Mendonça Furtado, dando-lhes o estatuto de vilas e povoados, conforme determinado pela carta régia de 14 de setembro de 1758, antes de findar esse ano Joaquim de Mello e Póvoas empreendeu uma longa viagem cobrindo o médio e o alto Amazonas, além dos rios Urubu e Madeira. Fez-se acompanhar do vigário-geral do Alto Rio

(*) – Atual praça da Catedral de Nossa Senhora do Rosário.

11 – Cf. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de 4.07.1758, citada.

Negro, padre José Monteiro de Noronha, que, nomeado em dezembro de 1755, havia pouco entrara no exercício de suas funções.

Segundo a narrativa do governador Mello e Póvoas,

> "Nesta mesma viagem fui à antiga aldeia dos Abacaxis a qual está mudada para Itacutiara [assim no original], situação sem dúvida a melhor desta Capitania e a erigi em nova vila de Serpa, segundo as

Vista aérea do centro histórico. O local indicado pela seta, defronte ao prédio onde funcionou o Correio (esquina da praça da matriz com a rua Saldanha Marinho), sediou à Câmara/Cadeia Pública em 1858/1865 e em 1867/1874; e somente à Cadeia em 1874/1894. Demolida em 1889 deu lugar ao primeiro Mercado Público.

> ordens de Sua Majestade que Vossa Excelência me deixou para assim o fazer. O capitão engenheiro Fellippe Sturm fez a planta da dita vila e nela fez as demarcações precisas para se levantarem todos os edifícios que naquela vila deve haver (...) Na criação desta vila usei toda a mesma formalidade que vi praticar em todas as que Vossa Excelência criou, e que eu tive a honra de assistir. Remeto as

plantas de Borba, Serpa e Silves para que Vossa Excelência veja a forma que devem ter".12

O projeto da vila, que o governador Mello e Póvoas encomendara ao engenheiro militar alemão, previa um traçado com forma de hexágono e jamais foi executado. O original manuscrito da respectiva planta encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.13

O ato solene de sua instalação ocorreu no dia 1º de janeiro de 1759. E, nos termos do Código Filipino e da legislação acessória que regulavam o regime municipal português, obedeceu ao seguinte ritual: reunida a população na praça e perfiladas as autoridades defronte à Casa da Câmara, foi declarado o lugar graduado em vila, com o nome de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Ao levantamento do Pelourinho, foguetes espocaram e deram-se gritos de "viva o rei". O Pelourinho, ali representado por um grosso esteio de madeira de lei levantado no meio da praça, simbolizava as franquias municipais.

Culminando a festa cívica, foi instalada a Câmara, entidade jurídica de direito público que, além do gerenciamento do poder administrativo e do cumprimento das atribuições judiciárias, iria exercer um importante papel político na vida comunitária. Em seguida foi dada posse aos vereadores, ao juiz ordinário e ao diretor do povoado. Nascia o Município de Itacoatiara.

À falta de documentação, desconhecemos a identidade e qualificação daqueles primeiros agentes públicos. Sabe-se, apenas, que foram escolhidos dentre as pessoas mais esclarecidas do lugar, cidadãos portugueses e índios aculturados, perfeitamente integrados à nova realidade social e política que ali se inaugurava.

---

12 – Cf. Carta de Joaquim de Mello e Póvoas, de 16.01.1760, a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. E carta de 20.01.1760, do mesmo teor, remetida a Thomé Joaquim da Costa Corte Real, in *Cartas do primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro Joaquim de Mello e Póvoas – 1758-1761*, CEDEAM-UFAM, Manaus, 1983.

13 – Cf. Nestor Goulart Reis (org), in *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*, pág. 305, Edusp, São Paulo, 2000.

A fundação do Município de Serpa formava no médio Amazonas uma importante circunscrição político-administrativa do Estado português com governo próprio e poderes suficientes para agregar grupos de famílias mediante o arrebanho e catequese dos indígenas. Tanto que naquela mesma data também foi solenemente instalada a Paróquia, colocada sob invocação de Nossa Senhora do Rosário, desde logo designada padroeira municipal. Na pequena e tosca igreja, com a frente voltada para o rio, foi celebrada missa em ação de graças pelo padre José Monteiro de Noronha.14

> CRIADOR DO MUNICÍPIO. Joaquim de Mello e Póvoas. Político português. Coronel de infantaria. Nomeado primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, em 18 de julho de 1757, assumiu em 7 de maio de 1758. Ao inaugurar, em 1º de janeiro de 1759, a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e dar posse aos vereadores da nova Câmara, deu ensejo à criação do Município de Itacoatiara. Substituído em Barcelos, em 25 de dezembro de 1760, pelo tenente-coronel Gabriel de Souza Filgueiras, foi assumir em São Luís a Capitania do Maranhão.

14 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara*, pág. 32, Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 2004.

3.3. Período Colonial

A evolução do Município de Serpa nos primeiros cinqüenta anos do período colonial não apresentou aspectos muito positivos.

Pelos estatutos decretados de Lisboa, as câmaras deviam atender aos problemas urbanos, taxar serviços, cobrar impostos sobre tudo o que se vendia e comprava, à exceção de pão, vinho e azeite, pagar ordenados a servidores e despender com presos e degredados. Reunindo-se duas vezes

À direita, prédio do antigo Quartel da Guarda Nacional onde foi reinstalada a vila de Serpa (24.06.1858) e sediada a Câmara/Cadeia Pública em 1858 e de 1865 a 1867. À esquerda, prédio da Escola de Primeiras Letras: sediou a Câmara em 1874/1890.

por semana, obrigavam-se a tomar contas aos tesoureiros e procuradores. Os assuntos fora da sua alçada deviam ser levados à autoridade superior, a quem competia a decretação da providência almejada pela coletividade.

O maior dos nossos historiadores, Arthur Cézar Ferreira Reis, ensina:

"Na Amazônia [as câmaras] foram geralmente compostas de cinco membros, inclusive o presidente e o procurador, como os vereadores, eleitos anualmente de acordo com o costume e as leis. Integrados, na maioria, pela gentilidade que acabara de sair da tutela dos missionários ou viera descida da selva pelos funcionários do Estado, naturalmente seus primeiros anos decorreram sem que se registrassem movimentos expressando anseios progressistas (...) sentimentos de liberdade. [Os vereadores], escolhidos entre esses nativos, em sua quase totalidade não sabiam ler nem escrever, donde as atas serem assinadas em cruz!

Logo que começaram [as câmaras] estabeleceram os regimentos para os oficiais de ofícios: ferreiros, pedreiros, carpinteiros, sangradores, barbeiros, alfaiates, sapateiros, assim como taxaram os gêneros da alimentação. Obedecendo às ordens governamentais, riscaram planos relativos à maneira de construir as casas, regular os terrenos, traçar o arruamento, atender à alimentação dos moradores, incentivando-os à criação e à lavoura de frutos nativos e europeus.

As edilidades não possuíam, todavia, um poder total para governar as vilas e seus distritos. Mendonça Furtado baixou ordem regulando a existência dos grupos humanos do interior, criando um funcionário, o Diretor, donde o nome de Diretório dado a esse regimento, encarregado de dirigir e orientar em tudo as populações.

Absorvendo, em muito, as funções das edilidades, os diretores eram como pequenos senhores... Suas atribuições lhes asseguravam uma posição especial, pondo-os fora de toda e qualquer subordinação às câmaras. Entre outras coisas, deviam cuidar das populações indígenas, comandando os descimentos, organizando a produção local, dirigindo serviços de interesse coletivo".15

O diretor era, assim, a primeira autoridade civil, de nomeação direta do governador da Capitania e a ele subordinado. Porém, o exercício ao mesmo tempo de cargos que mais tarde caberiam a outros funcionários

15 – Cf. o autor citado, in *História de Óbidos*, Civilização Brasileira/MEC, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1979.

titulados, gerava sérios conflitos de jurisdição. Aqui e ali, o diretor colidia com a Câmara, excedia-se, esquecendo suas obrigações funcionais.

Na administração do coronel Joaquim Tinoco Valente (1763/1779), a Capitania de São José do Rio Negro atravessava a maior crise. Os diretores das povoações, abusando da posição, praticavam o comércio ilícito do braço indígena, escravizando-o. Desfalcadas de gente, as vilas arrastavam uma vida miserável. A população de Serpa seguidamente sofrendo a investida das expedições régias, ora oscilava para cima ora para baixo. Muitas famílias, que escaparam da sanha escravista dos expedicionários que iam a Mato Grosso, fugiam para o interior das matas.

Em 1774 era diretor da vila de Serpa Manoel Teixeira. Os vereadores com assento na Câmara eram índios pouco instruídos e ignoravam o papel político que representavam. Esse fato, mais ou menos similar em toda a Amazônia, iria justificar a reforma política de 1796, implantada pela coroa portuguesa, substituindo a eleição dos nativos pela dos representantes da classe proprietária ou comerciantes.

Um provimento de 1774, baixado pelo ouvidor e intendente-geral da Capitania, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, estabelecendo o processo eleitoral, definia a anualidade da eleição dos juízes e oficiais da Câmara (vereadores) que se realizaria na segunda oitava de Natal (10 de janeiro). Os candidatos, inscritos em papéis avulsos guardados em cofre, seriam sorteados em público; um menino de até 7 anos de idade retiraria os nomes e os eleitos seriam empossados após o juramento dos Santos Evangelhos. Em caso de morte de algum dos escolhidos, proceder-se-ia nova eleição e posse, "sem precisão de darem parte ao ouvidor".16

Em visita de correição, Ribeiro de Sampaio chegou a Serpa em 21 de setembro daquele ano. Procedente de Silves passou dois dias na vila. Além do disciplinamento das eleições que se realizaram no ano seguinte, baixou posturas definindo as penas dos criminosos e as formalidades para abertura de inventários a favor de órfãos e viúvas. Levantou o mapa da população e

16 – Cf. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, in *As viagens do ouvidor Sampaio (1774/1775)*. Coleção Hiléia Amazônica, Associação Comercial, Manaus, 1985.

da produção agrícola locais. Em trinta e três casas havia 366 moradores, sendo 55 brancos, 22 escravos e 285 nativos (143 homens e 142 mulheres). Destes, 10 estavam à disposição da Câmara, 19 trabalhando nas canoas de regatão e 29 ocupados na pesca e em suas próprias roças. Trinta e oito deles, na faixa etária de 7 a 15 anos; cento e quarenta e sete, na de 15 a 60 anos; e dezoito, na de 60 a 90 anos.

No ano anterior, haviam sido plantados em Serpa 700 pés de café, 900 de cacau, 19.700 de tabaco e 100 de algodão. Em 1774, as 436 arrobas

Foto da ex-loja "A Pernambucana", à praça da Matriz. Aqui funcionou, em 1890/1892, o Conselho Municipal e em 1892/1906 a Intendência de Itacoatiara.

colhidas de cacau pertenciam aos residentes portugueses, pois o serviço dos índios se resumia ao plantio de mandioca. O peixe era abundante e variado; no litoral e nas praias próximas proliferavam tartarugas.17

O ouvidor Sampaio externou a boa impressão que teve da vila, "cuja praça vistosa forma um paralelograma, a igreja e as casas do pároco e do encarregado do povoado acham-se em bom estado". Porém, condenou a

17 – Cf. o autor e obra citados.

passividade e negligência com que o diretor da vila tratava os assuntos administrativos, descuidando de construir nova cadeia. Os índios *Pariquis*, "por diligência do sargento-mór Antonio da Costa Medeiros, no momento, estavam sendo descidos do rio Uatumã".18

Serpa ainda evoluía lentamente, representava um amontoado promíscuo de casas, feitas sem delineamento, na clareira da mata virgem. Seus habitantes, entregues à vida pacífica da agricultura de subsistência, à caça, à pesca e à criação de quintal, possuíam seu cemitério imediatamente atrás do acanhado aglomerado urbano.

Em 1787, quando da visita do sexto bispo do Pará, dom Caetano Brandão, sua população estimava-se em 1.200 pessoas. O prédio da igreja matriz, ainda malfeito, tinha melhorado em relação ao primitivo barracão de madeira e palha. Na subida do rio, o bispo achou-a em estado miserável, "em osso, negra e toda esburacada", e logo determinou a sua reparação. Na volta, encontrou-a "caiada e já com diferente aspecto". Nos idos de 1791 foi devorada por um incêndio e em 1795 reconstruída pelo coronel Manoel da Gama Lobo d'Almada, terceiro governador da Capitania.

À época, o mesmo governador recomendara aos diretores de vila para que mandassem ampliar as roças de mandioca e incentivar a produção estadual de farinha. Condenou a ação criminosa de vários deles explorando os índios em serviços particulares, "dificultando-lhes os cuidados de suas casas e roças para abrigo e sustento das suas famílias".19

Em fins de 1791, a distância, a insegurança e a falta dos recursos mais elementares à alimentação, obrigaram Lobo d'Almada a mudar a sede da Capitania do Rio Negro de Barcelos para o Lugar da Barra, mais enxuto e estratégico. Desde então, a futura Manaus condecora-se a si própria como capital, ao arrepio dos diplomas reais, fato que os historiadores creditam à anarquia política reinante na região no período pré-imperial.20

---

18 – Idem, idem.

19 – Cf. Arthur Cézar Ferreira Reis, in *Lobo d'Almada, um estadista colonial*, 3ª edição, série Clássicos da Academia, Editora Valer, Manaus, 2006.

Em 1796, as câmaras das vilas, como sintoma de maior centralização absolutista, passaram a ser presididas por juízes-de-fora, nomeados pelo soberano português. À falta destes, no Amazonas, continuaram os juízes ordinários, responsáveis pelo julgamento das causas mais simples em que as partes não gozavam de foro privilegiado. Escolhidos entre os vereadores eleitos, acumulavam as funções de juiz de órfãos. As questões criminais e cíveis mais complexas e/ou pendentes de recursos, eles os remetiam para análise e decisão do ouvidor da Capitania.21

A carta régia de 12 de maio de 1798, ao abolir o sistema de Diretoria dos Índios e criar o Corpo de Trabalhadores, além de garantir braços para o serviço real, ensejou os negócios diretos entre colonos e silvícolas. Mas, não impediu que se continuasse a explorar o trabalho destes. As expedições de caça ao índio se disseminaram ainda mais, causando enorme desfalque de população aos aglomerados urbanos.

Em 1799, a sede da Capitania é reconduzida a Barcelos. Nove anos depois, com a transferência da sede da Monarquia portuguesa para o Rio de Janeiro, em conseqüência das guerras napoleônicas de 1808, a Amazônia se reintegraria ao Brasil. Nesse ano, a capital voltaria para a Barra que logo sediaria a Ouvidoria-geral e o Comando Militar da Capitania.

Em 1810, o reinado brasileiro fez modificações não substanciais na legislação referente às câmaras que continuavam eletivas. Criou a figura do juiz de julgados, eleito por um ano, como os vereadores, e cuja alçada se resumia em dar conhecimento das ocorrências às autoridades e exercer a política urbana e suburbana.

Entrementes que no Rio de Janeiro se ampliavam as lutas em prol d Independência do Brasil, no extremo norte a Capitania de São José do Ri Negro continuava subalterna à Província do Pará. A decadência era visível, a região carecia de atenção e providências do governo central. Serpa levava uma vida simples, acanhada, quase vegetativa; ansiava desesperadamente

20 – Cf. Arthur Cézar Ferreira Reis, in obra citada, e Mário Ypiranga Monteiro, in *Fundação de Manaus*, 4ª edição, Editora Metro Cúbico, Manaus, 1994.

21 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Presença do Poder Judiciário...*, citado, pág. 33.

por melhores dias.

Tais condições adversas ensejaram críticas e deboches dos cientistas bávaros Spix e Martius que em outubro de 1820 estiveram visitando a vila. Após três dias de estada no lugar, manifestaram-se depreciativamente:

Foto do Palacete Aquilino Barros. No piso superior funcionou, de 1906 a 1932, a Intendência (denominada, a partir de 1926, de Câmara Municipal).

> [Ela era] "tão pobre de indústria, como de população, constando só de 20 e poucas cabanas todo o lugarejo" (...) Tudo aqui indica a máxima decadência, observação que mais significado tem visto

> Serpa ser um dos mais antigos povoados de toda a Província do Rio Negro e, mesmo na ocasião de nossa estada, era ainda a sede municipal da Fortaleza da Barra, situada a oeste, e que não possuía, então, o seu senado da Câmara. Os poucos moradores índios tinham perdido todo o vestígio de suas diferentes origens, e falavam a língua geral. Era gente desleixada, apática". 22

O status social e econômico negativo não era exclusivo de Serpa nas primeiras décadas do século 19. Barcelos, desde que perdera o título de capital, apresentava um quadro de desesperança e vulnerabilidade. O Lugar da Barra, mesmo que capital de fato, pouca coisa influenciava. Destituído de predicação de vila, governava-se pela Câmara de Serpa, que para lá se deslocava em exercício de suas funções. Mas, Barra e Serpa eram simples povoados, urbanisticamente desorganizados, com as ruas irregulares, sem iluminação noturna, tomadas pelo mato e sem nomes oficiais.

Todavia, o fato de Serpa ser a única a possuir uma Câmara atuante e corajosa, dava-lhe um destaque político todo particular. Em 1817, o governador José Joaquim Vitório da Costa - em cuja gestão consumou-se a ruína de Barcelos e fomentaram-se intrigas entre seus auxiliares e as autoridades municipais - avisado da proximidade de sua substituição pediu às câmaras um atestado elogiando a sua administração. Ameaçados de deportação, os vereadores da maioria das vilas lhe satisfizeram o desejo. Só a Câmara de Serpa lhe negou, alegando desconhecer os serviços à Capitania.23

De 1821 a 1826 a atual cidade de Manaus era considerada para todos os efeitos um simples subúrbio de Serpa. Para cá vinham os seus moradores "requerer licença para abrir casas de negócio, para pescar nas praias, para colher as drogas e os frutos, para legalizar, enfim, a posse de suas terras". A Câmara de Serpa, "cheia de orgulho e por sua condição de superioridade sobre a capital, mantinha lá um juiz de julgados".24

---

22 – Cf. Johan Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius, in *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*, tradução de Lúcia F. Lahmayer, Melhoramentos, São Paulo, 1976.

23 - Cf. Arthur Cézar Ferreira Reis, in *História do Amazonas*, citada.

24 - Cf. Bertino de Miranda *apud* Mário Ypiranga Monteiro, in *Fundação de Manaus*, 4ª edição, Ed. Metro Cúbico, Manaus, 1994, e Arthur Cezar Ferreira Reis, obra citada.

Nessa conjuntura, a Barra continuava como capital, caso sem dúvida extraordinário: uma capital sem ser vila e sem ter câmara própria. Por isso que, esvaziada a Câmara de Barcelos, para presidir às solenidades oficiais e tornar válidos os atos administrativos, a Capitania não podia prescindir do apoio da Câmara de Serpa!

Os vereadores da vila de Serpa ralavam-se de preocupação para levar a bom termo aquela missão e, faltando-lhes tempo para deliberar sobre os assuntos puramente locais, sem o querer prejudicavam o seu Município; davam-se ao trabalho obrigatório de fazer suas reuniões na capital, pegando no cabo do remo como qualquer um do povo. Sendo a vereança um serviço gratuito, talvez recebessem por esses deslocamentos alguma ajuda de custo.

No começo de 1821, demitido o último governador colonial Manoel Joaquim do Paço, é instituída uma Junta Administrativa Provisória, e dela participa o vereador mais velho da vila de Serpa, João da Silva e Cunha. Então, circulavam notícias de que no sul do país se tramava a separação do Brasil de Portugal, mas o interior amazonense não se contaminou por essa idéia. Em nível local, sucedem-se as manifestações populares e os atritos entre autoridades civis e militares.

A patriótica Câmara de Serpa também é levada a se integrar à linha de frente do movimento autonomista. Realiza no Lugar da Barra as sessões de 7 e 17 de março de 1822. Regressa a 4 de abril e a 22 realiza em Serpa o juramento solene de obediência à Constituição Portuguesa, ao rei dom João VI e à Junta Geral do Pará. Voltando à futura Manaus, em sessão solene do dia 1° de julho na igreja matriz, perante a Junta Administrativa e demais autoridades, jura a mesma Constituição.

No dia 12 de julho de 1822 o ouvidor-geral da Capitania, Domingos Nunes Ramos Ferreira, é recebido em Serpa. Em audiência de correição, ouve a todos, registra as queixas e exigências dos moradores. A Casa da Câmara e a Cadeia Pública reclamavam consertos. O Pelourinho havia sido retirado da praça e devia voltar ao lugar primitivo. Havia uma pendência entre o vigário da Paróquia e a Câmara sobre os direitos de domínio da casa

que o primeiro ocupava. O ouvidor determina que o imóvel seja devolvido à Câmara e que o Pelourinho volte para frente da igreja.25

Apreende-se daí que a sede da Câmara ficava próximo à igreja (onde é hoje a Quadra "Herculano Castro e Costa") e o Pelourinho no centro da pracinha em frente ao atual Restaurante "Panorama". Desconhecemos as razões e a data de retirada do Pelourinho de seu lugar de origem. A partir da audiência do ouvidor Nunes Ferreira, esse instrumento de justiça, onde eram acorrentados ou amarrados os presos de justiça, escravos, índios, acusados de faltas leves, e açoitados, passou a ter apenas valor histórico.

O período colonial findou em 7 de setembro de 1822. A Câmara de Serpa continuaria fiel à sua responsabilidade, seguindo à risca os preceitos legais. Em 22 de novembro, dois meses e meio após o grito do Ipiranga, especialmente convocada à Barra, adere à Independência e presta o juramento de obediência e fidelidade a dom Pedro I. Em seguida é organizada a Junta Governativa, presidida por Bonifácio João de Azevedo e integrada por Luiz Ferreira da Cunha, Raimundo Barroso de Bastos, Plácido Moreira de Carvalho e o ex-camarista da vila de Serpa João da Silva e Cunha.

> O PATRIOTA DA AUTONOMIA AMAZONENSE. João da Silva e Cunha. Vereador mais velho e juiz ordinário da Câmara de Serpa nos idos 1820/1830. Antes e após a Independência do Brasil, lutou tenazmente pela separação da Capitania de São José do Rio Negro da Província do Pará. Membro da Junta Administrativa Provisória do Amazonas em 1820/1822 e da Junta Governativa em 1822/1825. Presidente do Conselho Revolucionário em 1831/1833. Eleito pela Câmara Municipal de Manaus, em 03.01.1834, Juiz de órfãos da Comarca do Alto Amazonas, cargo que exerceu até 1836. Vereador à Câmara Municipal de Manaus em 1842. Segundo o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, "João da Silva e Cunha é o patriota das agitações autonomistas de 1832".

25 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Presença do Poder Judiciário...*, citado, pág. 37, e in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, págs. 66/67, Gráfica Papyros, Manaus, 1997.

3.4. Serpa no Império. Extinção e Restauração da Vila

Consumada a separação entre Brasil e Portugal e posta em vigor a Constituição Imperial de 1824, no dia 6 de fevereiro de 1825 a Câmara de Serpa realiza sua última sessão no Lugar da Barra: na matriz de Nossa Senhora da Conceição em presença da Junta Governativa jura solenemente a nova Carta Magna. Nesse ano, de tanto gastar nessas idas e vindas, ficou insolvente. Não tinha recursos para custear (pasmem os que me lêem!) a construção da segunda cadeia do Lugar da Barra. Lá estava o juiz de julgados João Pedro Faria, eleito por um ano pela Câmara de Serpa.

Prédio do antigo grupo escolar "Venceslau Brás", inaugurado em 1919, e atual sede da Prefeitura. À esquerda funcionou, de 1935 a 1972, a Câmara Municipal de Itacoatiara.

Nesse ínterim o ouvidor-geral Nunes Ferreira e a Junta Governativa entram em conflito, o que motivou a intervenção do presidente do Pará, José Félix Pereira de Burgos; em julho de 1825, para preservar a autoridade do ouvidor, decreta a extinção da Junta e manda remover para a futura Manaus a Câmara de Barcelos.

Essa edilidade assumiu no dia 3 de dezembro a direção dos serviços públicos da capital e, ao substituir a Junta, passou a exercer o papel de câmara governativa. Tais fatos, três dias depois levados ao conhecimento da vila de Serpa, além de barrarem a desenvolta atuação de sua Câmara no Lugar da Barra, derrogavam a superioridade que ela até ali exercera sobre as demais povoações amazonenses.

Liberada de seus compromissos externos, daí advém uma expectativa de que a heróica casa legislativa se entregaria por inteiro aos interesses estritamente municipais e, assim, os espaços de progresso e bem-estar dos comunitários locais seriam ampliados. A premissa era falsa porque mais e mais decepções vinham a caminho. Uma política municipalista equivocada, causa da fermentação do ódio e das paixões, provocadora da animosidade entre localidades, iria ferir de morte a vila de Serpa.

Continuando as desavenças no rio Negro, em 1º de outubro de 1828 o imperador dom Pedro I promulgou a Lei regulamentar das câmaras ou Código de Vereadores. Os municípios se transformaram em corporações meramente administrativas e os vereadores passaram a gozar de absoluta garantia no exercício de suas funções. Mantida a gratuidade do trabalho do vereador, nas vilas as câmaras passaram a ter sete membros, dois dos quais formando o juizado de paz. As eleições municipais seriam realizadas no dia 7 de setembro, de quatro em quatro anos. A presidência da Casa caberia ao vereador mais votado. Quem faltasse às sessões sem motivo justificado seria multado em dois mil réis. A posse dos suplentes deveria obedecer à ordem decrescente dos votos por eles recebidos na última eleição.

A publicação do Código de Processo de 1832, contendo as instruções sobre a organização dos municípios, omitiu o nome de Serpa na relação dos novos termos amazonenses. O decreto de 25 de junho de 1833, expedido pelo governo do Pará, extinguiu a Capitania do Rio Negro, as vilas de Silves, Borba, Santo Elias e Vila Nova da Rainha e criou a Comarca do Alto Amazonas, sediada em Manaus e integrada por quatro vilas: a própria capital, Barcelos, Maués e Tefé.

A nova Comarca continuou governada pelos comandantes militares enviados de Belém, e essa sujeição aumentou a frustração e a revolta do povo. A movimentação nativista descambou para a luta armada e mais uma vez lá estava o idealista itacoatiarense João da Silva e Cunha. Sustada no período de eclosão da famosa guerra dos cabanos, a luta pela autonomia do Amazonas seria retomada de forma mais branda na segunda metade de 1840, dando-se ênfase às tratativas políticas e parlamentares.

Quanto a Serpa, sua exclusão do quadro de municípios foi um ato vil, deliberadamente proposital. Extinta, a vila foi rebaixada a freguesia, tipo de organização infra-municipal comparável a Paróquia, entidade intimamente ligada à estrutura eclesiástica. Questionado, o Conselho paraense reuniu-se extraordinariamente no dia 8 de outubro de 1833 e, ao invés de reparar a injustiça, baixou as instruções de 14 de agosto do ano seguinte tornando Serpa um simples distrito anexo ao termo de Manaus.

O rebaixamento da vila, que resultou na extinção do Município, além de atrasar suas conquistas materiais e espirituais, golpeou fundamente os brios da futura Itacoatiara. O decreto paraense veio em represália à independência com que se portara a Câmara de Serpa. Enquanto esta expôs sinais de combate defendendo o coletivo amazonense, Manaus mirou a si mesma. Do episódio resultou a lição de que em política não há justiça; há sim vencedores e vencidos. Esperava-se que a nova Câmara de Manaus protestasse contra o ato ilegal e arbitrário. Ou, pelo menos, se solidarizasse com a ex-vila de Serpa. Nenhuma coisa nem outra. Vítima, assim, do ódio e da ingratidão, Serpa daria prosseguimento à sua longa caminhada. Dois anos depois a Cabanagem tingiria de sangue a freguesia.

O famoso levante armado envolveu toda a Amazônia. Os cabanos – índios, caboclos e escravos africanos vingando-se das explorações – em janeiro de 1835 tomaram Belém e avançaram por todo o interior. Em cinco anos de combate entre os rebeldes e as forças legais foram mortas mais de 12.000 pessoas. Em 1836, Serpa e Amatari foram duramente atingidas e Manaus cedeu duas vezes. Em 1837, Ambrósio Aires, até então o mais valente defensor da Comarca, foi massacrado e morto em Autazes.

Encerrada a sedição, Serpa ficou na maior penúria. Sua população, que em 1840 ascendia a cerca de 700 pessoas, diminuiu consideravelmente. Sua produção agrícola praticamente desapareceu. Seu arquivo foi saqueado e dele desapareceram importantes documentos, como a carta régia da coroa portuguesa que delimitou o patrimônio urbano da antiga vila.

Para o naturalista francês Paul Marcoy, que passou por Serpa em julho de 1847, a visão do lugar não era das mais alvissareiras:

Foto do prédio da rua Eduardo Ribeiro próximo à igreja de São Francisco de Assis. Sediou, entre 1972 e 1988, a Câmara Municipal de Itacoatiara.

> "Logo abaixo da foz [do Arauató] fica a vila de Serpa, que consiste de umas trinta casas dispostas em linha num barranco amarelo-pardo que se eleva a dez pés sobre o nível da água. As casas ficam tão juntas uma das outras que a certa distância parecem um só edifício. Ao redor das casas há uma extensão considerável de grama amarela e ressecada; ao fundo eleva-se o paredão verde da floresta. Isto é Serpa!

> [Navegando junto à margem], procuramos em vão por um morador ou por uma janela aberta no alinhamento de casas. Tudo estava fechado e silencioso. Assim que mudamos o rumo, o barulho das roldanas mal engraxadas [da nossa embarcação] acordou alguns cães de guarda que não havíamos visto. Sete ou oito deles, todos em pele e osso, arremeteram para a margem do rio seguindo-nos com latidos furiosos.
>
> "Essa cidade fantasma, que logo perdemos de vista (...) devia estar mergulhada num sono profundo".26

Diferente opinião manifestou o bispo paraense dom José Afonso de Morais Torres que, entre 7 e 18 de setembro daquele ano, parou em Serpa e descreveu-a "com pouco mais de cinqüenta casas e uma espaçosa igreja coberta de telhas". Pensou até em construir um seminário "para aproveitar muitos moços, aliás talentosos mas sem meios para irem estudar na capital desta Província".27

Também olharam com simpatia o lugar os cientistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace. O primeiro, chegado às vésperas do Natal de 1849, sem esconder o estado miserável da freguesia, ressaltou que

> "Serpa é uma pequena vila composta de cerca de oitenta casas, acima do nível do rio. (...) Trata-se de um povoado antigo que em outros tempos foi sede do governo distrital, com jurisdição sobre a Barra do Rio Negro. (...) Quando ali chegamos, a vila mostrava-se cheia de animação por causa do grande número de pessoas que tinha vindo de fora para as festas. O porto estava cheio de embarcações, grandes e pequenas, desde as montarias com seu toldo em arco feito de cipó trançado e folhas de maranta, até os barcos de dois mastros dos mercadores, que para ali tinham acorrido na esperança de comerciar com os agricultores vindos de distantes pontos da região para assistir às festas. (...) A população parecia constituída, em sua maioria, de índios semicivilizados, que

26 - Cf. Paul Marcoy, in *Viagem pelo rio Amazonas*, tradução, introdução e notas de Antonio Porro, Edua, Manaus, 2001.

27 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia*... citada, página 80.

> moravam, como de hábito, em choças de barro. As ruas tinham um traçado irregular e estavam cheias de mato. (...) As poucas pessoas da raça branca residentes ali, bem como os mestiços de classe mais alta, moravam em casas mais bem construídas, caiadas e cobertas de telhas. Todos os moradores do lugar, tanto homens quanto mulheres, me pareceram ao mesmo tempo mais cordiais no trato e mais rudes de hábitos do que os brasileiros que eu havia conhecido até então. (...) Alguns dos moradores do lugar eram gente de peso, sendo proprietários de navios mercantes, de escravos e de vastas plantações de cacau e fumo".28

Durante os cinco dias que passou em Serpa, Bates participou das festas natalinas, anotou gestos e hábitos de índios e negros, ouviu diversos populares e pesquisou a natureza local. Dedicou particular atenção às festas do sairé (*çairé*) e de São Benedito; nesta os devotos passaram a noite toda cantando e dançando ao compasso do *gambá* e do *caracaxá*.

Assim que Bates se retirou, Wallace chegou. Era final de dezembro, mas ele ainda pôde assistir a uma procissão na praça da matriz. Encheu-se de curiosidade sobre as danças e os enfeites que as moças usavam nas festas; foram-lhe oferecidos vinhos e doces; no lugar comeu peixes e frutas. Ao visitar o sítio *Jauari*, a leste da freguesia, achou os desenhos esculpidos sobre os rochedos parecidos com os do Orenoco, que visitou tempos atrás. Finalmente, viajou em direção ao rio Negro, onde, no início de 1850, iria se encontrar com o conterrâneo Bates.29

Na década de 1840 dirigia a freguesia de Serpa o capitão da Guarda Nacional e futuro vereador Manuel Joaquim da Costa Pinheiro. O cientista Henry Walter Bates o conheceu e dele se tornou amigo. Dizia-o um homem cheio de vida, inteligente e generoso. Famoso em todo o interior pela assistência e ajuda que dava aos residentes e viajantes estrangeiros. Então, era fiscal procurador da freguesia Leonardo Ferreira Marques.

Manuel Joaquim foi um comandante-de-praia de Serpa, eleito pela

28 – Cf. Henry Walter Bates apud Francisco Gomes da Silva, in obra citada, pág. 82.

29 – Cf. Alfred Russel Wallace apud Francisco Gomes da Silva, mesma obra, pág. 83.

Câmara de Manaus em 6 de julho de 1842 e sucedido no ano seguinte por Damaso de Souza Barriga, outro importante político da época e sobre quem falaremos mais adiante. Nomeado sem ônus para o Estado e escolhido entre gente experimentada e moralmente abonada, o comandante-de-praia devia zelar pela ordem nos *tabuleiros*, disciplinar a coleta dos ovos de tartaruga e o uso e manutenção dos *currais*. Não lhe eram atribuídos emolumentos e sim ajuda de custo em farinha e peixe. Mas, participavam não ostensivamente dos lucros. Durante a época da desova (setembro e outubro), as praias eram atacadas por regatões e fabricantes de manteiga que, na ânsia de alcançar o lucro fácil, fomentavam a extinção da espécie quelônio dando causa ao desequilíbrio ecológico.30

Serpa era um grande centro produtor e exportador de manteiga de tartaruga. Acondicionada em potes de barro, internamente servia à cozinha e à iluminação pública e privada. Um dos locais de produção era a Ilha da Trindade ou do Cumaru, nas proximidades da boca do Madeira, por isso apelidada de Ilha da Mantegueira.31

Serpa, apesar de abandonada pelo poder central, estava na dianteira das freguesias amazonenses. Segundo o escritor Lourenço da Silva Araújo e Amazonas,

> "Seus habitantes eram em número de 1.720, distribuídos em 170 fogos. Cultivavam, além do necessário à subsistência, algodão, café e tabaco. Pescavam pirarucu, tartaruga e peixe-boi. Teciam panos e redes de algodão. Manipulavam azeites de tartaruga, de peixe-boi e de andiroba. Extraíam breu, salsa, cravo e copaíba. Criavam em reduzida escala algum gado muar".32

Em 5 de setembro de 1850, através da Lei nº 582 sancionada pelo imperador dom Pedro II, a Comarca do Alto Amazonas ganhou foros de

30 – Cf. Mário Ypiranga Monteiro, in obra citada.

31 – Cf. Mário Ypiranga Monteiro e Paul Marcoy, in obras citadas.

32 – Cf. esse autor, in *Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, reedição da Associação Comercial do Amazonas, Manaus, 1984.

unidade federativa e foi instalada em 1° de janeiro de 1852. De imediato, o então diretor da freguesia Damaso de Souza Barriga, felicita o presidente Tenreiro Aranha. No ano anterior haviam sido criados em Serpa a Agência Postal e a Coletoria, seguidas do Cartório de Registro Civil.

Simultaneamente, ampliando as possibilidades econômicas da nova Província, é inaugurada a navegação a vapor, uma feliz iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá. Anteriormente à entrada dos navios da Companhia de Comércio e Navegação na linha Manaus-Belém, os barcos a remo e à vela levavam mais de um mês nesse

Foto da moderna sede da Câmara Municipal de Itacoatiara, no centro da cidade. Prédio inaugurado em 31.12.1988, reformado e ampliado em 1999 e 2004.

percurso. O vapor "Marajó", que inaugurou esse tipo revolucionário de navegação aportando em Serpa em janeiro de 1853, gastava dez dias de subida e seis de baixada em linha direta. O percurso entre Serpa e Manaus era feito em 12 horas. Os atrasos eram creditados às paradas para receber lenha nos portos intermediários. Os navios da empresa do barão de Mauá, em conjunto com os da empresa inglesa The Amazon Steam Navigation, operaram durante quase 20 anos na região e, além do serviço de embarque

e desembarque de passageiros, permutavam mercadorias estrangeiras com produtos regionais extraídos em Serpa.33

À época, a representação política da Província constava, além da sua presidência, de uma Assembléia Legislativa com 20 membros e da bancada federal com um senador e um deputado. Formava uma única comarca, dividida em dois termos judiciários: o da capital compreendendo os municípios de Manaus, Tefé, Barcelos e Silves, e o de Maués, abrangendo esse município e o de Parintins. Salvo o cargo honorário de diretor, a condição político-representativa de Serpa era praticamente nula. Em 21 de outubro de 1852 sua dependência foi deslocada de Manaus para Silves. Através da Lei nº 26, de 7 de dezembro de 1853, a freguesia voltou a integrar o termo judiciário da capital.

No ano anterior fora criada a primeira escola primária para alunos do sexo masculino. A força pública estacionada na freguesia constava de 28 praças e um oficial. Havia pouco, o capitão Manuel Joaquim da Costa Pinheiro acabara de ser nomeado presidente do Conselho de Qualificação da Guarda Nacional, funcionando no velho quartel da rua Nova que levava ao lago do Jauari, defronte à atual casa da família Resk Maklouf.34

Nos logradouros da freguesia não havia nomenclatura oficial nem placas de numeração de casas. Identificadas por nomes tradicionais, havia a praça da Glória (defronte ao Restaurante Panorama); a rua das Gaivotas ou das Estrelas (Waldemar Pedrosa); a rua Nova (Desembargador Meninéa); a rua Formosa (Saldanha Marinho/Barão do Rio Branco); a rua da Glória (Quintino Bocaiúva); a travessa do Oriente (7 de Setembro); a travessa dos Empregados (Monsenhor Joaquim Pereira); a travessa Mítica (ao lado da igreja matriz, hoje extinta); a travessa da Marta ou Romana (Conselheiro Ruy Barbosa); e a travessa Barroca (ou da Rampa). Entre os estrangeiros residentes na vila, à época, estava o protestante inglês Frederico Carlos Baker que, segundo o livro da Paróquia, converteu-se ao catolicismo.35

---

33 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade*, 2ª edição, Manaus, 1997, e *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, citado.

34 – Idem, idem.

Em 1854, subsidiado pelo governo imperial, o grupo Mauá funda a Colônia Agroindustrial Itacoatiara. Contígua à freguesia, estendia-se até o lago de Serpa. Num terreno de 40.000 braças quadradas foram montadas uma olaria e uma serraria e parte dele se destinava ao cultivo agrícola. Seu primeiro diretor, o engenheiro francês Le Gendre Decluy, seria substituído mais tarde pelo ex-oficial alemão Moritz Becker. Os colonos, 23 chineses e 21 portugueses, três anos depois ganhariam a companhia de 38 escravos africanos procedentes de São Mateus e Serinharem. A diretoria consistia de dois administradores, um escrivão, um médico e um engenheiro.

Dois anos depois o imigrante inglês Robert Mac-Cullock instalava no Paraná da Eva uma fábrica de aguardente de cana. O projeto pretendia instalar uma serraria com máquina a vapor de força de vinte cavalos, que não foi avante. Quanto ao engenho, avaliado em dez contos de réis, sua maior safra relativa a 1858 ascenderia a cerca de 40 pipas de cachaça. O trabalho de colheita e moagem de cana era realizado por índios *Mura*.36

Decorria o ano de 1856. Ainda ressentidos com o rebaixamento da vila, os moradores do distrito de Serpa lutavam para recuperar o seu antigo predicamento e, assim, reconstruir o Município. Pelo mapa estatístico desse ano, havia no lugar 2.477 habitantes, dos quais 2.425 livres e 52 escravos. Da população livre, 1.339 eram homens e 1.086 mulheres. Os residentes estrangeiros eram 110. O quadro econômico melhorava. Crescia o número de comerciantes e pequenos empresários da indústria extrativa. Segundo os registros da Coletoria, no ano anterior foram exportados para o Pará tabaco, café, cacau, estopa, banha de peixe-boi, breu, castanha, óleos e drogas medicinais, borracha, manteiga de ovos de tartaruga, farinha de tapioca, mixira de tartaruga e pirarucu seco. No presente exercício Serpa vendia couros salgados, couros secos, madeira em tábua e em toras, tijolos, telhas, tartaruga, peles de animais, etc.37

Finalmente, em meados de 1857 os reclamos da futura Itacoatiara

35 – Idem, idem.

36 – Idem, idem.

37 – Idem, idem.

chegam à Assembléia Legislativa. O projeto de Lei provincial propondo a elevação da freguesia de Serpa à categoria de vila vai a plenário, é debatido e votado, transformando-se na Lei nº 74, de 10 de dezembro, sancionada pelo presidente Francisco José Furtado. Noventa dias depois, realizam-se as eleições municipais, sendo eleitos os vereadores Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, Antonio José Serudo Martins, Damaso de Souza Barriga, Manoel Porfírio Delgado, João da Cruz Pinheiro, Raymundo Cândido Ferraz e Agostinho Domingues de Carvalho. Dois deles iriam ser juízes de paz.

Foto da Galeria dos presidentes da Câmara, de 1936 a 2008.

Na manhã de 24 de junho de 1858 foi (re) instalada solenemente a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Renascia a Câmara Municipal. A cerimônia ocorreu no prédio da Guarda Nacional, à rua Nova, que até 6 de julho sediaria a Câmara/Cadeia Pública. Seguindo as instruções provinciais de 26 de fevereiro desse ano e as normas protocolares inseridas no Código de Vereadores de 1828, o vereador Salustiano de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Silves, deu por inaugurada a vila empossando os novos vereadores. Proclamado presidente, Manuel Joaquim da

Costa Pinheiro congratulou-se com o povo e conclamou seus pares a ajudá-lo na grave tarefa que ali se iniciava. Encerrou a sessão convidando aos presentes para assistir à missa em ação de graças celebrada na igreja matriz pelo padre Francisco Benedito da Fonseca Coutinho.38

Às 12 horas foi aberta uma sessão extraordinária para oficializar as nomeações do secretário João Nazareth da Silva e do porteiro amanuense Antonio Manoel Affonso. Antes, declarados impedidos os vereadores João da Cruz Pinheiro e Agostinho Domingues de Carvalho em razão de serem filho e cunhado do presidente, foram empossados os suplentes Joaquim da Costa Arcos e Evaristo Rodrigues de Lima. Na mesma sessão foi investido o procurador Agostinho Domingues de Carvalho e assumiu o suplente Marçal Rodrigues Vieira, em lugar do vereador Damaso de Souza Barriga que se achava no exercício do cargo de subdelegado de Polícia.

Ao presidente competia dirigir os trabalhos da Câmara e administrar a vila. Os vereadores, voltados ao interesse público, não eram remunerados. Mas, todos exerciam alguma atividade profissional. As sessões eram diárias com exceção dos domingos e, desde 7 de julho de 1858, se realizavam na casa de Damaso de Souza Barriga, à esquina da praça da Glória com a rua Formosa, cedida gratuitamente por um ano. Findo esse prazo, o imóvel seria alugado por vinte e cinco mil réis mensais.39

Com a morte, em dezembro, do presidente Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, a presidência passou ao vereador Antonio José Serudo Martins, efetivado no posto em janeiro do ano seguinte. Nessa legislatura, encerrada aos 7 de janeiro de 1861, foram promulgadas as Posturas Municipais, texto de quinze artigos aprovado pelo governo provincial; fundada a Companhia dos Pescadores, destinada a abastecer a vila de seu principal gênero alimentício; publicada a tabela de preços do Mercado Público; definidas as normas para a limpeza pública; levantada a planta topográfica da vila, obra do engenheiro alemão Moritz Becker, naturalizado brasileiro com o nome de Maurício; e nomeada comissão para oficializar os nomes dos logradouros e

38 – Idem, idem.

39 – Idem, idem.

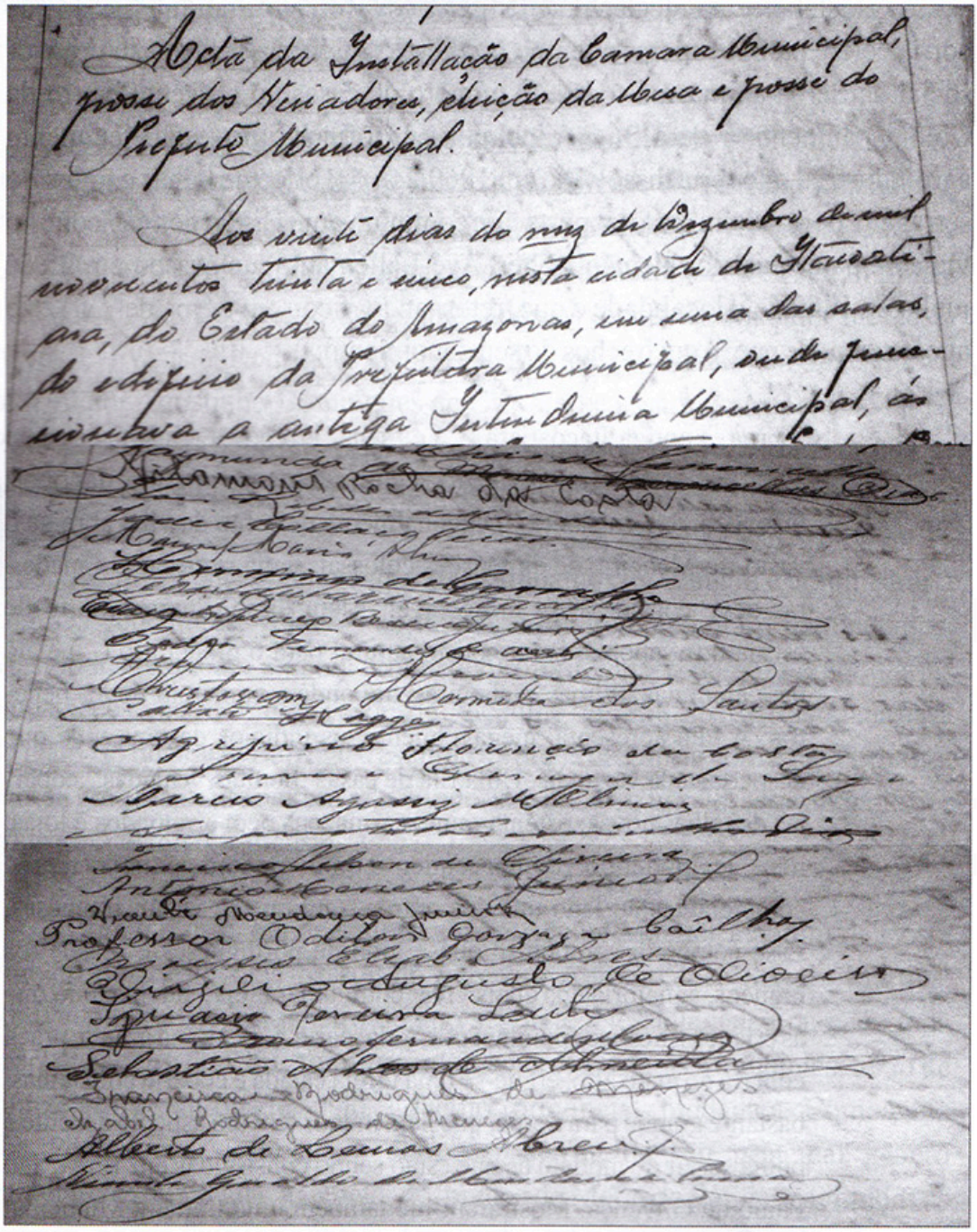
a transferência do Cemitério.40

O restabelecimento da vila justificava os esforços da administração que corria célere para recuperar o tempo perdido. A melhoria do aspecto urbano-social de Serpa animava a todos. O número de casas no nascente bairro da Colônia aumentara para 36, aí incluídas as oficinas do estabelecimento agroindustrial que seria dissolvido em 1860. Lá, o fabrico de telhas e tjolos e a serragem de madeira para exportação continuavam. Disso nos dá conta o viajante e pesquisador alemão Robert Avé-Lallemant, que passou em 25 de junho de 1859 pela localidade e que, retornando, ficou em Serpa de 7 a 12 de agosto daquele ano. Aqui trechos do seu depoimento:

> "Serpa, a antiga Itacoatiara (...) e seus arredores ficam bastante altos para estar perfeitamente seguros, no caso mesmo das mais inconcebíveis enchentes. Diagonalmente defronte da vila, abre-se o vasto rio Madeira, de dimensões colossais, cuja riqueza em madeiras deve considerar-se inesgotável. Além disso, Serpa é porto de escala dos vapores, o entreposto natural para o grande rio (...) e até para além das últimas cachoeiras, até onde o comércio pode penetrar. A vila apresenta, inegavelmente, os indícios de uma vida que desperta cada vez mais. Uma fila de casas bonitas, caiadas, cobertas de telhas novas, ostenta muitos armazéns bem arranjados e lojas, não se podendo compreender como podem existir tantos comerciantes ao lado uns dos outros, sem que se vejam fregueses. Esse comércio compõe-se quase todo de portugueses e brasileiros brancos, a maioria dos quais vive com uma índia, de maneira que as crianças mestiças pululam por toda parte. (...) Numa grande praça coberta de mato alto, ergue-se uma igreja caiada e coberta com telhas, bastante grande para Serpa, que pelo menos tem um aspecto decente e podia servir de modelo às que estão sendo construídas em Tefé e São Paulo de Olivença. Mostraram-me também uma Câmara Municipal com uma Cadeia, uma casa de segunda classe. Fiquei conhecendo igualmente um padre; não pude, porém, descobrir um médico na vila de Serpa, nem na Colônia próxima. Todos os habitantes são homeopatas e conhecem toda a espécie de meios e modos de se curar.

40 – Idem, idem.

Mas centenas de pessoas necessitam dum bom médico, dum cirurgião e dum parteiro, embora este só raramente seja necessário".41


Acta da Installação da Camara Municipal, posse dos Vereadores, eleição da Mesa e posse do Prefeito Municipal.

Aos vinte dias do mez de Dezembro de mil novecentos trinta e cinco, nesta cidade de Itacoatiara, do Estado do Amazonas, em uma das salas, do edificio da Prefeitura Municipal, onde funcionava a antiga Intendencia Municipal, ás

Foto do preâmbulo e das assinaturas da Ata de 20.12.1935 referente à reinstalação da Câmara Municipal, posse dos vereadores e eleição da Mesa Diretora.

Cercada de rocinhas, pequenos lotes de agricultura de subsistência, a vila avançava lentamente para trás e para os lados. Serpa só se beneficiava

do movimento comercial criado pela entrada de regatões paraenses que iam ao Autazes e ao Madeira negociar com extratores de borracha.

Em janeiro de 1860 foi aberto o Cemitério São Miguel, distante cerca de 400 metros da vila, que substituía ao chamado "Cemitério dos Índios" nos fundos da matriz. Medindo mais de um hectare de área, local onde hoje estão a igreja de São Francisco de Assis e a sede da FUNASA, ligava-se ao centro por um caminho chamado "estrada do Cemitério". É a atual rua Cassiano Secundo. No ano seguinte, seria inteiramente cercado de estacas.

Em julho de 1861 esteve em serviço de inspeção visitando a vila o diretor de Obras da Província, engenheiro João Martins da Silva Coutinho. Em agosto de 1862 visitou-a pela primeira vez o bispo chefe da Diocese paraense, dom Antonio de Macedo Costa. Nesse ano a Câmara adquiriu por compra, ao preço de quatro contos de réis, o prédio de Damaso de Souza Barriga que ocupava desde 7 de julho de 1858. Construído em adobe de barro e coberto de telhas, referido imóvel dividia-se em duas partes: a que correspondia à Cadeia tinha uma sala na frente de 20 metros quadrados, destinada aos homens, e outra nos fundos, de 13 metros quadrados, onde se recolhiam as mulheres; e à destinada às sessões da Câmara se assemelhava a primeira e dela estava separada por um corredor de 2,5 metros de largura. Fechado para reformas, em 4 de julho de 1865, nos dois anos seguintes a administração tornaria a ocupar o antigo quartel da Guarda Nacional.42

Na década de 1865/1870, nos registros da Câmara constavam vários prestadores de serviço, inclusive alfaiates, sapateiros, ferreiros, funileiros, padeiros, todos portugueses. Nas ruas centrais imperavam as lojas de secos e molhados, uma delas especializada em vender tecidos e outras variedades importadas do exterior.

Os vereadores Antonio Serudo Martins, Raymundo Cândido Ferraz e Damaso Barriga e o procurador Agostinho Domingues de Carvalho colaboraram no jornal político e literário "O Catequista", editado em Manaus

41 – Cf. Robert Avé-Lallemant, in *No rio Amazonas*, obra traduzida, São Paulo, 1980.

42 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* e *Cronografia de Itacoatiara*, citados.

entre 1862 e 1871. Fazendo parte da elite pensante da época, provavelmente os textos de sua escrita referiam sobre temas locais, o principal deles a elevação de Serpa à categoria de cidade. O assunto já era motivo de preocupação para muitos munícipes e a Câmara estava atenta.

Antonio José Serudo Martins foi presidente da Câmara de janeiro de 1859 a janeiro de 1861, de novembro de 1864 a janeiro de 1865 e durante a legislatura 1865/1869. Deixou muitos descendentes envolvidos na política itacoatiarense. Proprietário rural no lago de Serpa faleceu como coronel da Guarda Nacional. Por sua dedicação à causa pública, foi condecorado por dom Pedro II, em 1865, com a medalha de Cavaleiro da Ordem da Rosa.

Na década de 1860/1870, estando os habitantes muito envolvidos no serviço de coleta de produtos extrativos, a agricultura em Serpa atravessava dificuldades, levando à escassês de alimentos. A carne verde, a farinha e outros gêneros de primeira necessidade vinham do Pará. A Companhia dos Pescadores não progredira, daí que o peixe utilizado no consumo público continuava sendo coletado por nativos cedidos pela Diretoria dos Índios.[43]

Em 1866, a pauta de exportação de produtos extrativos constava de milhares de arrobas de cacau, seringa, sernambi, pirarucu seco, tabaco, algodão em caroço, salsa entaniçada, sebo, goma elástica, breu, estopa, peles e couros, além de potes de manteiga de tartaruga, alqueires de castanha, canadas de óleo de copaíba e paneiros de mixira de tartaruga e peixe-boi. Por outro lado, a receita proveniente dos tributos lançados sobre vendas de produtos extrativos, prédios e serviços, e da aferição de balanças, pesos e medidas, respondia folgadamente pelas despesas de pessoal, material de expediente, administração e manutenção dos próprios municipais, limpeza e iluminação pública.

A prática de iluminar ruas começara naqueles idos. O Acendedor de Lampiões, servidor municipal incumbido de acender as lanternas movidas a óleo de tartaruga, penduradas em postes de madeira plantados nas poucas esquinas da vila, fazia esse serviço diariamente. Os lampiões só não eram

43 – Idem, idem.

acesos nas noites de luar. O sistema em 1874 seria substituído pela iluminação a gás carbônico.

Apesar das dificuldades de comunicação da época, ampliadas à falta de um órgão de imprensa no local, a Câmara procurava se ligar aos fatos externos da vila e mantinha estreita correspondência com as autoridades do Império e da Província. Segundo as atas de suas sessões nos dias 16 e 18 de janeiro de 1866, abriu subscrição pública direcionada a arrecadar recursos para conceder uma espada de honra ao Imperador dom Pedro II, por ter sua majestade "marchado para o campo de batalha" na guerra entre Brasil e Paraguai. Nas atas de 27 e 28 de abril do mesmo ano consta que a Câmara mandou celebrar missa em ação de graças pelo nascimento do príncipe-neto do Imperador, filho da princesa dona Leopoldina.44

Em 1868 o Município de Serpa atingia os 4.627 habitantes, representando quase o dobro da população total de dois anos atrás. O volume de recursos arrecadados por sua Coletoria no exercício anterior (22,5 contos de réis) correspondia a mais de dez por cento da receita líquida estadual. A supremacia desses números destoava enormemente do *status* educacional: os alunos da escola de primeiras letras do sexo masculino eram apenas 15! Só depois de vários apelos da Câmara seria criada, no dia 23 de maio de 1869, a escola primária destinada ao sexo feminino.

No início de 1870, por proposição do vereador Manuel Henrique da Silva Dourado, a Câmara proibiu a salga do pirarucu na época "em que os peixes principiarão a ter filhos" e a captura de filhotes de tartaruga nos meses de agosto a dezembro. A prematura preocupação de Serpa em defesa das espécies animais, especialmente dos quelônios, uma década depois seria reconhecida: a Lei provincial de 1º de junho de 1882 proibia a captura de filhotes recém-nascidos de tartaruga em todo o Amazonas.45

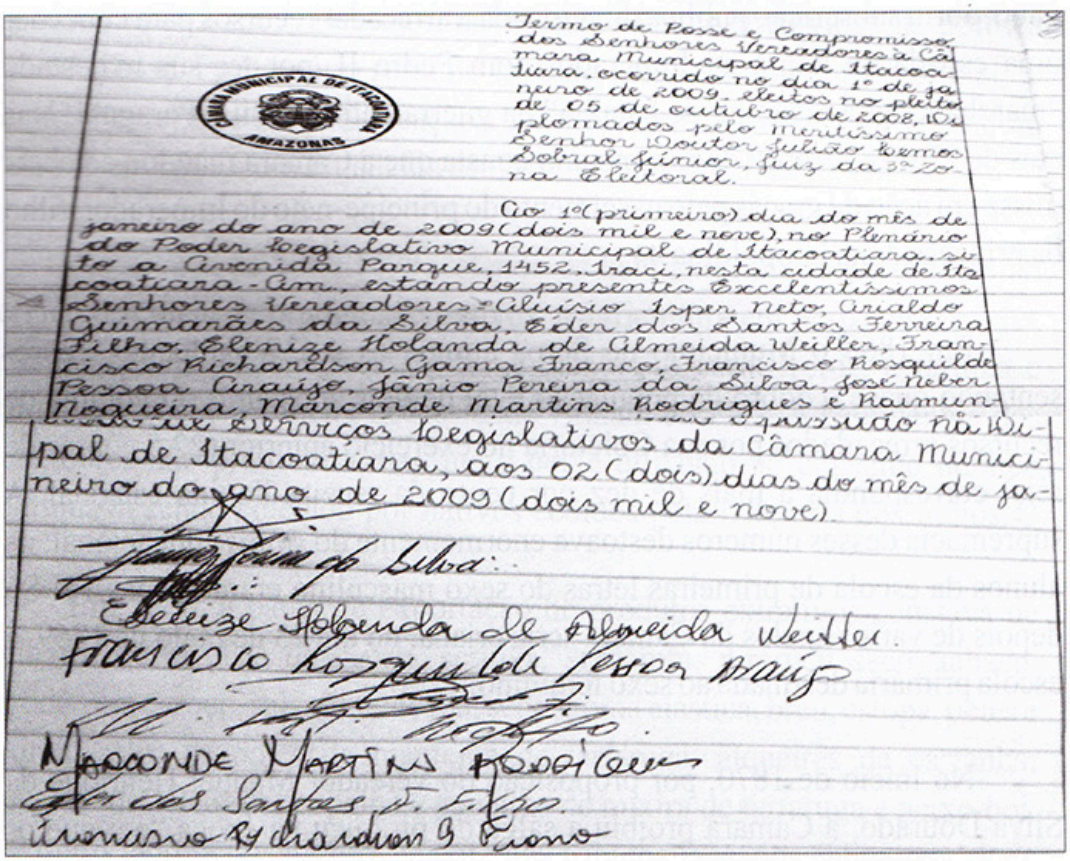
O grande objetivo da Câmara se direcionava a melhorar as condições

---

44 – Cf. Atas citadas da Câmara de Serpa apud Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, citado.

45 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* e *Cronografia de Itacoatiara*, citados.

urbanas da vila. A planta de 1859, indicando a ordenação dos espaços e a reformulação do arruamento, não saiu do papel. Serpa constituía-se de um amontoado de casas cobertas de palha ao redor da matriz colonial. Uma ou outra construída em adobe de barro, coberta de telhas sobressaía no meio do povoado: a Casa da Câmara, dez a quinze residências de altas figuras da política e do comércio, várias lojas. A praça da Glória quase toda tomada



Termo de Posse e Compromisso dos Senhores Vereadores à Câmara Municipal de Itacoatiara, ocorrido no dia 1º de janeiro de 2009. Eleitos no pleito de 05 de outubro de 2008. Diplomados pelo Meritíssimo Senhor Doutor Fulvio Gomes Sobral Júnior, Juiz da 3ª Zona Eleitoral.

Aos 1º (primeiro) dia do mês de janeiro do ano de 2009 (dois mil e nove), no Plenário do Poder Legislativo Municipal de Itacoatiara, sito a Avenida Parque, 1452, Iraci, nesta cidade de Itacoatiara-Am., estando presentes Excelentíssimos Senhores Vereadores: Aluísio Isper Neto, Arialdo Guimarães da Silva, Éder dos Santos Ferreira Filho, Elenize Holanda de Almeida Weiller, Francisco Richardson Gama Franco, Francisco Rosquilde Pessoa Araújo, Jânio Pereira da Silva, José Heber Nogueira, Marconde Martins Rodrigues e Raimundo [illegible] Presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, para os serviços legislativos da Câmara Municipal de Itacoatiara, aos 02 (dois) dias do mês de janeiro do ano de 2009 (dois mil e nove).

Foto do preâmbulo e final do Termo de Posse dos vereadores e da Mesa da Câmara Municipal referente à legislatura 2009/2012.

pelo capim. As ruas estreitas, tortuosas, a maioria destituída de iluminação noturna. Um quadrilátero urbano imperfeito era formado: ao sul pelo litoral e ao norte pela atual rua Adamastor de Figueiredo; a leste por terras abaixo da travessa do Oriente (avenida 7 de Setembro) e a oeste por algumas casas próximas da atual 15 de Novembro. À direita, florescia o bairro da Colônia, afastado, ligado à vila pela estrada da Colônia (Álvaro França). À esquerda, o lago Jauarí, cercado por alguns sítios e roçados abertos irregularmente. Ao fundo da vila, ao norte, a floresta alta cheia de caminhos tortuosos levando aos locais de caça farta e centros de colheita de castanha e sorva.

A estrada da Colônia era ladeada de sítios formados por famílias de escravos remanescentes do antigo estabelecimento agroindustrial que deu o nome ao bairro. Em junho de 1870, com a ampliação da vila em demanda do lago, nascia o bairro do Jauarí. Mais abaixo, no centro da mata com saída para o Amazonas, ficava a fazenda "Terra Preta", do imigrante norte-americano Jazon Williams Stone, chegado em Serpa no ano de 1866.46

Em 1870, um ano de muitas realizações, foi aberta a estrada que se transformaria na principal avenida da cidade. Saindo da praça da Glória em direção ao norte, alinhada pela frente da Câmara/Cadeia Pública, trabalho concluído em seis meses, sob empreitada do mestre-de-obras Joaquim José Pinto de França. Em seguida, foram prolongadas a rua Nova e a rua Estrela, facilitando a ligação com o Jauarí. Por outro lado, além da continuidade às obras da rampa do porto, começadas em 1868, foi iniciado o calçamento das ruas da Glória e Formosa. Simultaneamente ao aumento do número de cartas de aforamento a terras urbanas, ampliavam-se as construções civis. O governo municipal, na perspectiva de que em breve a vila receberia os foros de cidade, fazia tudo para antecipar a distinção. Na moção de 15 de julho de 1870, enviada ao presidente provincial, os vereadores pediam para que "fosse lançado sobre Serpa suas vistas benéficas".47

Nos três anos anteriores à decretação da cidade, Serpa deu lugar a vários acontecimentos significativos.

Pela terceira vez, desde 2 de novembro de 1870, o vereador-suplente de deputado Damaso Barriga dirigia a Câmara. Anteriormente, esteve como presidente de 8 de janeiro de 1861 a 23 de novembro de 1864; e de janeiro a junho de 1869. Afastou-se para assumir vaga na Assembléia Legislativa da Província, onde ficou até o final de outubro de 1870: o vice-presidente Elias Pinto de França o substituiu.

Pelo decreto imperial nº 5.146, de 27 de novembro de 1871, é criado o Termo Judiciário de Serpa; em conseqüência, em 18 de maio de 1873,

46 – Idem, idem.

47 – Cf. Atas de 30.01.1870, 15.06.1870 e 14.07.1871 da Câmara da vila de Serpa apud Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, citado.

assume o cargo de juiz municipal o bacharel Ernesto Rodrigues Vieira. Em *1872 a Câmara conclui* o novo Código de Posturas. Em 25 de janeiro de 1872, através do decreto imperial nº 5.204, é criada a Alfândega de Serpa que, instalada em 1º de janeiro de 1874, substituiu à Coletoria.48

Desde meados de 1867 o prédio da praça da Glória voltara a sediar as sessões da Câmara, situação que iria perdurar até dezembro de 1874. Em julho de 1872, em face de renovação de licença para assumir o Juizado de Paz, Damaso de Souza Barriga foi substituído no comando da Casa pelo vereador Raymundo Cândido Ferraz. Novamente reeleito, em 8 de janeiro de 1873 retornaria à sua presidência.

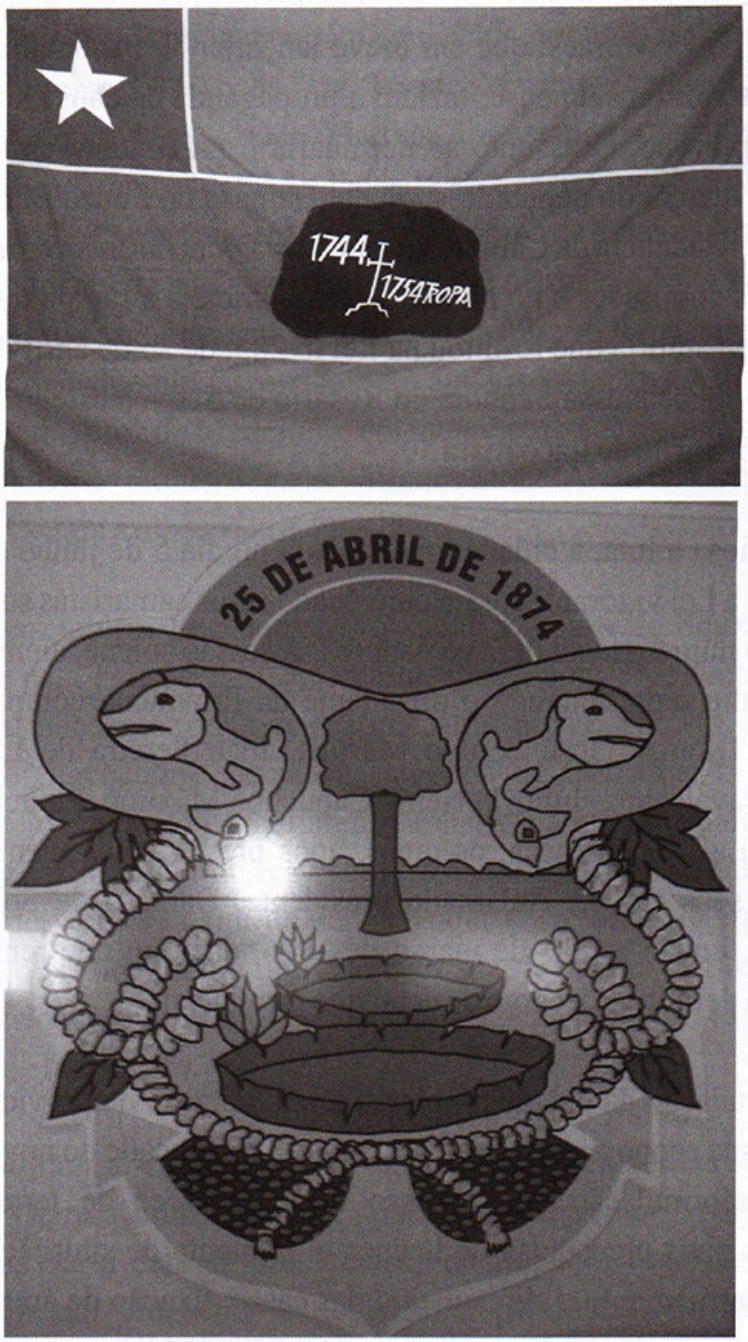
Entre as obras da municipalidade, inauguradas em 1873, estavam o prédio da escola de primeiras letras do sexo masculino (no século 20, sede do DNERu), ao lado do antigo quartel; o gradeado de ferro do Cemitério São Miguel substituindo uma velha cerca de madeira; e a rampa do porto com sua escadaria ligando as partes alta e baixa da rua da Glória, sendo que a de madeira foi trocada por outra de cimento. A freqüência dos navios a vapor e a importância da vila como entreposto comercial do Madeira eram motivos fortes para que se melhorasse o porto de embarque e desembarque.

Em 1874, a Câmara mandou montar nas ruas da frente 16 lampiões a gás carbônico, uma novidade no interior. Substituíam aos antigos lampiões à base de manteiga de tartaruga, elevando a um conto de réis os custos anuais de iluminação pública da vila. Por seis meses, desde o início do ano, o escriturário da Alfândega de Serpa, jornalista e escritor Bento Aranha, filho do fundador da Província do Amazonas, ensinou gratuitamente à noite na escola de primeiras letras recém-inaugurada. Durante o dia, a partir de dezembro, o estabelecimento sediava as sessões da Câmara, desvinculada desde aí da Cadeia Pública que continuou funcionando na praça da Glória.

Às vésperas de ser elevada à cidade, Serpa detém a população urbana de 2.569 pessoas, sendo 2.487 livres e 82 escravos. Desse total só 285

48 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* e *Cronografia de Itacoatiara*, citados.

sabiam ler e 52 freqüentavam a escola de primeiras letras. De acordo com o último balanço financeiro de 1873, a Câmara de Serpa movimentou uma receita da ordem de quase 23 contos de réis.49



Símbolos Municipais (Bandeira e Brasão). Criados pela Lei Municipal nº 14/1982 e reformulados pela Lei nº 16/2003.

49 - Cf. Relatórios da Província do Amazonas, vol. 16/1872 apud Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, citado.

3.5. Elevação à Cidade

Em 1874 Serpa progredia a olhos vistos. A luta em prol da elevação da vila à cidade ganhava corpo. Panfletos rodados na gráfica do capitão Felisardo Joaquim da Silva Moraes, que em breve lançaria "O Itacoatiara", primeiro jornal do interior amazonense, faziam a propaganda da causa levantando os brios da população. O assunto só dominaria o parlamento estadual com o retorno, em março, do deputado-suplente Damaso de Souza Barriga; depois de passar a presidência da Câmara ao vereador Dionísio José Serudo Martins, articulou nas comissões e no plenário da Assembléia a rápida tramitação do projeto de sua autoria que resultou na Lei nº 283, de 25 de abril daquele ano, elevando a vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa à categoria de cidade com a denominação de Itacoatiara.[50]

Vitoriosa a luta, a cidade foi instalada no dia 5 de junho de 1874. De acordo com a Lei vigorante foram convocados dois camaristas suplentes para completar o número legal de 7 vereadores. À sessão solene, além de Damaso que a presidiu representando o presidente da Província, compareceram os vereadores Dionísio José Serudo Martins, João Pereira de Lira, Manoel Custódio Cavalcante, Júlio Ferreira Capucho, Máximo Pinheiro Lopes e Raimundo Luiz da Fonseca, os quais, após prestar o juramento de praxe, assumiram seus cargos. Aclamado presidente, Damaso de Souza Barriga exerceria a função até 13 de março de 1876, data em que renunciou para assumir, em definitivo, o cargo de deputado provincial.

A instalação da cidade propiciou a implantação de providências compatíveis "à sua economia e aformoseamento": efetividade do novo Código de Posturas; reformulação do processo de concessões de terras públicas; construções civis precedidas de licença e da planta de situação do imóvel; respeito ao arruamento e alinhamento das casas; fixação de área média para quadras urbanas; obrigação de cercar os terrenos baldios; maior controle do lixo; transferência do abatedouro público para um lugar mais afastado do centro; higiene do serviço de abate e distribuição de carne à população; e

50 – Cf. Livro de atas de 1874 da Câmara de Serpa apud autor e obra citados.

obrigação de serem numeradas as casas. Aos poucos a cidade foi ganhando uma forma estética, as ruas ordenadas, o casario reformulado, partindo da orla ribeirinha para o norte, leste e oeste.51

A travessa da Rampa, também conhecida por travessa dos Martins em razão de lá morarem João da Paz Serudo Martins, Dionísio José Serudo Martins e Antonio José Serudo Martins, foi estendida até onde é a atual agência do Bradesco (ex-BEA) e fechada ao trânsito público por imposição daqueles políticos; reativada em 1875 com o nome de travessa Magalhães. Em fins de 1876 foi aberta a travessa da Fumaça, à margem direita do lago Jauari; concluída no ano seguinte, seu título aludia ao intenso fumaceiro proveniente dos roçados que ali eram queimados: é a atual rua Manaus. Ainda nesse ano, nascia o jornal "A foz do Madeira" e era municipalizada a ponte do igarapé do Jauari, iniciativa do pioneiro Jazon Williams Stone. Além do centro, a Colônia e o Jauari cresciam a olhos vistos.52

Na Assembléia Legislativa Provincial Damaso de Souza Barriga se empenhava pela criação da Comarca de Itacoatiara. Três tentativas foram feitas para alcançar esse objetivo e, afinal, através da Lei nº 341, de 26 de abril de 1876, foi Itacoatiara elevada à categoria de Comarca. O destino não permitiu que o deputado itacoatiarense assistisse à instalação do novo órgão judiciário que consagrava de vez a sua terra natal: morreria no dia 14 de junho. No dia 26 desse mês, a fim de debelar uma grave crise aberta na Câmara Municipal, o presidente interino da Província, Nuno Alves Mello Cardoso, afasta o presidente Júlio Ferreira Capucho e decreta intervenção estadual no Município de Itacoatiara.

Presidiram a Câmara em 1876, além dos vereadores João Antônio Rodrigues Vieira e Júlio Ferreira Capucho, o interventor Aristides Augusto César Pires. Daí à data da proclamação da República os mandatos foram reduzidos em um ano, sendo as legislaturas presididas: em 1877/1879 por Dionísio José Serudo Martins (3 vezes), Antonio José Serudo Martins e

51 – Cf. Atas de 1874 da Câmara Municipal de Itacoatiara apud autor e obra citados.

52 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* e *Cronografia de Itacoatiara*, citados.

Máximo Pinheiro Lopes; em 1879/1883 por Antônio José de Moura Júnior (2 vezes); em 1883/1886 e em 1886/1889 por João Pereira Barbosa.

Em 1880 começaram a chegar os imigrantes judeus. Vinham somar com os colonos portugueses e, mais tarde, com árabes, espanhóis, italianos, etc., e contribuir de modo eficaz com o desenvolvimento político, social, econômico e cultural da jovem cidade. Ao longo do tempo muitos de seus membros iriam se destacar na vida pública de Itacoatiara, a exemplo do ex-prefeito Isaac José Perez.

Foto do vereador Raimundo Silva, presidente da Câmara Municipal - 2009/2010.

Em 1883 foi aumentado o número de escolas públicas: nesse ano, segundo o relatório provincial, eram 7 estabelecimentos primários, sendo 4 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. O clima geral era de euforia: fieis à luta do povo amazonense que antecipou de quatro anos ao Brasil na abolição da escravatura, nesse ano alguns moradores da cidade concederam liberdade a seus escravos.53

53 – Cf. Relatórios da Província do Amazonas, vol. 27/1884 apud autor e obra citados.

No Amazonas, a política era disputada entre liberais e conservadores. Em todo o País aumentava o número de pessoas insatisfeitas com o regime imperial. Com a decretação da Lei Áurea, a campanha republicana ganhou vulto. Em meados de 1889, as reuniões se transformam em conspiração, agravando-se o divórcio entre a sociedade e o governo. No Rio de Janeiro, na manhã de 15 de novembro os militares, liderados pelo marechal Deodoro da Fonseca, mandam dissolver o Ministério. À noite, negociam a saída de dom Pedro II do País, aprovam uma nova Bandeira, proclamam o novo regime e constituem o Governo Provisório da República.

A notícia da proclamação da República chegou a Manaus às 17 horas do dia 21 de novembro de 1889. A seu turno, ao tomar conhecimento do evento, dois dias depois, a Câmara Municipal de Itacoatiara, presidida pelo vereador João Pereira Barbosa, congratulou com o Rio de Janeiro: além de proclamar lealdade ao governo federal, aderiu incondicionalmente ao novo regime. Em setembro, o anterior presidente Álvaro Botelho de Castro e França, que assumira em 15 de janeiro, havia sido afastado da função: em razão da propaganda republicana não concluiu o seu mandato.54

DEDICAÇÃO À TERRA NATAL. O itacoatiarense nato Damaso de Souza Barriga, além de comerciante e pedreiro, militou por mais de três décadas na política. Dirigiu a construção de vários prédios do centro histórico e exerceu os seguintes cargos: comandante-de-praia (1843); diretor da freguesia de Serpa (1850/1852); presidente da comissão de socorros públicos (1852/1853); vereador à Câmara de Serpa (1858, 1864, 1868 e 1872); presidente da mesma Câmara (1861/1864, 1869, 1870/1872, 1873 e 1874/1876); subdelegado de Polícia e juiz de paz (1858, 1872 e 1874); diretor de índios (1864); suplente de deputado à Assembléia Legislativa Provincial em 1874 e deputado titular em 1876; autor da Lei nº 283, de 25 de abril de 1874, que elevou a vila de Serpa à cidade e co-autor da Lei nº 341, de 26 de abril de 1876, que criou a Comarca de Itacoatiara. Faleceu aos 14 de junho de 1876, tendo recebido homenagens póstumas da Câmara

54 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 2, páginas 30 e 31, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1998.

de Serpa e da Assembléia Legislativa Provincial.55

3.6. Itacoatiara na República Velha

Acompanhando a movimentação política da capital da República, em 4 de novembro de 1890 Manaus instala a Junta Governativa Provisória do Amazonas. Dissolvida a Câmara Municipal de Itacoatiara em seu lugar é criado o Conselho Municipal, constituído de três intendentes. É óbvio que antes da promulgação da Constituição Estadual de 13 de março de 1891, o presidente do Conselho acumulava as funções legislativas e executivas. A partir daí, criada a figura do Comissário Executivo, eleito pelos intendentes com atividades executivas separadas destes, as casas legislativas perderam a força que há séculos vinham usufruindo. Sua tarefa passou a ser basicamente política, de representatividade popular. Representantes legítimos da população, os edís procuraram harmonizar as suas antigas funções com os novos encargos advindos das mudanças que ocorreriam dali em diante.

Os subsídios mensais do presidente do Conselho foram fixados em cento e cinqüenta mil réis, e os intendentes, obrigados a se reunirem apenas duas vezes por mês, recebiam uma representação no valor de setenta e seis mil, seiscentos e sessenta réis.

Eram tempos de instabilidade política, sujeitos a bruscas mudanças. Com a nova Carta Estadual de 1892 foram extintos o Conselho Municipal e a figura do Comissário Executivo. Até a legislatura de 1926, os governos dos municípios seriam "constituídos de um superintendente, encarregado das funções executivas" e de "uma corporação deliberante, com a denominação de Intendência".56

Por não dispor de sede própria, a Intendência experimentou várias mudanças de localização. Em 1889, ameaçando ruir o prédio da praça da Glória, esquina com a rua Formosa, foi demolido e em seu lugar levantado

---

55 – Cf. o mesmo autor, in *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* e *Cronografia de Itacoatiara*, volume 1, citados.

56 - Cf. Constituição Estadual de 23.07.1892 apud Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia de Itacoatiara*, volume 2, citado.

o Mercado Público. Em julho de 1890, para abrigar o futuro Conselho Municipal, da escola de primeiras letras passou para um dos cômodos do imóvel de Miguel Pinto de França, alugado por vinte mil réis mensais (mais tarde a loja "A Pernambucana"). Em 1892, a sede da edilidade receberia a denominação de Paço da Intendência, Intendência Municipal ou simplesmente Intendência. Em 1906, junto com a Superintendência, mudar-se-ia para os altos do palacete Aquilino Barros, à rua Quintino Bocaiúva.

A Constituição de 1892 concedera autonomia legisferante aos municípios amazonenses, estabelecendo que a Superintendência e a Intendência guardariam independência entre si; que o superintendente e os intendentes seriam escolhidos em eleição simultânea para um mandato de quatro anos; e que a Intendência seria composta de sete membros. A de Itacoatiara, em 1894 presidida por Jason Hermida mas influenciada pela oposição, ensaiou gestos de insubordinação contra o superintendente Álvaro França.57

Todavia, com a reforma de 1895, o Congresso Amazonense laborou em retrocesso. Além de reduzir em um ano o mandato dos agentes públicos e diminuir para seis o número de intendentes, extinguiu a autonomia da Intendência em relação ao superintendente, o qual passou a presidir os dois poderes. As sessões legislativas passaram a ser quatro mensais, sendo os intendentes remunerados à base de sessenta mil réis por sessão. Os superintendentes eram nomeados pelo governador/presidente do Estado, situação *que perdurou até 1910.58*

Na Intendência de Itacoatiara havia a preocupação de se trocar a denominação tradicional dos logradouros municipais por datas e nomes de vultos históricos. Assim, através da resolução de 26 de dezembro de 1895, Álvaro França os oficializou da seguinte forma: a travessa Oriente passou a ser travessa 7 de Setembro; a rua dos Empregados passou à travessa da Fraternidade; a travessa Mítica passou à travessa da Igualdade; a estrada principal que saía da praça da Glória passou à travessa da Liberdade; a estrada do Cemitério passou à travessa 15 de Novembro; a travessa da Marta

57 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia...*, volume 2, citado.

58 – Idem, idem.

ou Romana passou à travessa Benjamin Constant; a travessa Barroca ou dos Martins ou Magalhães passou à travessa da Rampa; a rua das Gaivotas ou das Estrelas ou da Marinha passou à rua Visconde do Rio Branco; a rua Nova do Jauarí passou à rua Ruy Barbosa; a praça da Glória ou Largo da Matriz passou à praça 13 de Maio; a rua da Glória ou Tenreiro Aranha passou à rua Quintino Bocaiúva; a rua Formosa passou à rua Saldanha Marinho; a rua Boa Vista

Vereadores da legislatura 2009/2012. A partir da esquerda: Éder dos Santos Filho (PSL), Arialdo Guimarães (PPS), José Neber Nogueira (PMDB), Raimundo Nonato Pereira (PTB), Elenize Holanda (PP), Raimundo Silva (PMDB), Aluísio Isper Neto (PR), Jânio Pereira (PTB), Francisco Rosquildes (PT) e Marconde Rodrigues (PR).

ou da Alfândega passou à rua Barão do Rio Branco; a rua inominada que saía da travessa da Rampa (atual Adamastor) passou à rua Deodoro; a rua da Rocinha (atual Luzardo Melo) passou à rua Wandencolk; a travessa sem nome "que divide o perímetro pelo lado de cima" passou à rua Eduardo Ribeiro. Ao todo – uma praça, oito ruas e sete travessas, que constituíam a zona urbana.59

Os serviços de arruamento do bairro da Colônia, iniciados em junho de 1897, seguidos da construção da rampa unindo a rua Visconde do Rio Branco com o Jauarí, resultaram de um plano previamente estabelecido. O superintendente Avelino Rodrigues, fiel às idéias professadas pela elite política da época que influenciavam os debates da Intendência, deu aos logradouros da Colônia denominações de datas e vultos republicanos.

A cidade, desde o final do século 19, despontava como a segunda do Estado, em economia e população, somente suplantada pela capital. Tanto assim que, em 1899, suas exportações foram superiores a trezentos contos de réis, o equivalente a dezenas de milhões de reais em moeda de hoje. Nos dez anos seguintes a casa comercial francesa De Lagotellerie, exportadora de borracha e importadora de secos e molhados, manteria uma filial em Itacoatiara. As nacionais aqui sediadas Isaac Perez & Cia., Oscar Ramos & Cia. e J. Adonias & Cia., competiam em igualdade de condições com suas congêneres de Manaus e Belém.

Seu plano urbanístico, inicialmente muito desordenado, só viria a ser corrigido em 1908/1910 com o traçado do agrimensor Cassiano Secundo. À época, iluminada das 18 às 22 horas por lampiões a querosene, contava com um comércio forte e indústria extrativa em plena ascensão, imprensa escrita, orquestra, correios, serviço telegráfico por cabo submerso, fábrica de gelo, livraria, clubes sociais e recreativos, agências do Loyd Brasileiro e da Booth Line, Associação Comercial, Mercado Público, Tiro de Guerra, Mesa de Rendas Alfandegada, Sanatório Militar, Grupo Escolar e vice-consulado português.

A Lei nº 845, de 14 de fevereiro de 1916, deu nova organização aos municípios do Estado, mostrando claramente a natureza das funções das Intendências. Nas legislaturas de 1911/1913 e 1914/1916, a política era disputada pelos partidos Conservador e Republicano. Os intendentes locais pugnavam pela melhoria das condições sociais, abaladas com a crise da queda da borracha trazendo o desemprego, a fome e a miséria, agravada

59 – Idem, idem.

com a deflagração da primeira guerra mundial que atingiu a cidade e o interior. Tempos difíceis que Itacoatiara aos poucos ia superando.

Na segunda década do século 20 ela seguia o plano urbanístico de Cassiano Secundo. Seu aspecto visual mudava completamente e os traços de miséria e incultura de um recente passado desapareciam para surgir uma cidade dotada de bons edifícios e casas residenciais distribuídos pelas suas avenidas e praças num conjunto de mais de duzentos cobertos de telha e outros tantos de zinco, cavaco ou palha. Nos quarteirões centrais, formando um belo conjunto arquitetônico, multiplicavam-se prédios em alvenaria, a maioria deles pertencente a empresários judeus e portugueses: traziam a marca do mestre de obras português Antonio Pereira Tavares Retto. De um relatório firmado por Cassiano Secundo, colhe-se que a extensão linear das ruas da cidade propriamente dita e do bairro da Colônia era de 19.920 metros, abrangendo uma área quadrada de 88.762 metros.60

Aos benefícios materiais usufruídos pela cidade, na década anterior, somavam-se dois teatros, um templo protestante e mais um católico, Posto Profilático, Hotel, Cemitério Israelita e Matadouro. O censo geral de 1920, referente ao Município, apontava 14.875 habitantes, 43% deles moradores do distrito-sede. O perímetro urbano ia do litoral à rua Nossa Senhora do Rosário, para o norte, e da avenida Ocidental do Jauarí (atual rua Manaus) à avenida 15 de Novembro, para oeste.

O tenentismo, movimento ideológico que culminou na Revolução de 1930, pondo fim à Primeira República, foi responsável pela revolta que irrompeu em Manaus em 23 de julho de 1924 e se estendeu até Óbidos, no Pará, causando a deposição e detenção do superintendente de Itacoatiara, Antonio Guaycurus de Souza, e de seu secretário-tesoureiro Augusto de Vasconcellos Dias. Importante papel na solução do impasse desempenhou a Intendência, sendo chamados a assumir a Superintendência os intendentes João da Paz Serudo Martins e Abdias de Paiva.61

---

60 - Cf. Manoel Anísio Jobim, in *Itacoatiara, estudo social, político, geográfico e descritivo*, Manaus, 1948, e Francisco Gomes da Silva, in *Itacoatiara, administrações municipais, realidade presente*, Editora Sérgio Cardoso, Manaus, 1970.

Às vésperas de eclodir a revolução getulista, importantes eventos de caráter social e político envolvendo intendentes, ressaltaram a importância da edilidade itacoatiarense. Da comissão pró-construção da nova igreja matriz da cidade, nomeada pelo bispo dom Basílio Pereira no final de 1925, participaram os intendentes Ozório Alves da Fonseca e Antonio de Araújo Costa. Quando da chegada do presidente eleito da República Washington Luís a Itacoatiara, na tarde de 19 de junho de 1926, entre as autoridades que o

Plenário da Câmara Municipal. Sessão de 19.08.2009: audiência pública em que foi discutido o Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Trabalhadores em Educação.

receberam estavam alguns membros da Intendência. Em 29 de fevereiro de 1928, o presidente do Estado Ephigênio Ferreira de Salles foi recepcionado no salão nobre do Paço Municipal e saudado pelos intendentes Antonio de Araújo Costa e Cassiano Secundo. Em meados de 1930, no mesmo recinto foram recebidos os oficiais do Exército Juarez Távora e Magalhães Barata, representando o candidato presidencial Getúlio Vargas.62

61 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Presença do Poder Judiciário no Município...*, *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade*, e *Cronografia de...*, volume. 2 - citados.

62 - Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Presença do Poder...*, pág. 87, e *Cronografia...*, volume 2, págs. 173 e 178, citados.

O orçamento do Município de Itacoatiara para o exercício de 1930, aprovado pela Intendência, ascendia a RS. 167:100$000 (cento e sessenta e sete contos e cem mil réis). A 31 de julho do ano anterior havia sido criada a Biblioteca Pública Municipal.

3.7. Itacoatiara na Segunda República

Na Primeira República, ou República Velha, as disputas em torno da sucessão presidencial foram marcadas por profundas divergências. A partir do tenentismo – movimento militar nascido nos anos 1920 que, refletindo o desejo de participação das classes médias, patrocinou rebeliões armadas por todo o País - a inquietação política tornou-se crônica no Brasil. Embora o governo federal continuasse privilegiando os lucros das atividades agrícolas, demonstrando incapacidade para eliminar o domínio político e econômico dos fazendeiros, o desenvolvimento nacional dependia cada vez mais das atividades urbanas, sobretudo as do setor industrial. A crise social e econômica atingiria o seu ápice com a queda, em outubro de 1929, da bolsa norte-americana.

A campanha presidencial desse ano permite a aglutinação de oposição e tenentistas revolucionários que tomam posição contra o candidato oficial, o paulista Júlio Prestes, e lançam o gaúcho Getúlio Vargas, inscrito pela legenda da Aliança Liberal. Mesmo perdendo as eleições, a oposição consegue insuflar o repúdio ao governo do presidente Washington Luís, resultando no assassinato de João Pessoa, candidato a vice-presidente pela Aliança Liberal.

A 3 de outubro de 1930 explode a revolução comandada por Getúlio. Diante da impetuosidade do avanço rebelde, as forças legais capitulam. No Rio de Janeiro, às cinco horas da tarde do dia 24, o presidente é deposto e levado à prisão. Assume uma junta militar que no dia 3 de novembro, às dezesseis horas, transmite a chefia do governo a Getúlio Vargas.

No dia 11 de novembro é baixado um decreto mandando dissolver o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras municipais. Como sintoma de maior centralização, os estados-membros passam a ser

geridos por interventores federais nomeados pelo presidente da República e os municípios por prefeitos nomeados pelo interventor federal. Desde logo as funções executivas e legislativas do governo local são acumuladas pelos novos chefes comunais.

As conseqüências da Revolução de 1930 alcançaram de forma direta o Município de Itacoatiara. O então prefeito Manoel Lourenço Justiniano de Farias foi afastado pelo governo da Intervenção Federal sob o pretexto de que "não havia sido nomeado por nenhum ato legal". Em 25 de outubro, antecipando-se ao comando do Rio de Janeiro, a Junta Revolucionária de Manaus mandou fechar a Intendência Municipal.

A história da batalha naval de Itacoatiara está umbilicalmente ligada à revolução constitucionalista que eclodiu em São Paulo, em 1932, orientada e presidida pelo movimento tenentista que exigiu do presidente Getúlio Vargas a redemocratização do País. A sublevação estendeu-se à Amazônia, começando com o levante de 19 de agosto na cidade paraense de Óbidos. A tentativa de tomada das cidades ribeirinhas, pelos revoltosos sob o comando de Alderico Pompo de Oliveira fazendo causa comum com os insurretos paulistas, teve o seu desfecho com a vitória legalista, em 24 de agosto, em frente à cidade de Itacoatiara onde estão fundeados os vapores "Andirá" e "Jaguaribe".63

Na lista dos heróis civis da batalha naval de Itacoatiara, a única do gênero no século passado, na América Latina, enfileira-se Gonzaga Tavares Pinheiro que, em 1932, munido da prerrogativa de prefeito nomeado pela Interventoria, transferiu a municipalidade para o prédio do ex-grupo escolar "Venceslau Brás", ainda hoje sede do Poder Executivo. Na ala esquerda desse próprio municipal funcionou, de 1935 a 1972, descontados os anos de quebra da normalidade política, a edilidade de Itacoatiara.

A Constituição Federal de 1934, que oficializou a chamada Segunda

63 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia*... volume 2, págs. 173 e 178, e *Itacoatiara. Roteiro*..., págs. 192/204, Manoel Anísio Jobim, in obra citada, e Antonio José Souto Loureiro, in *Síntese da História do Amazonas*, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, Manaus, 1978.

República, manteve a forma federativa de governo e declarou como órgãos da soberania nacional os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Criou a Justiça Eleitoral estendendo às mulheres de todo o País o direito de votar e serem votadas, mudança político-institucional que refletiu positivamente em Itacoatiara. Sua Câmara Municipal, nos termos da Constituição do Estado promulgada em 1935, além de substituir à Intendência, retomou a antiga denominação. Estava, entre seus cinco membros eleitos em 2 de setembro,

Membros da Mesa da Câmara Municipal – 2009/2012. Da esquerda para a direita: vereador Arialdo Guimarães (1º secretário); vereador Jânio Pereira (vice-presidente); vereador Raimundo Silva (presidente); e vereadora Elenize Holanda (2ª secretária).

a professora Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias, primeiro membro do sexo feminino a exercer no Brasil um cargo eletivo municipal. A solene cerimônia de instalação da Câmara e posse dos vereadores e do prefeito Hermínio de Carvalho ocorreu em 20 de dezembro de 1935.

No dia 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, regime de força que ampliou os poderes do Executivo federal. Ao suspender a vigência das constituições estaduais, o decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, estabelecia que os prefeitos seriam de livre nomeação e demissão

do interventor estadual; e que, além de suas funções executivas, podiam legislar sobre as matérias de competência do Município. Como em todo o Brasil, mais uma vez foi fechado o Legislativo de Itacoatiara.

Somente com o advento da Constituição Federal de 1946, que operou a redemocratização do Brasil, as câmaras municipais voltaram ao seu pleno funcionamento. Realizadas eleições em Itacoatiara no dia 16 de novembro de 1947, os cinco vereadores eleitos tomaram posse em 18 de dezembro e elegeram presidente Francisco Ferreira Athayde e vice-presidente Camilo de Menezes Vasconcellos Dias. Na sessão de 18 de novembro do ano seguinte, além de promulgarem o Regimento Interno da Casa, fixaram os subsídios dos vereadores em mil cruzeiros mensais e mais a representação de trinta cruzeiros por sessão diária a que comparecessem.

Os quinze anos da era Vargas (1930/1945) foram importantes para o Brasil que ele dominou como presidente provisório de 1930 a 1933; como presidente eleito de 1934 a 1937; e como ditador de 1937 a 1945. As ações governamentais desse largo período resultaram em muitos benefícios para o Município de Itacoatiara, conforme a seguir enumerados:

a) introdução da navegação aérea através dos hidroaviões da Panair do Brasil (1933); (b) instalação da primeira sala de cinema falado e lotação de sete professoras normalistas aprovadas em concurso público (1937); (c) reorganização da agência de Estatística - atual IBGE e início da construção do Estádio Municipal "General Eurico Gaspar Dutra" (1938); (d) início da imigração japonesa e introdução da juta indiana na economia local (1940); (e) construção do Campo de Aviação (1941); (f) instalação da LBA, do Aeroclube e do Fomento Federal (1942), o último em São José do Amatarí dez anos depois seria deslocado para uma área a leste da cidade; (g) instalação da agência do BASA (1943); e (h) instalação do SESP (1945). Seguindo-se à inauguração do ambulatório hospitalar, foram abertos poços artesianos, construída a Caixa d'água do bairro da Colônia, ampliada a rede de distribuição de água da cidade e instaladas fossas sanitárias, torneiras públicas e a Lavanderia Municipal.64

64 – Cf. Francisco Gomes da Silva, in *Cronografia*, volume 2, citado.

Como em todo o Brasil, de 1947 a 1964, o Município de Itacoatiara respirava liberdade. Período em que, descobertas novas lideranças, a classe média encorajava-se no plano político. A questão crucial era aprimorar a Democracia, mediante o maior engajamento da sociedade nos destinos da cidade e do País. Predominava o espírito de participação, avultava o desejo de expressar e ouvir opiniões, de discutir os problemas regionais, nacionais e até internacionais. A Câmara Municipal centralizava os debates e os seus principais membros ousavam no discurso. Além dos assuntos meramente locais, tratavam da importância da Estrada que estava sendo construída ligando a cidade a Manaus; do sindicalismo e do operariado no Brasil; da política do petróleo no governo Vargas; da ingerência norte-americana na América Latina; e da vitória de Fidel Castro em Cuba. Uma década mais tarde, os dois vereadores que mais falaram desses temas foram perseguidos pela ditadura militar de 1964.

Aquele foi um período realmente rico em propostas e realizações, de abertura e conquistas de espaços em que o social se sobrepôs ao individual: fundação em 1949 do Sindicato dos Estivadores; em 1950, do Cine Teatro Cinco Unidos; em 1951, do Colégio Nossa Senhora do Rosário; em 1952, da Associação dos Trabalhadores na Indústria do Mobiliário, do Cine Geny e da Associação Pró-Ensino de Itacoatiara e, sob os seus auspícios, criação da Escola Comercial; em 1953, do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil; em 1954, do Clube Pró-Construção da Estrada Itacoatiara- Manaus; em 1956, do Grêmio Estudantil "Fernando Ellis Ribeiro"; em 1958, da Cruzada Estudantil Itacoatiarense; em 1959, da Associação dos Lavradores da Ilha do Risco; em 1962, do Coral "Santa Cecília"; instalação em 1962 da Rádio Difusora de Itacoatiara; em 1963, do Primeiro Seminário Educacional do Amazonas/Congresso da UESA e oficialização da Escola Comercial de Itacoatiara, denominada no ano seguinte de Colégio Estadual "Dep. Vital de Mendonça".65

Em 1950 o Município colocava-se como o mais populoso do interior do Estado: 30.102 habitantes, sendo 15.449 homens e 14.653 mulheres. A

65 – Idem, idem.

Receita para o exercício seguinte fora orçada em um milhão quarenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte centavos.

A segunda guerra mundial e a enchente de 1953 influíram negativamente nos setores de abastecimento alimentar, emprego e renda da cidade. O governo municipal se desdobrava para formar estoques reguladores de gêneros de primeira necessidade. Em 1954, embora muitas famílias preferissem as terras a leste do Jauarí e ao longo da estrada da Cacáia, o bairro Araújo Costa era aberto para acomodar os retirantes do interior.

Servidores da Câmara Municipal: 2009/2012. Da esquerda para a direita: Heraldo da Matta Vianna Costa, diretor financeiro; João Manuel Filgueiras Ferreira, diretor-geral; e Floriano Ferreira da Silva, gerente da Divisão de Redação.

Nos dez anos anteriores ao golpe militar de 1964 os seguintes fatos marcaram profundamente a História política, social e econômica do nosso Município: instalação do Tiro de Guerra nº 276 (1953); morte do presidente Getúlio Vargas (1954); visita à cidade do candidato a presidente Juscelino Kubitschek, cassação do prefeito Teodorico Nunes, desastre de aviação que resultou na morte do deputado Antonio Vital de Mendonça e criação dos novos municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, desmembrados de

Itacoatiara (1955); tentativa de ocupação aérea da cidade, patrocinada por revolucionários liderados pelo major-aviador Haroldo Coimbra Veloso, da Força Aérea Brasileira, que se sublevaram militarmente contra Juscelino Kubitschek, tentando derrubá-lo da Presidência da República; construção da Estrada AM-10, pelo lado de Itacoatiara e a descoberta de petróleo em Nova Olinda (1956); inauguração do Aeroporto do Guajará (1957); inauguração da Casa de Saúde "Heitor Sento Sé"; início do projeto Seringal ETA-54 (1959); implantação dos serviços de telefonia urbana, promulgação da Lei Orgânica do Município e criação da Prelazia de Itacoatiara (1962).

Em 1961, em Brasília, a renúncia do presidente Jânio Quadros criou uma crise política, resolvida precariamente com a posse do presidente João Goulart que teve os poderes limitados através da adoção, pelo Congresso, de uma emenda constitucional instituindo no Brasil o sistema de governo parlamentarista. Em janeiro de 1962 um plebiscito determinava a volta do presidencialismo – com João Goulart na chefia do governo.

Os grupos ligados ao presidente propunham reformas econômicas de longo prazo, as chamadas "reformas de base". Porém, os seus opositores seduziram os militares, com o argumento de que as reformas eram de inspiração comunista. Em 1º de abril de 1964, derrubado João Goulart da Presidência da República, foi implantado um governo de arbítrio que interveio na administração pública, cassou mandatos eletivos, suspendeu direitos e imunidades, aposentou sumariamente juízes e servidores públicos, mandou prender e até matar "inimigos" do regime. O País, a partir dali dirigido por generais, viveria um longo período de escuridão, só concluído no dia 15 de janeiro de 1985 com a eleição do presidente Tancredo Neves.

Os reflexos dessa política atingiram diretamente Itacoatiara: além de o Município sofrer intervenção federal, em 1966/1967, os vereadores Paulo Pedraça Sampaio e Argos do Amaral Valente, taxados de subversivos, são recolhidos à prisão no quartel do Exército, em Manaus. A posse do interventor Armindo Magalhães Ausier desgostou a maioria dos senhores edís gerando uma crise política. Fracassando a missão conciliadora do secretário estadual de Interior e Justiça, Áderson Pereira Dutra, o interventor renuncia e a Câmara Municipal elege prefeito a Aurélio Vieira dos Santos.66

progressista, oportunizando a conciliação da liberdade de iniciativa com os superiores interesses da coletividade. Quanto à CPI, de 15 de setembro de 1993, cuja relatoria coube ao bravo vereador Alberto Iannuzzi Neto, aberta para apurar possíveis delitos praticados no período 1983/1993, resultou num extraordinário esforço democrático, de discussão em torno da problemática de utilização do dinheiro público e do papel dos agentes políticos na vida municipal.69

A paradoxal falta de progresso corrente no Município, um dos mais antigos da Amazônia, enerva os seus habitantes. No cômputo geral de seus altos e baixos o passivo sempre se sobrepõe ao ativo. A maior parte de suas carências se origina da má gestão pública e seus maiores avanços nascem do esforço da iniciativa privada. Necessitada de políticas públicas nas áreas de saneamento básico, promoção da moradia e mobilidade urbana, a cidade se expande desordenadamente. Em sua periferia, em face do êxodo rural e à falta de planejamento urbano, cresce o número de favelas. A má qualidade das obras de pavimentação e meio fio e o inexplicável estreitamento de suas ruas estão na contramão do Plano Diretor. Urge a criação de um Plano de Desenvolvimento Integrado, capaz de unir os esforços do Município aos dos demais entes federativos na direção do progresso sério e objetivo.

Apesar dos pesares, Itacoatiara possui todos os ingredientes de um centro urbano moderno, perfeitamente habitável. Posicionada em um local estratégico, dotada de um cais acostável, de um aeroporto e de uma estrada de rodagem que a liga à capital, a cidade é farta em alimentos e pobre em áreas de lazer. Possui um regular serviço de distribuição de energia elétrica e um bom serviço de abastecimento d'água; abriga, além da UFAM e da UEA, dois centros de ensino superior privados; sedia dois jornais semanais, quatro canais de televisão e três emissoras de rádio. Seu setor comercial e o de prestação de serviços estão em franca atividade, mas os de agricultura e indústria são marcados por deficiências.

O Município de Itacoatiara, até pouco tempo atrás, representou um relevante papel no âmbito estadual detendo o primeiro lugar em população residente e eleitoral e nos índices de economia e finanças, desenvolvimento

69 – Idem, idem.

humano e educacional. Mas, acabou sendo ultrapassado por Coari, Presidente Figueiredo, Manacapuru e Parintins. As causas e conseqüências desse grave problema merecem ser discutidas no seio da Câmara Municipal - que acaba de completar seus 251 anos e onde repousam as maiores esperanças da população. Instalada desde 1988 em sede própria e oferecendo, a partir de 2009, as melhores condições de trabalho aos seus membros, a Casa Política de Itacoatiara, repetindo os heróicos feitos do passado, certamente acelerará os debates em torno deste e de outros momentosos assuntos. Com coragem, transparência e demonstração de amor à terra natal.

Servidores da Câmara: 2009/2012. A partir da esquerda: Sirley Rita Abreu Oliveira, Normando Almeida Araújo, Marusca Wisler Iannuzzi e Mara Lídia Michiles Tamer.

3.8. Câmara Cidadã.

A noção de cidadania envolve o direito de participação dos cidadãos no processo decisório governamental, especialmente no campo dos serviços de educação, saúde, saneamento básico, transportes coletivos, recreação, cultura, previdência social e outras formas de assistência social.

Baseado nesse conceito e colocando em prática o senso democrático que sempre inspirou a sua trajetória política, o atual presidente da Câmara Municipal, vereador Raimundo Silva, transformou a velha Casa Política de

Itacoatiara em "Câmara Cidadã", revolucionando a forma de administrá-la, dando-lhe dinamismo, modernidade e visibilidade. Implantou a "Tribuna Cidadã" para dar vez e voz ao povo. Destarte, as audiências públicas vêm se multiplicando, permitindo que pessoas de todos os gêneros e origens se manifestem livremente no plenário. Os cidadãos são orientados a formar os conselhos deliberativos e consultivos para participar do processo decisório dos órgãos públicos. Por isso, há uma constante presença na Câmara de associações comunitárias, representando interesses de grupos específicos, como bairros, unidades de vizinhança, distritos ou usuários de serviços.

Atraído pela política partidária e vocacionado para a causa pública, o vereador Raimundo Silva integra os quadros da legislatura 2009/2012. Nas intervenções da tribuna e nas entrevistas à imprensa tem postulado pela implantação de políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida de seus conterrâneos. Na presidência, para a qual foi eleito à unanimidade de seus pares para o biênio 2009/2010, vem trabalhando para modernizar os serviços da Casa, mediante a capacitação profissional de seus servidores.

Na Câmara, organização, transparência, ética e publicidade dos atos internos e externos constituem regra de comportamento político e administrativo. A produção legislativa é tornada pública através dos programas de televisão, rádio, Internet e Informativo escrito com 8.000 exemplares/mês distribuídos gratuitamente. Para atender às pessoas carentes foi disponibilizado um profissional do Direito: ao todo, 1.758 pessoas foram atendidas em 2009. O automóvel do Poder Legislativo, adquirido na administração anterior, é utilizado exclusivamente nos serviços da Casa.

A atual presidência não discrimina vereadores; trata-os com respeito, em igualdade de condições e os estimula a exercitar um trabalho legislativo sério e independente. Sem olhar a facção política a que pertencem, tem-lhes sido proporcionado autonomia de ação e modernos mecanismos de trabalho para que possam melhor servir às suas bases eleitorais. Tão evidente é o clima de paz e harmonia entre colegas que sempre há quórum nas reuniões de trabalho das comissões e plenário. Neste, as sessões são abertas e muito concorridas de público. A Câmara comporta-se como um verdadeiro Poder, colaborador do Executivo e não mais um subserviente dele.

As decisões do presidente da Câmara vão além dos acordos políticos. São tomadas pensando no bem comum, na coletividade. Com freqüência, seu gabinete de trabalho abre-se para receber, além de autoridades, pessoas comuns do povo, representantes de associações civis, dirigentes de órgãos não governamentais e presidentes de órgãos públicos. Sua Excelência está sempre visitando comunidades, vultos da sociedade, autoridades em geral. Comparece constantemente a programas de televisão e rádio.

No dia 17 de outubro de 2009, com a cassação do prefeito Antonio Peixoto, o presidente Raimundo Silva assumiu interinamente o comando da Prefeitura Municipal. Apesar de haver governado a cidade por apenas três dias, fez reativar o Programa de Complementação Alimentar beneficiando milhares de pessoas; promoveu um mutirão de limpeza na periferia, a desobstrução da rua Adamastor de Figueiredo e a retirada dos portões do porto e da "bola" no início da rua Afonso de Carvalho. Às 10 horas do dia 21 de outubro, na Câmara Municipal, deu posse ao prefeito Donmarques Mendonça, segundo colocado nas eleições municipais de 2008.

Devido à fragilidade da Justiça Eleitoral, em Itacoatiara o troca-troca de prefeitos gerou instabilidade política em prejuízo da própria gestão pública. Apesar de tudo, a Câmara Municipal funciona regularmente, com independência e certa altivez. Aí, sem dúvida, há o contrapeso da cultura jurídica, o espírito conciliador e a força moral do atual presidente da Casa, atributos que lhe conferem um papel moderador nesses tempos de crise.

Fruto de projeto do presidente Raimundo Silva e do vice-presidente Jânio Pereira da Silva, a Bandeira da Câmara Cidadã foi instituída pela Resolução Legislativa nº 04, de 3 de março de 2009. Confeccionada na cor branca, simbolizando paz e serenidade, e tendo ao centro um logotipo nas cores verde escura e verde clara, contém: a) à esquerda, uma Pena em posição diagonal, representativa de uma caneta-tinteiro, antigo instrumento literário utilizado pelas câmaras na confecção de atas, textos legislativos, expedição de títulos honoríficos, etc.; b) o corte inferior da pena forma uma Folha, referencia à natureza exuberante do Município, ao mesmo tempo em que se reporta à letra do Hino de Itacoatiara, que glorifica o verde-esperança; c) um corte, ao centro, simboliza o rio Amazonas, que banha a cidade e é o

grande ícone ecológico da região norte; d) em posição diagonal à direita, um Peixe faz referência à produção pesqueira do Município e ao mesmo tempo é um símbolo cristão, evocativo de que o Poder Legislativo está sempre merecendo a proteção divina. Incorporada ao conjunto de símbolos oficiais da Casa, a Bandeira será hasteada diariamente defronte à sua sede e em suas dependências internas. O símbolo em escopo será timbrado em todos os documentos oficiais da Câmara. Por orientação do presidente Raimundo Silva, a logomarca foi desenvolvida pela empresa de design Criare, sediada em Manaus. Sua adaptação à Bandeira e o respectivo Histórico são de autoria do jovem pesquisador Frank Chaves.

> O CRIADOR DA CÂMARA CIDADÃ. Raimundo Silva. Católico praticante, nasceu na cidade de Itacoatiara, à rua Manaus, bairro do Jauarí. Jurista, advogado e professor universitário. Aqui, fez o curso primário na Escola Típica Rural e, em Manaus, o ginasial na Escola Técnica, o clássico no Colégio Estadual e o bacharelado em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal. Além de especialista em Direito Privado e mestre em Direito do Trabalho pela *Universidade Federal de Pernambuco*, pertence ao quadro dos docentes da Universidade Federal do Amazonas. Advogado militante defendeu, em Itacoatiara e Manaus, em 1970/1980, os menos favorecidos. Ocupa a Cadeira nº 01 da Academia Itacoatiarense de Letras. Professor da Escola de Serviço Público do Amazonas em 1980; assessor jurídico e chefe da Consultoria Jurídica do Banco do Amazonas de 1980 a 1987; juiz titular do Tribunal do Trabalho da 11ª Região (1987/1995) e assessor jurídico da Administração do Porto de Manaus (1995/1997). No comando da Câmara Municipal de Itacoatiara criou mecanismos de transparência e participação popular, daí resultando a Câmara Cidadã.

4. RELAÇÃO DE VEREADORES (1889/2012)

Período 1889/1890.(*)

Data da eleição: 01.12.1888. Data da posse: 15.01.1889.

Abel Pereira Barbosa
Álvaro Botelho de Castro e França.1
Joaquim Alves de Lima Verde
José Joaquim de Sant'Anna
Manoel Plácido de Souza
Pedro Jorge da Silva Ramos
E mais um nome não localizado.

(*) Eleição realizada ainda sob o pálio da Lei Regulamentar das Câmaras, de 1828: sete vereadores, eleitos trienalmente. Proclamada a República e extintas as câmaras de todo o País, em 1890 é criado o Conselho Municipal.
1 – Presidente da Câmara, por ser o vereador mais votado.

Período 1890/1891

Data da nomeação: desconhecida. Data da posse: 05.01.1890.

Álvaro Botelho de Castro e França.1
Carlos Cardoso Fernandes de Sá.2
Joaquim José Pinto de França.3
Luiz Stone.4
Miguel Francisco Cruz Júnior.5
Raymundo João Carneiro.6
Raymundo Nunes Salgado.7
Targino José das Neves Bananeira.8

---

1 – Substituiu, em 14.01.1891, ao intendente Joaquim José Pinto de França.
2 – Substituiu ao interino Joaquim José Pinto de França. Presidiu o Conselho de 11 de setembro a 01.10.1890. Renunciou em 02.10.1890.
3 – Presidiu o Conselho de 02 a 10.09.1890. Exonerou-se em 13.01.1891 para assumir o Juizado Municipal.

4 – Suplente, assumiu em 02.09.1890. Exonerou-se em 19.02.1891 e assumiu o cargo de juiz municipal.

5 – Titular, demitido em 01.09.1890 foi substituído por Luiz Stone.

6 – Substituiu, em 20.02.1891, ao intendente Luiz Stone.

7 – Intendente titular. Presidente do Conselho de 05.01.1890 a 01.09.1890. Substituído interinamente por Joaquim José Pinto de França.

8 – Substituto, a partir de 03.10.1890, do intendente Carlos Fernandes de Sá. Presidente do Conselho de 02.10.1890 a 19.07.1891.

Período 1891/1892.(*)

Data da designação: desconhecida. Data da posse: 20.07.1891.

Álvaro Botelho de Castro e França.1
Avelino Augusto Martins.2
Camilo de Lellis Pacheco Amora.3
Gabriel de Souza Barriga.4
José Alves do Couto.5
Miguel Francisco Cruz Júnior.6
Pedro Pereira da Fonseca.7
Raymundo João Carneiro.8

(*) – A Constituição Estadual de 13.03.1891 mantém o Conselho Municipal e cria a figura do Comissário Executivo.

1 – Intendente de 20.07.1891 a 01.10.1891. Comissário Executivo de 01.04.1892 a 23.07.1892, em substituição a Raymundo João Carneiro.

2 – Assumiu como intendente em 13.01.1892, em vista da exoneração de Camilo Lellis.

3 – Intendente de 31.10.1891 a 11.01.1892.

4 – Assumiu como intendente em 01.04.1892.

5 – Assumiu em 20.07.1891. Substituído em 31.10.1891 por Camilo Lellis Amora que foi exonerado em 12.01.1892.

6 – Assumiu em 01.10.1891 em lugar de Álvaro Botelho França.

7 – Assume em 27.01.1892 como intendente na vaga aberta com a subida de Miguel Cruz a Comissário Executivo

8 – Comissário Executivo de 20.07.1891 a 12.01.1892 e de 03 a 29.03.1892.

Triênio 1893 a 1895.(*)

Data da Eleição: 25.01.1893. Data da posse: 27.02.1893.

Augusto Saraiva de Melo Brandão
Francisco Leopoldo Mendes
Jason Hermida.1
Luiz Stone.2
Manoel Francisco de Figueiredo
Manoel Joaquim da Costa Pinheiro
Paulo Pereira Barbosa.3
Targino José das Neves Bananeira

(*) – Promulgada a nova Constituição Estadual em 23.07.1892, são extintos o Conselho Municipal e o Comissário Executivo. Criados a Intendência e a Superintendência.

1 – Presidente. De 07 a 11.07.1897 substituiu ao superintendente Avelino Martins.

2 – Vice-presidente da Intendência.

3 – Suplente, assumiu em março de 1894.

Triênio 1896 a 1898

Data da eleição: 01.12.1895. Data da posse: 20.01.1896.

Avelino Augusto Martins.1
Boaventura José de Figueiredo.2
Fellippe Rodrigues da Silveira Nery.3
Florêncio do Espírito Santo Rolim
Jason Hermida.4
Jerônymo Victoriano de Menezes
João Caetano das Neves Barreto.5
João Pereira Barbosa.6
Manoel Cavalcante Fleury Baraúna.7
Manoel Rodrigues Vieira.8
Pedro Rozo Ferreira Gatto.9

1 – Assumiu, interinamente, a Superintendência de 05.06.1898 a 24.02.1899.

2 – substituiu interinamente durante todo o mês de fevereiro de 1898 o superintendente Pedro de Alcântara do Rego Barros.
3 – Cassado em 15.10.1897 por excesso de faltas.
4 – Presidente da Intendência, assumiu a Superintendência de 07 a 11.07.1897.
5 – Eleito em 01.04.1898 para substituir Fellippe da Silveira Nery.
6 – Eleito em 01.04.1898 para substituir ao intendente Manoel Rodrigues Vieira.
7 – Cassado em 15.10.1897 por excesso de faltas.
8 – Cassado em 15.10.1897 por excesso de faltas.
9 – Eleito em 01.04.1898 para substituir Manoel Cavalcante Baraúna.

Triênio 1899 a 1901

Data da eleição: 01.12.1898. Data da posse: 20.01.1899

Pedro Jorge da Silva Ramos Júnior.1
Os demais nomes não foram localizados

---

1 – Renunciou ao mandato para assumir a Coletoria, em janeiro de 1900.

Triênio 1902 a 1904

Data da eleição: 01.12.1901. Data da posse: 20.01.1902

Adolpho Guilherme de Miranda Lisboa.1
Fellippe Rodrigues da Silveira Nery
Francisco Marques da Silveira
Lindolfo de Oliveira Rozas
Manoel Rodrigues Vieira
Dois outros nomes não foram localizados

---

1 – Eleito em 03.03.1902. Renunciou ao mandato, porque em 12.09.1903 foi nomeado superintendente da capital.

Triênio 1905 a 1907

Data da eleição: desconhecida. Data da posse: idem.

Antonio José Serudo Martins.1
Os demais nomes são desconhecidos

1 – Presidente da Intendência.

Triênio 1908 a 1910

Data da eleição: desconhecida. Data da posse: idem.

Triênio 1911 a 1913

Data da eleição: 31.10.1910. Data da posse: 01.01.1911.

Pedro Pereira da Costa Fonseca.1
Os demais nomes são desconhecidos

1 – Presidente da Intendência.

Triênio 1914 a 1916

Data da eleição: 01.12.1913. Data da posse: 01.01.1914.

Drumond Carvalho
João da Paz Serudo Martins.1
Luiz Stone
Manoel Rosário Gil
Mathias Tomé
E mais dois, cujos nomes não foram localizados

1 – Presidente da Intendência.

Triênio 1917 a 1919

Data da eleição: 01.12.1916. Data da posse: 01.01.1917.

João Jacintho Bezerra.1
Joaquim Pereira Barroncas Júnior.2
José de Araújo Barros.3
E outros quatro, cujos nomes não foram localizados

1 – Vice-presidente de 01.01.1917 a 14.03.1918 e de 15.03.1918 a 31.12.1919.
2 – Presidente de 15.03.1918 a 31.12.1919.
3 – Presidente de 01.01.1917 a 14.03.1918.

Triênio 1920 a 1922

Data da eleição: 01.12.1919. Data da posse: 01.01.1920.

Adolpho Luiz Coelho
Cassiano Secundo Nunes de Oliveira
Fortunato Flósculo Victal
Guilherme Williams Stone
José de Araújo Barros
Ozório Alves da Fonseca.1
Palmério Teixeira Pinto

1 – Presidente durante toda essa legislatura.

Triênio 1923 a 1925.(*)

Data da eleição: 01.12.1922. Data da posse: 01.01.1923.

Abdias de Paiva
João da Paz Serudo Martins.1
Raymundo Rodrigues Cruz
E dois outros, cujos nomes não foram localizados

(*) Segundo a Constituição Estadual de 14.02.1922, o número de intendentes desceu de sete para cinco.
1 – Presidente durante toda a legislatura.

Quadriênio 1926 a 1930.(*)

Data da eleição: 01.12.1925. Data da posse: 01.01.1926.

Antonio de Araújo Costa.1
Antonio Soares Pereira.2
Armindo Magalhães Ausier
Cassiano Secundo Nunes de Oliveira
Hiran Fonseca
Ozório Alves da Fonseca

(*) – Promulgada a Constituição de 14.02.1926 foram mantidos a Intendência e seus cinco membros. Em relação ao Poder Executivo, foi extinta a Superintendência e criada a Prefeitura, representada pelo Prefeito. A Revolução de 1930 dissolveu o Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as intendências municipais. A de Itacoatiara foi fechada em 25.10.1930 e só voltaria a funcionar em 1935.

1 – Presidente da Intendência, por ter sido o mais votado.

2 – Vice-presidente e presidente em exercício em 1929.

Triênio 1935 a 1938.(*)

Data da eleição: 02.09.1935. Data da posse: 20.12.1935.

Floro Rebello de Mendonça
Jáder Collaço Veras
Luiz da Paz Serudo Martins.1
Manoel Maria Alves
Nilamont Rocha da Costa.2
Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias.3

(*) – Criada a Câmara Municipal, em lugar da Intendência, foram mantidos o número anterior de vereadores e a eleição trienal.

1 - Suplente, assumiu em lugar de Nilamont Rocha da Costa em 17.10.1936.

2 - Presidente de 20.12.1935 a 14.10.1936.

3 - Presidenta interina de 17.10.1936 a 14.04.1937; titular de 15.04.1937 a 10.11.1937.

Triênios 1938 a 1941, 1941 a 1944 e 1944 a 1947

Com a decretação da Ditadura Vargas, em 10.11.1937, as edilidades de todo o País foram postas em recesso e só reabertas com a retomada da Democracia em fins de 1945. A Câmara Municipal de Itacoatiara passou a ter sete membros e os mandatos passaram a ser quadrienais.

Quadriênio 1948 a 1951

Data da eleição: 16.11.1947. Data da posse: 18.12.1947.

Antonio Vital de Mendonça
Camilo de Menezes Vasconcellos Dias.1
Francisco Ferreira Athayde.2
Osório José Teixeira.3
Pedro Santarém Penalber.4
Raimundo Martiniano de Araújo
Teodorico de Almeida Nunes.5

---

1 – Vice-presidente, eleito em 19.01.1948 e reeleito em 14.04.1948. Presidente interino de 01.12.1948 a 01.02.1949. Presidente titular de 12.04.1950 a 29.12.1951.

2 - Presidente de 18.12.1947 a 13.04.1948 e de 14.04.1948 a 11.04.1949. Assumiu a Prefeitura por 60 dias de licença do prefeito Araújo Costa: de 01.12.1948 a 01.02.1949.

3 - Suplente, assumiu em 17.05.1951.

4 - Presidente de 12.04.1949 a 11.04.1950.

5 - Suplente, assumiu em 09.11.1949.

Quadriênio 1952 a 1956

Data da eleição: 16.11.1951. Data da posse: 12.01.1952.

Acácio Soares de França Leite.1
Adamastor Onety de Figueiredo.2
Antonio da Costa Arcos.3
Antonio Vital de Mendonça.4

Camilo de Menezes Vasconcellos Dias.5
Cornélio Paulo de Araújo.6
Francisco Ferreira Athayde
José Lopes da Silva
José Rebello de Mendonça.7
Osório José Teixeira.8
Pedro Chagas da Costa.9
Pedro Santarém Penalber.10
Raimundo Martiniano de Araújo.11
Valter Ferreira Freire.12

---

1 - Presidente da Câmara de 12.01.1952 até renunciar em 08.05.1952: substituído pelo vereador mais votado Antonio Vital de Mendonça.

2 - Suplente, assumiu em 10.05.1952 e foi logo guindado à presidência. Afastou-se em 20.10.1952 para substituir licença do prefeito Teodorico Nunes. Retomou a presidência de 09.12.1952 a 12.04.1953. Reeleito para os períodos de 13.04.1953 a 12.04.1954 e de 13.04.1954 a 27.04.1955. Novamente prefeito interino entre 18.07.1955 e 27.11.1955. Nessa data renunciou à vereança para assumir em lugar do prefeito Pedro Santarém Penalber. Seu mandato na Prefeitura expirou em 11.01.1956.

3 - Suplente, assumiu em 19.11.1955.

4 – Presidente por um dia: 09.05.1952 em substituição ao vereador Acácio Soares Leite. Eleito deputado estadual no final de 1954, renunciou à vereança no início de 1955.

5 – Presidente, substituindo a Adamastor Onety de Figueiredo, assumiu em 20.10.1952 e renunciou em 31.10.1952. Presidente novamente de 28.11.1955 a 11.01.1956.

6 - Suplente, assumiu em 30.05.1953 em lugar do vereador Camilo de Menezes V. Dias.

7 - Assumiu a vereança por determinação do TRE do Amazonas em 15.04.1952, mas renunciou em 09.05.1952. Substituído no dia seguinte por Adamastor de Figueiredo.

8 - Suplente, assumiu em 29.12.1952, substituindo a Camilo de Menezes V. Dias.

9 - Suplente, assumiu em 06.10.1952, substituindo a Adamastor de Figueiredo.

10 - Suplente, assumiu em 13.06.1955. Eleito prefeito pela Câmara em substituição ao prefeito cassado Teodorico de Almeida Nunes, renunciou à vereança em 17.11.1955.

11 - Suplente, assumiu em 27.04.1955. Presidente de 28.04.1955 a 08.07.1955. Prefeito municipal em exercício de 09.07.1955 a 17.07.1955.

12 - Suplente, assumiu em 05.06.1955. Novamente, em 05.11.1955, para substituir o vereador em exercício Pedro Chagas da Costa.

Quadriênio de 1956 a 1960

Data da eleição: 16.11.1955. Data da posse: 12.01.1956.

Adamastor Onety de Figueiredo.1
Antonio Garganta Dominguez.2
Argos do Amaral Valente.3
Arnóbio Frias de Oliveira
Camilo de Menezes Vasconcellos Dias.4
Hélio de Lemos Falcone.5
João Valério de Oliveira
José Lopes da Silva.6
Jurandir Vital de Mendonça.7
Luiz da Paz Serudo Martins.8
Raimundo Fernandes Moura.9
Samuel Araújo da Silva.10

1 – Presidente de 12.01.1956 a 11.04.1957.
2 – Suplente, assumiu de 30.09.1959 a 30.11.1959, substituindo a Raimundo F. Moura.
3 – Suplente, assumiu inicialmente em 04.02.1956, depois substituiu a Hélio de Lemos Falcone em 13.05.1956. Presidente da Câmara de 10.04.1959 a 11.01.1960.
4 – Suplente, assumiu em 09.11.1959, substituindo a José Lopes da Silva.
5 – Renunciou em 12.05.1956 e Argos do Amaral Valente se efetivou no cargo.
6 – Suplente, assumiu em 21.05.1959, em substituição a Samuel Araújo da Silva.
7 – Vice-presidente de 12.4.1957 a 09.01.1958. Presidente de 10.04.1958 a 09.04.1959.
8 – Vice-presidente de 12.01.1956 a 11.4.1957. Presidente de 12.04.1957 a 09.04.1958.
9 – Suplente, assumiu em 13.02.1956. Substituiu ao vereador Arnóbio Frias de Oliveira que, por algum tempo, como suplente de deputado, assumiu a Assembéia Legislativa.
10 – Suplente, assumiu de 09.02.1956 a 13.02.1956 substituindo a Adamastor Onety de Figueiredo que, no período, substituiu interinamente ao prefeito Raimundo Perales.

Quadriênio de 1960 a 1964

Data da eleição: 03.10.1959. Data da posse: 12.01.1960.

Argos do Amaral Valente
Dib Jorge Miguel Barbosa.1
Francisco Ferreira Athayde
Luiz da Paz Serudo Martins.2
José Tomás de Aquino.3

Jurandir Pereira da Costa.4
Otoniel Vital de Mendonça.5
Paulo Gomes da Silva.6
Paulo Pedraça Sampaio

---

1 – Suplente, assumiu em lugar de Luiz Serudo Martins de 28.06.1963 a 28.07.1963 e de 06.11.1963 a 19.11.1963.

2 - Presidente de 12.01.1960 a 09.04.1963 e de 10.04.1963 a 11.01.1964. Licenciado de 20.08.1963 a 13.10.1963 para concorrer à deputação estadual.

3 – Suplente, assumiu em 07.11.1960, em 13.07.1963 e 06.11.1963, nos impedimentos de Francisco Ferreira Athayde.

4 – Vice-presidente substituiu interinamente, de 10.04.1963 a 11.01.1964, ao presidente Paulo Gomes da Silva.

5 – Licenciado em 04.05.1961 por 90 dias. Teve diversas outras faltas não autorizadas. Por isso teve o mandato cassado em 02.08.1963.

6 – Suplente, assumiu em 30.04.1960, em 04.05.1961 e 18.04.1963 em substituição a Otoniel Vital de Mendonça. Efetivado no cargo em 03.08.1963 em virtude da cassação do aludido vereador. Eleito vice-presidente, substituiu ao presidente Luiz da Paz Serudo Martins de 20.08.1963 a 13.10.1963. Prefeito municipal de 14.10.1963 a 11.01.1964, em face da declaração de vacância do cargo deixado por Luiz Soares de Medeiros.

Quinquênio de 1964 a 1969.(*)

Data da eleição: 06.10.1963. Data da posse: 12.01.1964.

Acácio Soares de França Leite.1
Adolfo Fontenelle Olímpio.2
Antonio Gesta Filho
Antonio José de Morais Figueiredo
Argos do Amaral Valente.3
Dib Jorge Miguel Barbosa.4
Francisco Ferreira Athayde.5
Geraldo Braga Freire.6
José Tomás de Aquino
Jurandir Pereira da Costa.7
Luiz de Oliveira Onety.8

Paulo Pedraça Sampaio.9

(*) – O governo militar de 1964 prorrogou em um ano esse mandato.

1 – Presidente de 10.04.1965 a 09.04.1966. Renunciou a vereança em 06.06.1968 para, como 2º suplente de deputado estadual, assumir à Assembléia Legislativa do Estado.

2 – Presidente de 12.01.1964 a 09.04.1965.

3 – Suplente, assumiu em 10.06.1968 e ficou até final do mandato (30.01.69), em face da renúncia do vereador Acácio Soares Leite.

4 – Suplente, assumiu de 11.06.1964 a 07.07.1964, para cumprir licença do vereador Acácio Soares de França Leite.

5 – Suplente, assumiu em 08.06.1964, em lugar de Adolfo Olímpio. Vice-presidente de 10.04.1966 a 09.04.1967. Presidente em exercício de 27.10.66 a 11.12.1966. Presidente titular de 10.04.1967 a 09.04.1968 e de 10.04.1968 a 30.01.1969. Prefeito interino de 17.09.1966 a 26.10.1966 e de meados de outubro de 1968 a dezembro de 1968.

6 – Assumiu a Câmara em 08.09.1965, em face da criação, pelo TRE/Amazonas, de mais duas vagas de vereador. Licenciado por 120 dias, de 22.04.1968 a 22.08.1968.

7 – Presidente de 10.04.1966 a 09.04.1967. Prefeito interino no período de 27.10.1966 a 11.12.1966. No dia seguinte empossou ao interventor federal Armindo Auzier. À sua ausência, assumiu o vice-presidente Francisco Ferreira Athayde.

8 – Suplente, assumiu de 22.04.1968 a 22.08.1968 para cobrir licença de Geraldo Braga.

9 – Assumiu em 17.09.1965 a segunda vaga aberta pelo TRE/Am. Cassado em meados de 1967 e, com o então suplente Argos do Amaral Valente, levado preso pelo Exército. Solto, impetrou mandado de segurança e voltou à Câmara para concluir o seu mandato.

Quadriênio de 1969 a 1973

Data da eleição: 15.11.1968. Data da posse: 31.01.1969.

Francisco Augusto Pereira de Nazaré.1
Francisco Rebelo Neves.2
David Pereira Braga.3
João Rebouças Praia.4
José Nobre da Silva.5
Luiz de Oliveira Onety
Manoel Edmilson Gama.6
Manoel Vicente Teixeira.7
Milton Pereira de Lobão Veras.8

Osmar Marques Vital.9

---

1 – Suplente, assumiu em 17.04.1971, *substituindo ao vereador Milton Lobão Veras.*

2 – Suplente, assumiu em 12.04.1971, em lugar do vereador Manoel Edmilson Gama. Foi vice-presidente de 10.04.1972 a 31.01.1973.

3 – Vice-presidente de 31.01.1969 a 09.04.70. Presidente de 12.04.1971 a 09.04.1972.

4 – Vice-presidente de 10.04.1970 a 11.04.71. Presidente de 10.04.1972 a 31.01.1973.

5 – Presidente de 10.04.1970 a 11.04.1971.

6 - Renunciou ao mandato em 08.02.1971 (pedido lido em plenário aos 05.04.1971).

7 – Vice-presidente de 12.04.1971 a 09.04.1972.

8 - Renunciou à vereança em 16.04.1971.

9 – Presidente de 31.01.1969 a 09.04.1970.

Quadriênio de 1973 a 1977

Data da eleição: 15.11.1972. Data da posse: 01.02.1973.

Antonio Pereira Simões
Bernardo Almeida de Oliveira.1
Flávio Guimarães da Silva.2
Francisco Fiúza Lima.3
Luiz de Oliveira Onety.4
Mário Benigno Santiago Mendes.5
Osmar Marques Vital

---

1 – Vice-presidente, eleito em 01.02.1973, renunciou em 16.04.1973.

2 – Vice-presidente de 17.04.1973 a 09.04.1975.

3 - Presidente de 10.04.1975 a 31.01.1977.

4 – Presidente de 01.02.1973 a 09.04.1975.

5 – Vice-presidente de 10.04.1975 a 31.01.1977.

Sexênio de 1977 a 1983.(*)

Data da eleição: 15.11.1976. Data da posse: 01.02.1977.

Afonso Araújo Costa.1
Bernardo Almeida de Oliveira

Dinamérico Peixoto de Almeida.2
Francisco Ramos de Melo.3
Getúlio Juliano Borsa Lima.4
José Judas Tadeu Marinho Batista
José Nobre da Silva.5
José Resk Maklouf.6
Jurandir Pinheiro das Chagas.7
Laet Torres de Araújo
Manoel Vicente Teixeira
Raimundo Edmilson Fernandes Carlos.8

(*) – O País vivia sob o signo do bipartidarismo (ARENA e MDB). Esse mandato e o seguinte foram prorrogados em dois anos.

1 – Vice-presidente de 01.02.1981 a 31.01.1983. Presidente de 26.02.81 a 28.02.1981.

2 - Suplente. Convocado extraordinariamente para substituir a Getúlio Juliano Borsa Lima, assumiu em 27.02.1981.

3 – Vice-presidente de 01.02.1979 a 31.01.1981.

4 - Presidente de 01.02.1981 a 31.01.1983. Por decisão judicial, assumiu a Prefeitura no dia 28.02.1981, sendo substituído na presidência pelo vereador Afonso Araújo Costa.

5 – Presidente, assumiu em 01.02.1977. Renunciou a presidência em 07.06.1977, sendo substituído pelo vereador Jurandir Pinheiro das Chagas.

6 – Presidente de 01.02.1979 a 31.01.1981. Assumiu várias vezes a Prefeitura, em razão da renúncia do vice-prefeito Mustafá Milton Amed, em 10.04.1979.

7 – Presidente de 08.06.1977 a 31.01.1979.

8 – Vice-presidente de 01.02.1977 a 31.01.1979.

Sexênio de 1983 a 1988.(*)

Data da eleição: 15.11.1982. Data da posse: 01.02.1983.

Abdon Nunes Zacarias
Adalberto Almeida Cavalcante
Antonio Pereira Simões
Arialdo Guimarães da Silva.1
Bernardo Almeida de Oliveira.2
Francisco Pereira da Silva

Francisco Ramos de Melo
Idemar Vieira da Silva.3
Jander Rubem Ferreira Nobre.4
José Resk Maklouf.5
Jurandir Pinheiro das Chagas.6
Leomar Libório de Araújo
Mário Benigno Santiago Mendes.7
Sidney Fernandes da Silva.8
Sirange Bezerra Rodrigues.9

(*) – Alterada a composição da Câmara para treze vereadores. No mandato seguinte voltaria à composição anterior, de onze membros.

1 – Vice-presidente de 01.02.1985 a 31.01.1987.

2 - Licenciado de 07.08.1986 a 02.12.1986, para concorrer à deputação estadual.

3 – Vice-presidente de 01.02.1983 a 31.01.1985. Presidente interino nos impedimentos do presidente Jurandir Pinheiro das Chagas.

4 - Presidente de 01.02.1985 a 31.01.1987.

5 – Presidente de 01.02.1987 a 31.12.1988.

6 – Presidente de 01.02.1983 a 28.12.1984. Requereu licença em 01.08.1985, renovada em 07.08.1986 e finalmente renunciou ao mandato em 03.08.1987.

7 – Vice-presidente de 01.02.1987 a 31.12.1988.

8 – Suplente, assumiu de 07.08.1986 a 01.12.1986, substituindo ao vereador e candidato a deputado estadual Bernardo Almeida de Oliveira.

9 – Suplente, assumiu interinamente de 06.08.1985 a 03.08.1987 em lugar de Jurandir Pinheiro. Efetivada no cargo a partir da data da renúncia deste, em 04.08.1987.

Quadriênio de 1989 a 1992

Data da eleição: 15.11.1988. Data da posse: 01.01.1989.

Arialdo Guimarães da Silva.1
Doralice Ferreira Fernandes
Francisco Hudson Brito de Lima.2
Guilherme Fernandes Pereira
Jander Rubem Ferreira Nobre
José Bessa de Queiroz

Jurandir Pereira da Costa.3
Leomar Libório de Araújo.4
Maria Engrácia Valente Brasil
Paulo Nazareno Mendonça Sarrazim
Sirange Bezerra Rodrigues.5

1 – Presidente de 01.01.1989 a 31.12.1990. Prefeito em exercício: setembro/1989.

2 – 1º vice-presidente de 01.01.1991 a 31.12.1992.

3 – Presidente de 01.01.1991 a 31.12.1992.

4 – 2º vice-presidente de 01.01.1989 a 31.12.1990.

5 – 1ª vice-presidente no período de 01.01.1989 a 31.12.1990 e 2ª vice-presidente de 01.01.1991 a 31.12.1992.

Quadriênio de 1993 a 1996

Data da eleição: 03.10.1992. Data da posse: 01.01.1993.

Adilon Pereira da Costa
Alberto Iannuzzi Neto
Alcimar de Souza Mendonça
Almir Peixoto da Silva.1
Arialdo Guimarães da Silva.2
Francisco Gomes da Silva.3
Jander Rubem Ferreira Nobre.4
Juracema Holanda de Almeida
Mábio Frutuoso de França.5
Raimundo Nonato Pereira da Costa
Salomão Zacarias de Almeida
Sirange Bezerra Rodrigues.6

1 – 2º vice-presidente de 01.01.1993 a 31.12.1994.

2 - Suplente, assumiu definitivamente em 29.05.1996, em face da renúncia, nesta data, do vereador Francisco Gomes da Silva.

3 – Renunciou ao mandato em 27.05.1996.

4 – Presidente de 01.01.1995 a 31.12.1996.

5 – Exerceu a 1ª vice-presidência de 01.01.1993 a 31.12.1994 e a 2ª vice-presidência de 01.01.1995 a 31.12.1996.
6 – Exerceu a presidência no período de 01.01.1993 a 31.12.1994 e a 1ª vice-presidência de 01.01.1995 a 31.12.1996.

Quadriênio de 1997 a 2000.(*)

Data da eleição: 03.10.1996. Data da posse: 01.01.1997.

Alcimar de Souza Mendonça
Almir Peixoto da Silva.1
Antonio Nelson de Oliveira Neto.2
Antonio Peixoto da Silva Oliveira.3
Antonio Praxedes da Silva.4
Éder dos Santos Ferreira Filho
Francisco Correia Lima Neto.5
Francisco Rosquildes Pessoa Araújo.6
Juracema Holanda de Almeida.7
Leomar Libório de Araújo.8
Lidiomar Guimarães da Silva.9
Lisette Bouez Abrahim
Mábio Frutuoso de França.10
Raimundo Batista de Moraes
Salomão Zacarias de Almeida
Sergio Maciel Barbosa.11
Tibiriçá Valério de Holanda.12

(*) – Por determinação do TSE foi elevado para treze o número de vereadores.
1 – 1º vice-presidente de 01.01.1997 a 31.12.1998.
2 - Faleceu em 11.01.1999.
3 - Licenciado de 01.08.1998 a 05.10.1998.
4 - Substituiu a Lidiomar Guimarães da Silva, de 08.12.1997 a 18.02.1998.
5 - 2º vice-presidente de 01.01.1999 a 31.12.2000.
6 - Suplente, assumiu em 03.08.1998, substituindo Antônio Peixoto, e deixou o posto no dia seguinte. Tornou-se titular em 01.02.1999, em face do falecimento do vereador Antônio Nelson de Oliveira Neto. Novamente licenciado de 01.09.1999 a 29.09.1999.
7 - 2ª vice-presidente de 01.01.1997 a 31.12.1998.
8 - 1º vice-presidente de 01.01.1999 a 31.12.2000. Licenciado para tratamento de saúde de 17.09.1997 a 31.03.1998.
9 - Suplente, assumiu duas vezes: de 20.10.1997 a 03.12.1997 e de 02.03.1998 a 25.03.1998, ambas em substituição a Leomar Libório de Araújo.
10 - Presidente de 01.01.1997 a 31.12.1998.
11 - Suplente, substituiu duas vezes ao vereador Rosquildes: de 10.08.1998 a 28.09.1998 e de 01.09.1999 a 29.09.1999.
12 - Presidente de 01.01.1999 a 31.12.2000.

Quadriênio de 2001 a 2004.(*)

Data da eleição: 01.10.2000. Data da posse: 01.01.2001.

Alcimar de Souza Mendonça
Antonio Peixoto da Silva Oliveira
Carmen da Silva Franco.1
Donmarques Anveres de Mendonça
Éder dos Santos Ferreira Filho
Francisco Correia Lima Neto.2
Gutemberg Brito Veiga.3
Juracema Holanda de Almeida.4
Ladislon Araújo Dirani
Leomar Libório de Araújo
Normélia Gama do Nascimento.5
Odete Braga Freire de Azevedo.6
Raimundo Nonato Pereira da Costa
Raimundo Ribamar Ferreira Peixoto
Salomão Zacarias de Almeida
Sélio José Miglioranza
Sirange Bezerra Rodrigues.7

(*) – Ampliado para quinze o número de vereadores.

1 – Suplente, assumiu de 04.08.2003 a 30.09.2003, substituindo a Antonio Peixoto.

2 – 1º vice-presidente de 01.01.2001 a 22.12.2002.

3 – 1º vice-presidente de 23.12.2002 a 31.12.2004.

4 - Faleceu em 26.06.2003.

5 – Suplente, assumiu em 11.08.2003 em lugar da vereadora Juracema Almeida.

6 – 2ª vice-presidente de 01.01.2001 a 22.12.2002 e de 23.12.2002 a 31.12.2004.

7 – Presidenta de 01.01.2001 a 22.12.2002 e de 23.12.2002 a 31.12.2004.

Quadriênio de 2005 a 2008.(*)

Data da eleição: 03.10.2004. Data da posse: 01.01.2005.

Alcimar de Souza Mendonça.1
Almir Stone da Costa

Aluísio Isper Neto
Antonio Peixoto da Silva Oliveira
Éder dos Santos Ferreira Filho.2
Elenize Holanda de Almeida Weiller
Érison Pinheiro Pacheco
Jânio Hélder Gomes Lopes.3
Raimundo Nonato Pereira da Costa
Raimundo Ribamar Ferreira Peixoto
Sirange Bezerra Rodrigues.4

(*) – Reduzido para dez o número de vereadores.

1 – Presidente de 01.01.2005 a 17.12.2006. Vice-presidente de 18.12.06 a 31.12.2008.

2 – Cassado pelo TRE/Am: a última sessão a que compareceu foi em 30.06.2008

3 - Suplente, assumiu em 07.08.2008 substituindo ao vereador Éder dos Santos Ferreira.

4 – Vice-presidente de 01.01.2005 a 17.12.2006. Presidente de 18.12.06 a 31.12.2008.

Quadriênio de 2009 a 2012

Data da eleição: 05.10.2008. Data da posse: 01.01.2009.

Alcimar de Souza Mendonça.1
Aluísio Isper Neto.2
Arialdo Guimarães da Silva
Carlos Alberto da Costa Marques.3
Éder dos Santos Ferreira Filho
Elenize Holanda de Almeida Weiller
Francisco Richardson Gama Franco.4
Francisco Rosquildes Pessoa Araújo
Jânio Pereira da Silva.5
José Neber Nogueira
Marcondes Martins Rodrigues.6
Raimundo Nonato Pereira da Costa.7
Raimundo Silva.8

---

1 – Suplente, no período de 11.01.2010 a 05.02.2010 substituiu ao vereador Raimundo Nonato Pereira da Costa, nomeado secretário municipal de Assuntos Extraordinários.
2 – Licenciado em 08.01.2010 para assumir a Secretaria Municipal de Interior, sendo substituído pelo suplente Carlos Alberto da Costa Marques. Retornou em 06.02.2010.
3 – Suplente, substituiu de 15.01.2009 a 30.07.2009 ao vereador Marcondes Martins Rodrigues, afastado pelo TRE/AM. Reassumiu de 11.01.2010 a 05.02.2010 para cobrir licença do vereador Aluísio Isper Neto.
4 – Cassado pelo TRE/Amazonas e substituído em 17.09.2009 pelo suplente Raimundo Nonato Pereira da Costa. Em face de recurso interposto junto à Justiça Eleitoral, retornou ao cargo em 10.05.2010. Finalmente afastado pelo TRE-AM em 08.11.2010
5 – Vice-presidente, eleito para o período 01.01.2009 a 31.12.2010.
6 – Afastado pelo TRE/Am em 15.01.2009, recuperou o mandato em 31.07.2009.
7 – Suplente, assumiu em 17.09.2009 substituindo a Francisco Richardson Gama Filho, cassado pelo TRE/AM. Licenciado em 11.01.2010 exerceu até 06.02.2010 o cargo de secretário municipal de Assuntos Extraordinários. Afastado em 10.05.2010 com a retomada do cargo pelo vereador Francisco Richardson Gama Franco. Em face de nova deliberação do TRE-AM, reassumiu o mandato em 09.11.2010.
8 – Presidente, eleito para o período 01.01.2009 a 31.12.2010.

*****

Conforme o acima enunciado, quase todos os movimentos cívicos do Município de Itacoatiara se originaram na Câmara Municipal, depositária da vontade popular e caixa de ressonância de todos os fatos municipais. O documentário escrito dessa história resultou das atas que, ao longo de todos esses anos, abnegados servidores elaboraram. Vários deles, posteriormente, seriam membros da própria edilidade itacoatiarense ou iriam exercer outras funções no Município ou no Estado do Amazonas. Fazendo justiça aos que integraram, desde a década de 1910, o corpo administrativo da tradicional Casa Política, relacionamos abaixo os servidores que – titulares ou não da Secretaria – trabalharam no setor de lavratura de atas da Casa:

1. Secretários da Intendência:

Manoel da Silva Santos (1913/1916); Francisco Domingos do Lago (1916/1917); César Augusto de Aguiar (1920/1924?); Vicente Geraldo de Mendonça Lima (1918/1919 e 1925?/1929); Virgílio Augusto de Oliveira (1935); Sulamita de Sá Bezerra de Mendonça (1936/1937); e Anna Ferreira de Menezes (1937).

2. Secretários efetivos e/ou temporários da Câmara:

Antonio Vital de Mendonça (1947/1948); João Valério de Oliveira (1948/1950); José Tomás de Aquino (1951/1957, 1967, 1971/1972 e 1973/1975); João Batista de Araújo (1957 e 1958); Cleonice Alves Barbosa (1956/1957, 1960, 1963/64, 1966, 1968/1974 e 1975/1988); Antonildes Bezerra de Mendonça (1959/1961 e 1963); João Rebelo de Mendonça (1962/1963); Adalgisa Chaves Lopes (1963); Jones José Medeiros (1964); Antonio Reis de Jesus Filho (1964/1966 e 1968); Luiz da Paz Serudo Martins (1969/1970, 1972/1975); e Mauro Garcia Rego (1989/1990).

3. Servidores eventualmente designados para lavrar atas da Câmara:

Manoel José de Oliveira Rebelo (1991/97 e 1999/2005); Francimara da Silva Costa 1998/1999); Raimundo Alberto Barroso de Oliveira (2005); e Mara Lídia Michiles Tamer (2006/2010).

4. Diretores-gerais da Câmara:

João Manoel Filgueiras Ferreira (1997/2000 e 2009/2010); Jhonildo Gomes de Azevedo (2001/2008).

5. Servidores mais antigos do quadro administrativo da Casa:

Maria Georgete Freitas Rodrigues (1977/2010); Raimundo Assunção Ferreira Martins (1977/2010); Teodoro Idelson Martins (1977/1987); Maria de Fátima da Silva Ferreira (1980/2010); Rosângela Pereira Cordovil (1981/2010); Maria do Rosário Barroso (1982/2010); Elezir Maria Alves dos Santos (1982/2010); Cândida França Bezerra (1982/2010); João Barbosa (1985/2003); e Manoel Marques de Souza (1987/2005).1

1 - Cf. Arquivo da Câmara - Livros de Atas números 01 (1935/1937) a 51 (2005/2007).

5. CRONOLOGIA DA CIDADE E DO MUNICÍPIO

1669. Padres da Ordem dos Jesuítas, em missão de catequese, ingressam no rio Madeira. Em seguida, passam a operar nos rios Preto da Eva, Urubu, Autazes e demais furos da rede hidrográfica do Município de Itacoatiara.

1683. O superior dos jesuítas na Amazônia, padre Jódoco Peres, sobe o rio Madeira e, ao cabo de nove dias, alcança a boca do seu afluente Mataurá. Lá, funda a missão dos *Iruri*, primeiríssima raiz da cidade de Itacoatiara. // De volta a Belém, leva consigo um filho do tuxaua *Mamorini*: no Colégio de Santo Alexandre aprenderia português e língua geral ou *nheengatu*.

1684. No início do ano, políticos, comerciantes e sertanistas de São Luís do Maranhão, sob o comando de Manuel Beckmann, expulsam os jesuítas da Amazônia. Entre as vítimas estava o fundador do núcleo que deu origem a Itacoatiara, padre Jódoco Peres.

1687. Exilado em Portugal desde 1684, Jódoco Peres retorna à Amazônia.

1689. Os padres João Ângelo Bonomi e José Barreiros passam a assistir à missão de Mataurá, onde fundam casa e igreja. Doentes, no ano seguinte retornam a Belém.

1691. João Ângelo Bonomi volta outra vez a Mataurá. No final do ano, o assédio de colonos aos índios mansos aldeados e os repetidos ataques dos índios *Torá*, obrigam a transferência da missão para o rio Canumã, quase na confluência deste afluente do baixo rio Madeira com o paraná do Urariá, vizinho à ilha de Tupinambarana.

1693. Carta régia de 19 de março confirma licença do governo de Portugal para os jesuítas continuarem operando nos rios da margem direita do rio Amazonas e no trecho entre os rios Urubu e Negro.

1694. Carta régia de 29 de novembro referenda a autorização aos jesuítas objeto da carta régia de 19 de março de 1693, acima mencionada.

1696. O padre João da Silva funda a povoação dos *Abacaxis*, à margem do furo de igual nome, também um afluente do baixo rio Madeira. Integram-na

cerca de 500 índios, distribuídos por cinco grandes malocas. // De imediato, os moradores de Canumã, ainda hostilizados pelos índios *Torá*, transferem a missão para o novo povoado.

1697 – Comitiva do governador grão-paraense Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ingressa no rio Madeira e visita a missão de Abacaxis.

1704. O padre João da Silva deixa a missão de Abacaxis, onde é sucedido pelo missionário Domingos de Macedo.

1709. Falecimento no rio Madeira do missionário jesuíta Francisco Xavier Molovetz, aos 37 anos de idade.

1710. Em Abacaxis o padre Domingos de Macedo é substituído pelo padre Bartolomeu Rodrigues.

1714. O padre Bartolomeu Rodrigues, relatando a situação demográfica da região, faz a primeira referência aos *Mura*. // Morre no dia 6 de dezembro.

1716. No Madeira, a tropa do capitão-mór João de Barros Guerra trucida a tribo dos *Torá*. // Remanescentes deles integram-se aos índios *Abacaxis*, na missão do mesmo nome. // Um ataque dos *Mura* resulta na destruição dos roçados de mandioca da missão de Abacaxis e na morte e aprisionamento de vários de seus habitantes.

1722. Passa a trabalhar em Abacaxis o padre Manoel da Motta; contou com a cooperação do padre João de Sampaio que se revezava entre Santo Antonio da Cachoeira e Abacaxis.

1728. De uma só vez 624 índios *Arara* são descidos e logo integrados à missão dos *Abacaxis*.

1730. Em Abacaxis, então com 932 habitantes, o padre Aquiles Maria Avogadri faz a sua profissão de fé.

1744. Breve ministério na povoação dos *Abacaxis* do padre alemão João Roque Hundertpfund.

e 7 de junho de 1755, retirando a administração das aldeias da mão dos missionários e concedendo liberdade aos índios.

1757. O quadro sanitário desfavorável e os ataques dos *Mura* motivam a realização da terceira transferência dos habitantes de Abacaxis, desta feita para um lugar da margem esquerda do rio Madeira, quase defronte à atual cidade de Nova Olinda do Norte. // 3 de maio. Mendonça Furtado formula o Regimento do Diretório: as aldeias seriam vilas e lugares; os índios iriam exercer funções políticas; e criar-se-ia a figura do diretor de povoado.

1758. 15 de janeiro. Mendonça Furtado inicia sua segunda viagem ao rio Negro. No território amazonense ruma direto ao Madeira, através do furo de Urariá. Após visitar Borba, contata com os habitantes de Abacaxis e os aconselha a se mudarem para o sítio *Itaquatiara*. // 18 de abril. Começa a quarta transladação do povoado que, definitivamente, iria selar o destino da cidade e do Município de Itacoatiara.

1759. 1º de janeiro. Elevação do povoado de Abacaxis à categoria de vila com a denominação de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Instalação da Câmara Municipal e posse dos primeiros vereadores. Oficialmente, dá-se a criação do Município. A Cerimônia foi presidida pelo governador Joaquim de Mello e Póvoas e abençoada pelo vigário-geral da Capitania, padre José Monteiro de Noronha.

1760. 16 de janeiro. O governador da Capitania de São José do Rio Negro, coronel Joaquim de Mello e Póvoas, comunica a Portugal o resultado de sua viagem inaugural a Serpa.

1768. O vigário-geral José Monteiro de Noronha visita, pela segunda vez, a vila de Serpa. Descreve a geografia e as tribos indígenas da região.

1774. 21 de setembro. O ouvidor e intendente-geral da Capitania Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, inspeciona a vila de Serpa. Diz que o diretor da vila, Manoel Teixeira, é negligente e descuidado.

1784. Enfraquecidos por mais de meio século de luta contra sertanistas e soldados portugueses, os *Mura* se rendem no rio Madeira.

1791. A igreja matriz de Serpa é devorada por um incêndio.

1795. O governador Lobo d'Almada manda reconstruir a matriz de Serpa.

1796. Reforma política da Coroa portuguesa manda substituir, na composição das câmaras municipais, a eleição dos índios pela de proprietários de terras ou comerciantes. A presidência das edilidades passaria aos juízes-de-fora ou, à inexistência destes, aos juízes ordinários.

1798. Abolido o sistema de Diretoria dos Índios e em seu lugar criado o Corpo de Trabalhadores.

1803. Visita pastoral a Serpa do sétimo bispo do Pará, dom Manoel de Almeida de Carvalho.

1808. Com a transmigração da família real para o Rio de Janeiro, acontece a reintegração da Amazônia ao Brasil. // A sede da Capitania de São José do Rio Negro é transferida de Barcelos para o Lugar da Barra.

1810. Na composição das câmaras é criada a figura do juiz de julgados.

1820. 11 de outubro. Os cientistas bávaros Spix e Martius chegam a Serpa.

1821 – Nos cinco anos seguintes, Serpa disputa com Manaus a supremacia política e o direito de administrar a Capitania de São José do Rio Negro. // É instituída a Junta Administrativa Provisória do Amazonas e dela faz parte o vereador mais velho da Câmara de Serpa, João da Silva e Cunha.

1822. 12 de julho. O ouvidor-geral Ramos Ferreira dá audiência pública em Serpa. // 7 de setembro. Independência do Brasil e final do período colonial. // 22 de novembro. A Câmara de Serpa adere à Independência e jura fidelidade a dom Pedro I.

1825. Ato do governo do Pará diminui os poderes da Câmara de Serpa.

1828. 1º de outubro. Promulgado o Código de Vereadores: os municípios são transformados em corporações meramente administrativas.

1833. 25 de junho. Decreto do governo do Pará, mandando executar o Código de Processo Criminal de 1832, extingue a Capitania de São José do Rio Negro

e cria a Comarca do Alto Amazonas. // Serpa é criminosamente omitida na relação dos novos municípios: perde a autonomia municipal e decai de sua condição de vila. // 8 de outubro. Questionado, o Conselho paraense, ao invés de reparar a injustiça, torna Serpa um simples distrito da vila de Manaus.

1834. Nomeado o ex-vereador de Serpa, João da Silva e Cunha, juiz de órfãos da Comarca do Alto Amazonas.

1836. Janeiro. A Cabanagem atinge impiedosamente a freguesia de Serpa.

1840. Nessa década o diretor da freguesia de Serpa é Manuel Joaquim da Costa Pinheiro.

1847. Julho. O naturalista francês Paul Marcoy visita a freguesia de Serpa.

1849. Dezembro. Chegam a Serpa, em viagem de estudos, os naturalistas ingleses Henry Walter Bates e Alfred Russel Wallace.

1851. Criadas no distrito de Serpa a Agência Postal, a Coletoria Provincial e o Cartório de Registro Civil.

1852. Instalada a Província do Amazonas, criada pela Lei nº 582, de 5 de setembro de 1850. Serpa continua como simples distrito anexo a Manaus.

1853. Janeiro. O vapor "Marajó", da Companhia de Comércio e Navegação, em viagem inaugural ao Amazonas, aporta em Serpa. // Setembro. Criada a primeira escola de primeiras letras do sexo masculino em Serpa.

1854. Fundada a Colônia Agroindustrial Itacoatiara, iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, mais tarde barão e visconde de Mauá. // A povoação criada ao redor originaria o bairro da Colônia.

1856. O inglês Robert Mac-Cullock instala uma fábrica de aguardente de cana no Paraná da Eva.

1857. Trinta e sete escravos africanos chegam para trabalhar na Colônia Agroindustrial Itacoatiara.

1858. 24 de junho. (Re) instalada solenemente a vila de Nossa Senhora de Serpa, criada pela Lei nº 74, de 10 de dezembro de 1857. // 7 de julho. A Câmara/Cadeia Pública é transferida para o prédio da praça da Glória, esquina com a rua Formosa. // Dezembro. Morto o presidente da Câmara da vila de Serpa, Manuel Joaquim da Costa Pinheiro, é substituído pelo vereador Antonio José Serudo Martins.

1859. O fotógrafo francês Auguste Francois Biard visita Serpa e pinta um quadro focalizando o porto da vila. // 25 de junho. O viajante e pesquisador alemão Robert Avé-Lallemant visita a vila de Serpa. // 11 de julho. Por encomenda da Câmara Municipal, o engenheiro alemão Moritz Becker levanta a planta da vila.

1860. Desativado o Cemitério dos Índios, na praça da matriz, começa a funcionar o Cemitério ao redor da atual praça de São Francisco, mais tarde denominado São Miguel.

1861. 7 de janeiro. Promulgadas as Posturas Municipais. // Julho. Na vila de Serpa, o diretor de Obras da Província do Amazonas, Silva Coutinho, inspeciona a igreja matriz e descreve o seu estado precário.

1862. Damaso de Souza Barriga vende o prédio de sua residência para sediar a Câmara Municipal de Serpa.

1865. Condecorado pelo imperador dom Pedro II o presidente da Câmara Antonio José Serudo Martins.

1866. Visitam Itacoatiara o botânico suíço Louis Agassiz e sua esposa, a norte-americana Elizabeth Cary Agassiz. // Estabelece-se em Serpa o imigrante norte-americano Jazon Williams Stone. // 18 de janeiro. Em subscrição pública dirigida pela Câmara de Serpa são arrecadados vinte mil e quinhentos réis destinados à concessão de uma espada de honra ao imperador dom Pedro II. // 28 de abril. A Câmara Municipal manda celebrar uma missa em ação de graças pelo nascimento do príncipe herdeiro de dom Pedro II.

1868. Começam os trabalhos de construção da rampa do Porto. // Visita do geólogo norte-americano James Orton.

1869. 23 de maio. Criada em Serpa a primeira cadeira de primeiras letras destinada a alunos do sexo feminino. // Junho. Damaso de Souza Barriga afasta-se da Câmara e assume a Assembléia Legislativa Provincial.

1870. Junho. Aberta a estrada que daria origem à avenida principal de Itacoatiara. // No mesmo período, começam as obras de ampliação da vila de Serpa em demanda do Jauari. // O sábio João Barbosa Rodrigues estuda o Cemitério Indígena de Miracanguera, nas proximidades do furo Arauató.

1871. 27 de novembro. Criado, pelo decreto imperial nº 5.146, o Termo Judiciário de Serpa.

1872. A Câmara de Serpa vota um novo Código Municipal de Posturas.

1873. Iniciados na vila de Serpa os serviços de iluminação pública a gás. // Inaugurados o prédio da escola primária do sexo masculino, o gradeado de ferro do Cemitério São Miguel e as escadarias da rampa do Porto.

1874. Visita do geólogo canadense Charles Frederick Hartt. // 1º de janeiro. Instalada a Alfândega de Serpa, criada pelo decreto imperial nº 5.204, de 25 de janeiro de 1872. // 25 de abril. Lei nº 283, oriunda de projeto do deputado itacoatiarense Damaso de Souza Barriga e firmada pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto, eleva a vila de Serpa à categoria de cidade. // Maio. Primeira edição do matutino, pioneiro no interior amazonense, "O Itacoatiara": editado semanalmente na vila de Serpa, circularia até abril do ano seguinte.

1876. 13 de janeiro. Municipalizada a ponte do Jauari. // 26 de abril. Criada, por força da Lei estadual nº 341, a Comarca de Itacoatiara. // 14 de junho. Falecimento do ex-vereador e deputado provincial Damaso de Souza Barriga. // 26 de junho. A fim de debelar grave crise aberta na Câmara, o presidente interino da Província, Nuno Alves de Mello Cardoso, decreta intervenção estadual em Itacoatiara.

1877. O etnógrafo Domingos Ferreira Penna visita o sítio de Miracanguera, a foz do madeira e a cidade de Itacoatiára.

1879. Criada em São José de Amatarí a Colônia 'Pedro Borges' destinada a abrigar migrantes nordestinos.

1880. Instalada em Itacoatiara a comunidade dos judeus sefaraditas.

1881. 23 de Março. O bispo diocesano do Pará, dom Antonio de Macedo Costa, realiza sua terceira visita a Itacoatiara.

1882. O escritor José Veríssimo, em companhia do presidente da Província José Lustosa Paranaguá, visita Itacoatiara.

1883. Em viagem de estudos, o conde italiano Ermanno Stradelli chega a Itacoatiara. // Ampliado o número de escolas públicas. // 5 de Setembro. O

presidente da Câmara Municipal, vereador Dionísio José Serudo Martins, e sua esposa dona Quitéria Maria Martins concedem liberdade a seus dois escravos Cyrilo e Raimunda.

1884. Em Paris o barão Frederico José de Santa-Anna Nery vaticina um grande porvir para o Município de Itacoatiara. // 23 de junho. Os filhos do juiz de Direito da Comarca Fellippe Meninéa, Luiz e Alípio, dão liberdade a seus escravos Rufino e Tibúrcio.

1886. 15 de janeiro. Tomam posse, sob a presidência do vereador coronel João Pereira Barbosa, os novos componentes da Câmara Municipal.

1888. 2 de janeiro. Cogitada a transferência do Cemitério São Miguel para a avenida 15 de Novembro, onde é atualmente o Cemitério Divino Espírito Santo. // 12 de junho. Instalada a Mesa de Rendas, criada pela Lei nº 755, de 1º de junho de 1887, substituindo à antiga Alfândega. // 1º de dezembro. Ocorrem eleições municipais. Eleito presidente da Câmara, Álvaro Botelho de Castro e França é empossado em 15 de janeiro de 1889.

1889. 23 de novembro. Em reunião pública aberta na Câmara Municipal, Itacoatiara festeja a proclamação da República, decretada oito dias antes no Rio de Janeiro pelo marechal Deodoro da Fonseca.

1890. Julho. Transferida a sede da Câmara Municipal para um imóvel da praça 13 de maio, esquina com a rua Quintino Bocaiúva. // 4 de novembro. Extinção da Câmara e criação do Conselho Municipal.

1891. 13 de março. A primeira Constituição republicana amazonense cria a figura do Comissário Executivo, incumbida da administração, e mantém o Conselho Municipal com funções deliberativas e sete membros.

1892. O Comissário Executivo Miguel Francisco Cruz Júnior executa as obras iniciais do Cemitério Divino Espírito Santo. // 23 de julho. Criação da Intendência e da Superintendência municipais. // 4 de novembro. A Lei estadual nº 33, desta data, confirma a criação do Município de Itacoatiara.

1894. Janeiro. Concluído o prédio da Cadeia Pública, onde é atualmente o escritório do SAAE.

1896. 23 de abril. Inaugurado o serviço telegráfico por cabo submerso.

1897. Os logradouros da cidade recebem novas titulações centradas em datas e nomes de figuras republicanas. // 5 de junho. Início dos serviços de arruamento do bairro da Colônia.

1900. Chegam a Itacoatiara os primeiros imigrantes árabes. // Manoel Nicandro Martins inicia a construção do palacete de linhas clássicas da rua do Rosário, esquina com a avenida 15 de Novembro. Concluído em 1902 e demolido criminosamente no final de 1989.

1901. O Cemitério Divino Espírito Santo passa a atender à população.

1902. 19 de outubro. Confirmada a criação do distrito-sede do Município de Itacoatiara. // 18 de dezembro. Feito o serviço de medição do prédio que sediaria o grupo escolar "Coronel Cruz".

1903. Programado o levantamento do prédio Óscar Ramos. // Estabelecido em Itacoatiara o agrimensor Cassiano Secundo.

1906. Conclusão do edifício Aquilino Barros, de dois pisos e a fachada em estilo neoclássico. Construção espanhola, iniciada em 1902/1903, abrigou de 1906 a 1932 a Intendência/Câmara Municipal. // 25 de junho. O presidente eleito da República Affonso Penna, em viagem de estudos, ultrapassa a cidade de Itacoatiara e, à tardinha, desembarca na vila de São José do Amatarí.

1909. 6 de março. O superintendente João Pereira Barbosa contrata com o engenheiro civil Geraldo Rocha a construção do Mercado Público da rua Fileto Pires. Obra concluída em 1913, na administração do superintendente Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, e demolida em 1981, na gestão Chibly Abrahim. // Setembro. Primeira exibição de cinema, ainda sem sonorização e em preto e branco.

1911. 7 de julho. Para substituir ao padre Manoel Florêncio da Costa, expulso da cidade por se envolver em atividades políticas, chega à cidade e assume a direção da Paróquia o sacerdote português Joaquim Pereira.

1913. O músico italiano Giuseppe Sandri visita nossa cidade e dá um concerto de violino no Teatro 'Cinco de Setembro'. // 11 de maio. Fundado o primeiro templo protestante.

1916. 10 de janeiro. Fundação da Escola "Minerva", iniciativa do conselheiro Vicentinho Mendonça.

1919. Construção da capela de São Francisco de Assis. // Inaugurado o grupo escolar "Venceslau Brás", atual sede da Prefeitura.

1920. Aberto o Cemitério Israelita, fronteiro ao Cemitério Divino Espírito Santo. // 1º de fevereiro. Inauguração do Matadouro Municipal.

1922. Setembro. O lugar "Centenário", acima do bairro da Colônia, é aberto pelo imigrante cearense Pedro Aguiar.

1925. Instituída comissão para tratar da construção da nova igreja matriz.

1926. O presidente eleito da República Washington Luís visita Itacoatiara.

1927. Visita a Itacoatiara do poeta mordernista Mário de Andrade.

1928. 25 de janeiro. Nascimento do vereador e deputado estadual João Valério de Oliveira. // 29 de fevereiro. Inaugurados, pelo prefeito Isaac Perez, os serviços de iluminação pública a cargo da Usina a vapor.

1929. 31 de julho. Criação da Biblioteca Pública Municipal.

1930. Maio. Queda da parede dos fundos da velha matriz. Acelerados os trabalhos de construção da igreja nova. // 25 de outubro. A Junta Revolucionária do Amazonas dissolve a Intendência Municipal de Itacoatiara.

1932. O grupo escolar "Coronel Cruz", transferido para o prédio onde é o atual SAAE, passa a sediar a Prefeitura e a Câmara Municipal. // 24 de agosto. Defronte a Itacoatiara é deflagrada a batalha naval.

1933. Outubro. Um hidroavião da Panair do Brasil, inaugurando os vôos aéreos entre Belém e Manaus, aquatiza defronte à cidade.

1935. 20 de dezembro. Reinstalada a Câmara Municipal e empossados os novos vereadores, entre eles Raymunda de Menezes Vasconcellos Dias, primeira mulher brasileira a exercer cargo eletivo municipal.

1937. 10 de novembro. Em decorrência da ditadura do Estado Novo, é decretado novamente o recesso da Câmara Municipal.

1938. Iniciada a construção do Estádio Municipal "General Eurico Gaspar Dutra". Concluído e inaugurado em 1948.

1940. Viajando em um hidroavião da Panair do Brasil, a caminho de Manaus, passa por Itacoatiara o presidente Getúlio Vargas.

1942. 29 de março. Inaugurado o pouso de aviões monomotores no novo Campo de Aviação de Itacoatiara.

1945. A Unidade Sanitária do SESP passa a operar em Itacoatiara.

1946. Iniciadas as obras da Maternidade "Senador Cunha Melo".

1948. 16 de novembro. Reintegrado o país no regime constitucional, em Itacoatiara são realizadas eleições municipais.

1952. Iniciada a construção do Colégio Nossa Senhora do Rosário. // 6 de agosto. Fundação da Escola Comercial de Itacoatiara, atual Escola Estadual "Dep. Vital de Mendonça". // 15 de dezembro. Instalada a agência local do Banco do Brasil.

1955. 6 de abril. Visita do presidenciável Juscelino Kubitschek. // 8 de julho. A Câmara Municipal cassa o prefeito Teodorico de Almeida Nunes. // 9 de agosto. Vitimado por um desastre aéreo, morre o deputado estadual Antonio Vital de Mendonça. // Dezembro. O prefeito Adamastor Onety de Figueiredo se insurge contra a criação dos municípios de Autazes e Nova Olinda do Norte, desmembrados de Itacoatiara.

1956. Fevereiro. Oficiais da Aeronáutica rebelados contra a posse do presidente Juscelino Kubitschek iniciam levante em Jacarearanga, ocupam Santarém e tentam tomar de assalto Itacoatiara. // 12 de março. Iniciada a construção da rodovia AM-10, pelo lado de Itacoatiara. // 12 de abril. Em substituição ao monsenhor Joaquim Pereira é nomeado vigário da Paróquia o padre Alcides Peixoto.

1957. Inaugurado o Aeroporto do Guajará. // O SESP amplia o serviço de abastecimento d'água da cidade.

1959. 29 de setembro. A Câmara Municipal aprova Lei ampliando as áreas urbana e suburbana da cidade.

1962. Julho. A empresa Telefones da Amazônia S.A. dá início aos serviços de telefonia urbana em Itacoatiara. // 13 de julho. O papa Paulo VI cria a Prelazia de Itacoatiara.

1963. 14 de março. Decreto estadual nº 57, firmado pelo governador Plínio Ramos Coelho, estadualiza a Escola Comercial de Itacoatiara.

1964. 19 de março. Instalada solenemente a Prelazia de Itacoatiara.

1965. 5 de setembro. O governador Arthur Cézar Ferreira Reis inaugura a Estrada Itacoatiara-Manaus.

1966. 7 de setembro. Inaugurada a Central Elétrica de Itacoatiara. // 7 de novembro. O presidente Humberto de Alencar Castello Branco nomeia interventor federal no Município o senhor Armindo Magalhães Ausier.

1967. Os vereadores Paulo Sampaio e Argos Valente são detidos e levados à prisão no quartel do Exército, em Manaus.

1968. 6 de maio. Assinado convênio entre a Prefeitura e a COHAB-Am para construção das 252 casas do Conjunto Iraci.

1969. 5 de setembro. Vítima de um derrame cerebral, o deputado estadual José Mendes morre em Manaus.

1971. 31 de janeiro. Inaugurado o Estádio "José Mendes". Através da Lei nº 32, de 3 de novembro de 1977, passou a ser "Floro de Mendonça".

1973. Maio. Instalada a Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara. // 1º de outubro. O ex-vereador e ex-deputado estadual João Valério de Oliveira morre em São Paulo.

1975. 17 de julho. Início de operação do porto de Itacoatiara.

1976. 12 de janeiro. Visita do deputado federal e presidente nacional do MDB, Ulysses Guimarães. Voltaria à cidade em meados do ano seguinte.

1978. 4 de novembro. O presidente da República Ernesto Geisel visita a cidade de Itacoatiara.

1981. Em terras desmembradas de Itacoatiara é criado o Município de Rio Preto da Eva. // Março. Criado o bairro de Santo Antonio. // 30 de abril. Inaugurado o quartel do 2º Batalhão de Polícia Militar.

1982. 18 de maio. A Lei Municipal nº 14 institui o Brasão e a Bandeira do Município, desenhados pelo artista plástico Antonildes Mendonça.

1985. Setembro. Realizado o primeiro FECANI.

1988. Inauguração da primeira ponte sobre o rio Urubu. // Inaugurado o Conjunto Residencial "Novo Horizonte", constituído de 80 casas.

1990. A Câmara Municipal de Itacoatiara, em cumprimento à Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, promulga a Lei Orgânica do Município (Lei Municipal nº 4, de 5 de abril de 1990).

1991. 2 de março. Inaugurado o Terminal Rodoviário "Chibly Abrahim". // 9 de abril. Instalado o Centro Universitário da UFAM. // 12 de abril. O presidente Fernando Collor de Mello visita Itacoatiara.

1993. 22 de junho. A Lei Municipal nº 17, dessa data, divide a cidade em centro e doze bairros.

1994. O presidenciável Luís Inácio Lula da Silva visita Itacoatiara.

1995. Quase cem técnicos e produtores de cinema nacionais e estrangeiros realizam em Itacoatiara a filmagem de "Le Jaguar", uma aventura amazônica idealizada pelo cineasta francês Francis Veber e viabilizada pelos produtores MPC e Zohar.

1997. O primeiro-ministro português Mário Soares visita a cidade de Itacoatiara. // 12 de abril. O presidente Fernando Henrique Cardoso, à frente de uma grande comitiva, chega a Itacoatiara e inaugura o Terminal Graneleiro da empresa Hermasa.

2002. Instalação do Centro de Ensino Superior da UEA.

2003. 4 de setembro. Inaugurado, no bairro de São Cristóvão, o Centro de Eventos "Juracema Holanda".

2004. Inauguração do Fórum de Justiça "José Rebelo de Mendonça".

2006. Solidificação do Campus da UFAM em Itacoatiara.

2008. Maio. Instalação em Itacoatiara da Escola de Formação Profissional "Moysés Israel Benchimol", órgão da CETAM.

2009. 1º de janeiro. Empossados os mandatários de Itacoatiara, eleitos para o período 2009/2012. Em seguida, para dirigir os trabalhos da Câmara do Município no biênio 2009/2010, é eleita e empossada sua Mesa Diretora, composta pelo presidente Raimundo Silva; vice-presidente Jânio Pereira da Silva; primeiro secretário Arialdo Guimarães da Silva; e segunda secretária Elenize Holanda de Almeida Weiller. // 17 de outubro. Início de uma grave crise política em Itacoatiara. Em virtude da cassação do prefeito Antonio Peixoto, o presidente da Câmara Raimundo Silva, assume interinamente o comando da Prefeitura Municipal. // 21 de outubro. Raimundo Silva transmite as rédeas do governo ao segundo colocado nas eleições de 2008, Donmarques Mendonça. // 16 de novembro. Decisão judicial afasta Donmarques e Peixoto reassume. // 30 de novembro. Nova decisão do TRE-Am inverte a situação e Donmarques retorna à Prefeitura.

2010. 8 de fevereiro. Liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Tribunal Superior Eleitoral, recoloca Antonio Peixoto no cargo de prefeito. // Fim do mês: realizada a Conferência das Cidades; integrando autoridades e membros de movimentos sociais e populares discutiu diretrizes para a implantação de políticas públicas na área de saneamento básico, promoção da moradia, mobilidade urbana e outros assuntos relacionados à vida comunitária. // 06 de Abril. Extinto, pelo TSE, o processo em que o TRE-AM cassou o mandato do prefeito Antônio Peixoto.

RESUMO BIBLIOGRÁFICO DO AUTOR

FRANCISCO GOMES DA SILVA. Nasceu em Itacoatiara aos 24 de novembro de 1945. Promotor de Justiça aposentado e advogado. Membro do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Academia Amazonense de Letras, Associação dos Escritores do Amazonas e Colégio Brasileiro de Genealogia. Historiador de sua terra natal começou a escrever aos dezesseis anos de idade e lançou o seu primeiro livro aos 19. Autor de *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade* (1965); *Itacoatiara: administrações municipais, realidade presente* (1970); *Centenário de São José do Amatary* (1979); *Cronografia de Itacoatiara*, 1º volume (1997); *Itacoatiara. Roteiro de uma cidade*, 2ª edição revista e ampliada (1997); *Instituto Alfredo da Matta ontem e hoje: uma história de saúde pública* (co-autoria 1997); *Cronografia de Itacoatiara*, 2º volume (1998); *A Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Itacoatiara* (1999); Texto introdutório de *História do Poder Legislativo do Amazonas* (2002); *Presença do Poder Judiciário no Município de Itacoatiara* (2004); e *Pedro Gomes meu pai: um memorial de família* (2006). Cogita lançar brevemente: *Homens, mulheres e coisas de Itacoatiara (uma enciclopédia municipal)* e *As pedras do Rosário*.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITACOATIARA:
251 Anos de História

Aos 65 anos de idade, Francisco Gomes da Silva lança o seu décimo segundo livro e definitivamente se consagra como o maior historiador de Itacoatiara. Desde os 16 anos e, por conseguinte, há quase meio século, este talentoso membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas tem se empenhado em divulgar a história da sua terra natal. A presente Sinopse Histórica, além de conceituar Município e Câmara e discorrer sobre a origem e a evolução dessas instituições no Brasil, trata dos 251 anos da Câmara Municipal de Itacoatiara, inseridos nos 327 anos de idade real e total do núcleo urbano itacoatiarense. A obra foi encomendada pela Presidência da Casa e traz o prefácio do vereador Raimundo Silva, outro ilustre filho da velha Serpa. São cinco capítulos bem elaborados tratando da história da cidade e do Município, repleta de lances sensacionais e fatos muitos significativos. Revela que, entre 1821 e 1826, Itacoatiara disputou com Manaus o gerenciamento do então futuro Estado do Amazonas. Texto leve que comprova a profundidade de conhecimentos de seu Autor e enaltece sobremodo o bravo povo de Itacoatiara.